
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

Rio de Janeiro, maio 2016.

PÁGINA EM BRANCO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E MEIO AMBIENTE – DG

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos controle interno e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno através da Portaria da CGU nº 522/2015.

A subunidade responsável pela elaboração deste relatório de gestão é a Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG.

A numeração dos capítulos, títulos, quadros, tabelas e anexos, que compõem a estrutura deste Relatório de Gestão seguiu sequência própria de acordo com a necessidade de expressar de forma adequada às informações pertinentes e afetas à natureza jurídica da ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

Os itens da DN TCU nº 146/2015 que não constam desse Relatório não foram incluídos por não serem pertinentes à Natureza Jurídica da Eletronuclear.

Rio de Janeiro, maio de 2016

1.3 Lista de Siglas e Abreviaturas

AAA - Sistemas de Segurança de Água de Alimentação Auxiliar
ADR - American Depositary Receipt
AGE - Assembleia Geral Extraordinária
AGO - Assembleia Geral Ordinária
AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
AOP - Autorização de Operação Permanente
ATWS - Anticipated Transient Without Scram
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
CA - Conselho de Administração
CAEFE - Caixa de Assistência aos Empregados de Furnas
CAON - Comitê de Análise de Operação Nuclear
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEF - Caixa Econômica Federal
CEG - Cronograma Executivo Geral
CER - Contrato de Energia de Reserva
CGE - Circular Geral
CGU - Controladoria Geral da União
CLO - Condições Limite de Operação
CNAAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
COFIEX - Comissão de Financiamentos Externos
DA - Diretoria de Administração e Finanças
DG - Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
DGD - Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel
DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DO - Diretoria de Operações
DOU - Diário Oficial da União
DT - Diretoria Técnica
EBG - Energia Bruta Gerada
EC - Elementos Combustíveis
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONUCLEAR - Eletrobras Termonuclear S.A
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
ERP - Sistema de Gestão Empresarial
ETG - Edifício do Turbo Gerador
ETN - Eletrobras Eletronuclear
FD - Fundação
FRG - Fundação Real Grandeza
FSAR - Relatório Final de Segurança da Usina
GAC.G - Gerência de Acompanhamento. Diretoria de Gestão
GDD - Sistemas de Segurança do Grupo de Gerador Diesel
GDU.O - Gerência de Desempenho de Sistemas e de Reator de Angra 1. Diretoria de Operações
GMU.O - Gerência de Manutenção de Angra 1. Diretoria de Operações
GOM.G - Gerência de Organização e Métodos. Diretoria de Gestão
GRI - Global Reporting Initiative
GTD & C - Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização

GV's - Geradores de Vapor
HHT - Homem Hora Trabalhada
HSv - Homem Sieverts (unidade de dose radiológica)
ICC - Índice de Confiabilidade do Combustível
II - Imposto de Importação
INB - Indústria Nucleares do Brasil
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
JNA - Sistema de Remoção de Calor Residual do Reator
JND - Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão
LAR - Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência
LO - Licença de Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LT - Licença de Trabalho
MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico
MCRMA - Manuais de Controle Radiológico do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE - Ministério de Relações Exteriores
MWh - Megawatt hora
NA - Não Aplicável
NUCLEN - Nuclebras Engenharia S.A
ND - Não Disponível
NSCL - Novo Sistema de Contabilização e Liquidação
NÚCLEOS - Instituto de Seguridade
NUCLEP - Nuclebras Equipamentos Pesados S.A
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
OSART - Operational Safety Review Teams
PCU - Piscina de Combustível Usado
P & D + I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIANOS - Plataforma Ibero Americana Nuclear de Operadores na Área de Segurança
PLD - Preço de Liquidação de Diferenças
PMA - Plano de Meta e Ações
PMP - Pedido de Modificação de Projeto
PPA - Programa Plurianual do Governo Federal
PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RDE - Resolução da Diretoria Executiva
REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra Estrutura
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares
RET - Sistema de Refrigeração da Turbina
RGR - Reserva Global de Reversão
RPS - Reavaliação Periódica de Segurança
PWC - Price Water House Coopers
RH - Recursos Humanos
RJ - Rio de Janeiro
SALTO - Safety Assessment for Long Term Operation
SAP - Sistemas, Aplicações e Produtos no Processamento de Dados
SOB - Station Blackout
SEE - Secretaria de Energia Elétrica
SG.T - Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos. Diretoria Técnica
SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Planejamento

SIN - Sistema Interligado Nacional
SIS - Sistemas de Injeção de Segurança de Alta Pressão
SMF - Sistema de Medição para Faturamento
SM.O - Superintendência de Manutenção. Diretoria de Operação e Comercialização
SOX - Lei Sarbanes - Oxley
SP.G - Superintendência de Planejamento. Diretoria de Gestão
SRH.A - Superintendência de Recursos Humanos. Diretoria Administração
TI - Tecnologia da Informação
UO - Unidade Organizacional
Wano - World Association of Nuclear Operators

1.4 Lista de Tabelas e Quadros

Tabela 3.1.1- Identificação da Eletrobras Termonuclear S.A.....	12
Tabela 4.1.1 - Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh – Angra 1 e Angra 2	34
Tabela 4.1.2 - Faturamento da Eletrobras Eletronuclear S.A – Exercício 2015.....	37
Tabela 4.1.3 - Avanço Físico dos Prédios/Estruturas de Angra 3.....	40
Tabela 4.1.4 - Contrato de Serviços.....	41
Tabela 4.1.5 - Recursos BNDES - Financiamento (Dispêndios Internos)	42
Tabela 4.1.6 - Recursos RGR - Financiamento (Dispêndios Internos)	42
Tabela 4.1.7 - Recursos ELETROBRAS – Financiamento.....	42
Tabela 4.1.8 - Recursos CEF – Financiamento (Dispêndio Mercado Externo).....	43
Tabela 4.3.2.1- Execução Orçamentária / Financeira das Ações Realizadas pela Eletronuclear em 2015.....	48
Tabela 4.4.2.1 - Fator de Disponibilidade	51
Tabela 4.4.2.2 - Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada.....	52
Tabela 4.4.2.3 - Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H Críticas.....	53
Tabela 4.4.2.4 - Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) Alta Pressão.....	54
Tabela 4.4.2.5 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA).....	54
Tabela 4.4.2.6 - Performance de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GDD).....	55
Tabela 4.4.2.7 - Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND).....	56
Tabela 4.4.2.8 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência.....	56
Tabela 4.4.2.9 - Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas.....	57
Tabela 4.4.2.10 - Exposição Coletiva à Radiação (HSv).....	57
Tabela 4.4.2.11 - Índice de Confiabilidade do Combustível ($\mu\text{Ci/g}$).....	58
Tabela 4.4.2.12 - Indicador Químico.....	59
Tabela 4.4.2.13 - Energia Bruta Gerada - EBG.....	60
Tabela 4.4.2.14 - Volume de Rejeito Sólido (m^3).....	60
Tabela 6.3.1- Manifestações Efetuadas e Atendidas.....	86
Tabela 15.1 - Participação em Entidade de Previdência Privada.....	118
Quadro 3.6.1- Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	16
Quadro 3.7.1- Macroprocessos Finalísticos	18
Quadro 3.8.1 - Composição Acionária do Capital Social	19
Quadro 4.1.1 - Ações Orçamentárias de Responsabilidade da Eletronuclear.....	25
Quadro 4.1.1.1- Dados Gerais da Ação 4477.....	26
Quadro 4.1.1.2 - Dados Gerais da Ação 5E88	38
Quadro 4.1.1.3 - Dados Gerais da Ação 6508	43
Quadro 4.1.1.4 - Dados Gerais da Ação 4102.....	44
Quadro 4.1.1.5 - Dados Gerais da Ação 4103	45
Quadro 4.3.3.1 - Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes transferidos nos últimos três exercícios...48	
Quadro 4.3.3.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Eletronuclear na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	48
Quadro 4.3.3.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	49
Quadro 4.3.3.4 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	49
Quadro 4.5.1.1- Renúncias Tributárias sob gestão da Eletronuclear - Renúncia Tributárias Estimadas e Quantificadas pela Eletronuclear.....	61
Quadro 4.5.2.1- Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoas Jurídicas.....	61
Quadro 5.3.1 - Relatório nº 01/2015 - Fundação Eletronuclear de Assistência Médica – FEAM.....	67
Quadro 5.3.2 - Relatório nº 02/2015 - Administração de Serviços Gerais.....	69
Quadro 5.3.3 - Relatório nº 03/2015 - Convênios e Patrocínios	71
Quadro 5.3.4 - Relatório nº 04/2015 - Gestão de Riscos e Conformidade de Controles.....	73
Quadro 5.3.5 - Relatório nº 07/2015 - Caixa, Bancos e Contas a Pagar	75
Quadro 5.3.6 - Relatório nº 11/2015 - Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS.....	77
Quadro 5.3.7 - Quadro de Pessoal da Auditoria Interna	78
Quadro 5.4.1 - Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	79
Quadro 5.5.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Eletronuclear.....	80
Quadro 5.6.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	82
Quadro 5.6.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores.....	82

Quadro 8.1.1.1 - Força de Trabalho da Eletronuclear	87
Quadro 8.1.1.2 - Distribuição da Lotação Física.....	87
Quadro 8.1.1.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletronuclear....	88
Quadro 8.1.2.1 - Despesas do Pessoal da Eletronuclear	89
Quadro 8.1.3.1 - Indicadores de Acidentes de Trabalho.....	90
Quadro 8.1.4.1 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Eletronuclear.....	91
Quadro 8.1.4.2 - Composição do Quadro de Estagiários	93
Quadro 8.2.3.1 - Bens Imóveis Locados de Terceiros no Rio de Janeiro.....	101
Quadro 8.2.3.2 - Bens Imóveis Locados de Terceiros em Brasília.....	101
Quadro 8.2.3.3 - Bens Imóveis Locados de Terceiros no Recife.....	101
Quadro 8.3.1.1 - Descrição dos Principais Sistemas de Informação da Eletronuclear.....	103
Quadro 8.3.1.2 - Descrição do Plano de Capacitação do Pessoal de TI.....	104
Quadro 8.3.1.3 - Descrição do Quantitativo de Pessoal de TI.....	108
Quadro 8.3.1.4 - Descrição dos Processos de Gerenciamento de Serviços de TI.....	108
Quadro 8.3.1.5 - Descrição dos Projetos de TI Desenvolvidos no Período.....	109
Quadro 8.4.2.1 - Aspectos da Gestão Ambiental	110
Quadro 9.1.1 - Deliberações do TCU no Exercício de 2015.....	111
Quadro 9.1.1.1 - Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento.....	111
Quadro 9.1.2 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU.....	111
Quadro 9.1.3 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU.....	111
Quadro 9.1.4 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU.....	112
Quadro 9.1.5 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU.....	113
Quadro 9.3.1 - Medidas Adotadas para Apuração e Ressarcimento de Danos ao Erário.....	115
Quadro 9.5.1 - Despesas com Publicidade.....	116
Quadro 14.1.1 - Situação do Cumprimento da Obrigação de Entregar a DBR.....	116

1.5 Lista de Anexos

Anexo I - Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas

Anexo II - Parecer da Auditoria Interna

1.6 Sumário

1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS.....	01
1.1 Capa.....	01
1.2 Folha de Rosto.....	01
1.3 Lista de Siglas e Abreviaturas.....	02
1.4 Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras.....	05
1.5 Lista de Anexos e Apêndices.....	06
1.6 Sumário.....	07
2 APRESENTAÇÃO.....	10
3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	12
3.1 Identificação da Eletrobras Termonuclear S.A	12
3.2 Finalidade e Competências Institucionais da Eletronuclear.....	13
3.3 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Eletronuclear.....	13
3.4 Breve Histórico da Empresa.....	14
3.5 Ambiente de Atuação	14
3.6 Organograma.....	16
3.7 Macroprocessos Finalísticos.....	18
3.8 Composição Acionária do Capital Social.....	19
3.9 Participação em outras Sociedades.....	19
3.10 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício.....	19
4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	20
4.1 Planejamento Organizacional.....	20
4.1.1 Informações sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução.....	25
4.1.1.1 Programa N020 – Energia Elétrica.....	26
4.1.1.2 Ação 5E88- Implantação da Usina Termonuclear de Angra III(RJ).....	38
4.1.1.3 Ação 6508 - Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica.....	43
4.1.1.4 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Minas e Energia - N123.....	44
4.1.2 Descrição sintética dos Objetivos do Exercício.....	46
4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos.....	46
4.3 Desempenho Orçamentário.....	47
4.3.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Eletronuclear e Resultados Alcançados.....	47
4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Eletronuclear.....	48
4.3.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	48
4.4 Desempenho Operacional.....	50
4.4.1 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional.....	50
4.4.2 Indicadores de Desempenho Operacional no Exercício de 2015.....	50
4.5 Renúncia de Receitas	61
4.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear	61
4.5.2 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia	61
5 GOVERNANÇA.....	62
5.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	62
5.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados.....	64
5.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	66
5.4 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	78
5.4.1 Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.....	79
5.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	80
5.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	81
5.7 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	83
5.8 Informações sobre as Ações Trabalhistas contra a Eletronuclear.....	83

5.9 Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados da Eletronuclear.....	83
5.10 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Eletronuclear.....	83
5.11 Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais	85
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	86
6.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	86
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão	86
6.3 Aferição do grau de satisfação dos Cidadãos-usuários.....	86
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	86
6.5 Formas de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Eletronuclear.....	86
6.6 Avaliação dos Produtos e Serviços pelo Cidadãos - Usuários.....	86
6.7 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos e Instalações.....	86
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	87
7.1 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e Notas Explicativas.....	87
8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	87
8.1 Gestão de Pessoas.....	87
8.1.1 Estrutura de Pessoal da Eletronuclear.....	87
8.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	89
8.1.3 Informações sobre os Controles para Mitigar Riscos Relacionados ao Pessoal.....	90
8.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	91
8.1.5 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	93
8.1.6 Contratação de Mão de obra Temporária.....	93
8.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	94
8.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizadas.....	94
8.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	100
8.2.3 Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros.....	101
8.3 Gestão da Tecnologia da Informação	102
8.3.1 Principais sistemas de informações.....	102
8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.....	109
8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas.....	109
8.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade	110
8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	110
8.4.2 Implantação do Sistema de Gestão Ambiental.....	110
9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	111
9.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	111
9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	114
9.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por dano ao Erário.....	115
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	115
9.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	115
10 ANEXOS E APÊNDICES.....	116
RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	116
11 Relatório e/ou parecer da Unidade de Auditoria Interna.....	116
12 Parecer de Colegiado.....	116
13 Relatório de Auditor Independente.....	116
14 Declarações de Integridade.....	116

14.1 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	116
14.2 Situação do Cumprimento das Obrigações quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	116
15 INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES	118
15.1 Previdência Privada.....	118
16 ENCERRAMENTO	118

2 APRESENTAÇÃO

A Eletrobras Termonuclear S.A. Eletronuclear é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, regida pela Lei no 6.404/76 e pelo seu Estatuto Social, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, criada nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997, a partir da incorporação da antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A pela NUCLEN - Engenharia e Serviços S.A.

Em dezembro do mesmo ano, por decreto presidencial, foi aprovado novo estatuto social da empresa com alteração da razão social, mantendo a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

A sede da Empresa fica na cidade do Rio de Janeiro, tem um escritório de representação em Brasília - DF e outro em Recife - PE (de julho 2009 até dezembro de 2015) e instalações industriais que incluem as usinas Angra 1 e Angra 2; depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial em Angra dos Reis; e escritórios, vilas residenciais, Hospedagens para funcionários, o Laboratório de Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento em Paraty, Rio de Janeiro. A empresa não possui subsidiária, ou participa de Joint Ventures, atuando até o momento apenas no Brasil.

Na Praia de Itaorna, no município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, composta de duas usinas de geração de energia elétrica em operação – Angra 1, com capacidade instalada de 640 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada (PWR-Power Water Reactor), que utilizam urânio enriquecido como combustível. Angra 3, em construção, é semelhante à Angra 2, porém terá maior capacidade instalada (1.405 MW).

Toda a energia gerada pela empresa é entregue ao Sistema Interligado Nacional - SIN na subestação de Itaorna, e é transmitida através das linhas de transmissão do Sistema de Transmissão Furnas, sendo depois repassada às distribuidoras.

A Eletrobras Termonuclear não transmite sua energia e tão pouco exerce as funções de distribuição aos consumidores finais, ficando estas atividades a cargo de outras empresas.

No Brasil o Planejamento Energético é responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética EPE que define através de estudos especializados as necessidades de expansão do parque de geração elétrica brasileiro nas próximas décadas.

O Plano Nacional de Energia – PNE 2030, estudo de longo prazo do Governo Federal para a área energética apontou a necessidade de mais geração nuclear. O planejamento de longo prazo é requisito para a construção de usinas nucleares e está diretamente ligado ao planejamento do país. Além de Angra 3 identificou-se neste estudo a necessidade de mais quatro usinas até 2030, com potência instalada de 1.000 MW cada.

A comercialização da energia produzida pelas Usinas Angra 1 e Angra 2 foi alterada pela Lei 12.111 e regulamentada pela Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012 que estabeleceu, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, o CCEN – Contrato de Comercialização da Energia Nuclear. Essa metodologia vigora deste 01 de janeiro de 2013 e define o cálculo das cotas-partes para compra compulsória desta energia por todas as empresas de distribuição do SIN. As Usinas Angra 1 e Angra 2 juntas somam uma garantia física de 1.581,969 MW médios em 2015 que corresponde a uma produção anual de 14.809.160,5 MWh. A regulamentação abrange as 44 distribuidoras para o período de 2013 a 2018, determinado pela Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2012. A nova legislação estabeleceu também a receita fixa de venda da energia elétrica das Usinas Angra 1 e 2 para o ano de 2015, em R\$2.246.259.889,69 e com reajuste anual por meio de regras da ANEEL. A liquidação

financeira das cotas-parte ocorre mensalmente de acordo com o **Mapa da Liquidação Financeira – MLF** e conta com um **Contrato de Constituição de Garantia Financeira** assinado com cada uma das distribuidoras, a Eletrobras Eletronuclear e a CCEE. Caso a produção anual seja superior à energia assegurada, que é garantia física menos as perdas na Rede Básica e o consumo próprio das usinas, o excedente é comercializado pelo valor do PLD médio anual e dividido em duas partes iguais entre a Eletrobras Eletronuclear e as distribuidoras, pagos no ano seguinte, em 12 parcelas mensais.

Para a situação inversa, produção abaixo da energia assegurada, um ressarcimento é feito de forma integral, também em 12 parcelas mensais, às distribuidoras pela Eletrobras Termonuclear.

O montante do ressarcimento segue o critério da diferença entre a energia assegurada e a energia produzida, multiplicado pelo maior valor entre o PLD médio anual e a “tarifa” que é a receita fixa de venda anual dividida pela energia assegurada. A tarifa praticada de janeiro a dezembro de 2015 corresponde ao valor de R\$ 288,11 MWh.

Para Angra 3 a Portaria Nº. 586 de 23/06/2010 do MME autorizou a celebração de Contrato de Energia de Reserva – CER entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a Eletrobras Termonuclear para a contratação de até 1.184 MW médios de energia de reserva proveniente desta usina, na modalidade por quantidade de energia. O prazo contratual do suprimento é de 35 anos com início em 2016. A Portaria estabelece ainda que o preço desta energia de reserva, a valores de dezembro de 2009, não poderá ser superior a R\$148,65 por MWh.

A usina Angra 3, em construção, será adicionada ao complexo da CNAEA e não trará modificação quanto ao deslocamento de pessoas da região para outra localidade, uma vez que todas as atividades são realizadas dentro do perímetro já consolidado de 1,4366 Km² (conforme Base Cartográfica Digital – GSA – GIS Básico) onde se situam as duas outras usinas da central, que se encontram em operação desde 1985 (a unidade 1) e desde 2000, a unidade 2.

A produção em 2015 alcançou um novo recorde com o montante de 14.809,16 GWh de energia elétrica bruta gerada, a segunda melhor marca da história da Eletrobras Termonuclear até agora. Essa energia seria suficiente para atender 7,7 milhões de habitantes, durante um ano.

Corresponde ao suprimento do Distrito Federal, mais os estados do Mato Grosso do Sul e Sergipe.

Ao término de 2015, conforme dados da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, estavam em operação 442 usinas nucleares em 30 países, com capacidade total de 375.962 MW(e). Os Estados Unidos permanecem na liderança com 99 reatores em operação e 5 em construção o que corresponde a uma participação na matriz elétrica de 19,47% seguindo pela França com 58 reatores operacionais e um em construção, com uma participação de 76,93%, e o Japão com 48 usinas operacionais e duas em construção.

3 VISÃO GERAL DA ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A

3.1 Identificação da Eletrobras Termonuclear S.A

A Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia sendo regida pela Lei 6404/76 – Lei das Sociedades por Ações, e pelo seu Estatuto Social.

Tabela 3.1.1 – Identificação da Eletrobras Termonuclear S.A

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Eletrobras Termonuclear S.A		
Denominação Abreviada: Eletronuclear		
Código SIORG: 60609	Código LOA: 0033	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica		Código CNAE: 3511-5
Telefones/Fax de Contato:	(021) 2588 7000	(021) 2588 7200
Endereço eletrônico: mgomes@eletronuclear		
Página Internet: http://www.eletronuclear.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Candelária, nº 65, Centro, 2º ao 14º andar – CEP: 20291-020 – Rio de Janeiro		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003. O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 modificou a empresa transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320, de 03 de dezembro de 2004 definiu a tarifa a ser praticada pelo Decreto nº 4.899, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 27 de novembro de 2003, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16 de janeiro de 2003 e 28 de outubro de 2003, respectivamente. A empresa, enquanto S.A é regida pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, e pelo manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

3.2 Finalidade e Competências Institucionais da Eletronuclear

No Brasil, a participação da energia elétrica de fonte nuclear em 2015 foi de aproximadamente 2,74% da geração total. A característica predominantemente hidroelétrica do parque gerador nacional assegura uma posição única para o Brasil, por apresentar uma matriz elétrica calcada em fonte renovável e com baixa emissão de gases geradores de efeito estufa.

Contudo, dada a variabilidade característica dos regimes hidrológicos, há uma necessidade de complementação por meio de energia térmica de base, de forma a assegurar o suprimento de eletricidade em anos mais secos. De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a participação da geração elétrica por fonte térmica tem aumentado nos últimos anos.. Essa trajetória crescimento manteve-se em 2015, em função da baixa afluência nos reservatórios das grandes hidrelétricas. Nesse contexto, a geração termonuclear desempenha um papel fundamental, dada a sua característica de operar na base com reduzido custo de combustível.

A demanda atual de energia térmica acomodaria facilmente a energia da usina Angra 3, com sues 11.300 GWh anuais, se ela já estivesse gerando hoje. O Plano Nacional de Energia – PNE, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, prevê que a quarta usina nuclear com potência de 1.000 MW esteja conectada ao sistema interligado nacional entre 2020 a 2022. Observamos que dado o consumo atual, mesmo em anos com condição hídrica favorável, existe espaço para o suprimento de energia por fonte nuclear.

Ao término de 2015, conforme dados da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, estavam em operação 442 usinas nucleares em 30 países, com capacidade total de 375.962 MW(e). Os Estados Unidos permanecem na liderança com 99 reatores em operação e 5 em construção o que corresponde a uma participação na matriz elétrica de 19,47% seguindo pela França com 58 reatores operacionais e um em construção, com uma participação de 76,93%, e o Japão com 48 usinas operacionais e duas em construção.

Ainda ao final de 2015 estavam em construção 66 novos reatores, demonstrando assim o forte aquecimento do setor. Esse esforço está sendo desenvolvido por 15 países que representam 2/3 da população mundial, na perspectiva de atendimento à crescente demanda por energia elétrica a partir de fontes não emissoras de gases causadores de efeito estufa. Somente a China está construindo 27 novos reatores com potencia total de 27.756 MW. A Rússia segue em segundo lugar construindo 10 novas usinas adicionando 8.382 MW à sua capacidade instalada.

3.3 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Eletronuclear

A Eletronuclear foi constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.

O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 modificou a empresa transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320, de 03 de dezembro de 2004

definiu a tarifa a ser praticada pelo Decreto nº 4.899, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 27 de novembro de 2003, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16 de janeiro de 2003 e 28 de outubro de 2003, respectivamente.

A empresa, enquanto S.A é regida pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, e pelo manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3.4 Breve Histórico da Empresa

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A. Em 16 de dezembro do mesmo ano o decreto presidencial nº. 76.803 aprovou o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

A sede da Empresa fica na cidade do Rio de Janeiro, as instalações industriais que incluem as usinas Angra 1 e Angra 2; depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial, em Angra dos Reis e escritórios, vilas residenciais, o Laboratório de Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento, em Paraty, contando ainda com escritórios de representação em Brasília.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, composta de duas usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2.

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, cuja potência nominal é de 1990 MW além das atividades de projeto e construção da usina Angra 3, a ELETROBRAS TERMONUCLEAR conta com um efetivo de 1.971 empregados.

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR alcançou em 2015 o montante de 14.809.160,50 MWh de energia bruta gerada, o que representa uma parcela expressiva do total da energia térmica gerada no país

3.5 Ambiente de Atuação

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR não foi afetada diretamente pela Medida Provisória 579/2012, que trata da renovação das concessões de geração e transmissão de energia elétrica, pois as usinas nucleares estão fora do regime de concessão. Não obstante, vem conduzindo um forte processo de redução de custos, com vistas a adequar-se a esse novo ambiente.

A partir de 1º de janeiro de 2013, de acordo com a Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, a ELETROBRAS TERMONUCLEAR passou a comercializar a energia das Usinas Angra 1 e Angra 2 com as Empresas Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme cotas-parte definidas, antecipando o término do contrato de venda de energia para Furnas, antes previsto para dezembro de 2014.

Em decorrência da referida lei, foram emitidas pela ANEEL as seguintes resoluções:

- Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2012, que estabeleceu as cotas-parte anuais e os montantes de energia a serem alocados às Empresas Distribuidoras referentes à compra da energia das usinas Angra 1 e Angra 2, para os anos de 2013 a 2018;
- Resolução Homologatória nº 1.405, de 21 de dezembro de 2012, que estabeleceu a receita de venda da energia das usinas Angra 1 e Angra 2;

-
- Resolução Normativa nº 529, de 21 de dezembro de 2012, que aprovou os procedimentos para cálculo da receita de venda da energia elétrica das usinas Angra 1 e Angra 2; e
- Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, que estabeleceu a metodologia para o cálculo das cotas-parte e as condições para a comercialização da energia proveniente das usinas Angra 1 e Angra 2.

É compromisso da ELETRONUCLEAR agir sempre de forma correta e transparente com seus empregados, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, acionistas, comunidade, meio ambiente, órgãos governamentais, mídia e sindicatos, bem como exercer com responsabilidade sua função social.

Para tanto, exige-se dos empregados que observem princípios, normas e condutas consubstanciados no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Código de Conduta da Alta Administração Federal, e principalmente Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras que é aplicado a todos os agentes com os quais a empresa se relaciona.

3.6 Organograma

Quadro 3.6.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação	
				Início	Fim
Conselho de Administração – CA	O Conselho de Administração é um órgão colegiado, de orientação superior da Eletronuclear, com funções deliberativas. Suas atividades regem-se pela Lei nº 6.404/76, pelo Estatuto Social e por seu Regimento Interno, sem prejuízo das normas legais e regulamentares que lhes sejam aplicáveis.	Josias Matos de Araujo	Presidente	15/12/2015	-
		Pedro José Diniz Figueiredo	Conselheiro	28/09/2015	-
		Ildo Wilson Grüdner	Conselheiro	03/03/2015	-
		Marco Aurélio de Almeida Garcia	Conselheiro	03/03/2015	-
		Walter Baére de Araujo Filho	Conselheiro	03/03/2015	-
		Fábio Luiz Teixeira de Souza	Conselheiro	28/04/2015	-
Auditoria Interna – AI.CA	A Auditoria Interna tem as seguintes atribuições dentre outras: Coordenar e examinar, com inteira liberdade de acesso, as atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais da Empresa, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas, verificando, para tanto, os procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, bem como o fiel cumprimento das diretrizes, normas internas e preceitos da legislação vigente; Certificar-se de que os atos normativos e regulamentos estabelecidos pela Empresa ou por Poderes Públicos são internamente cumpridos.	André Ribeiro Mignani	Auditor Chefe	14/09/2014	-
Diretoria Executiva – DE	Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a administração da Eletronuclear, respeitadas as diretrizes do Conselho de Administração.	Othon Luiz Pinheiro da Silva	Presidente	05/10/2005	05/08/2015
		Pedro José Diniz Figueiredo		28/09/2015	-
Diretoria de Administração e Finanças – DA	A Diretoria de Administração e Finanças – DA é a responsável pela condução das atividades relacionadas com a administração Financeira e Comercial, a administração de Recursos Humanos, das Instalações Prediais, da Relação Sindical, da Política Inserção Regional da Empresa, atuando, para tanto, em estreita articulação com os demais membros da Diretoria Executiva.	Edno Negrini	Diretor	01/10/2009	-

Diretoria de Operação e Comercialização – DO	A Diretoria de Operação e Comercialização – DO tem as seguintes atribuições dentre outras: Estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria Executiva e promover a implantação de políticas, diretrizes e normas a serem adotadas nas atividades de operação das Usinas Nucleares de Angra, bem como na comercialização da energia gerada nestas unidades.	Pedro José Diniz Figueiredo	Diretor	01/08/1997	28/09/2015
		João Carlos da Cunha Bastos		30/09/2015	-
Diretoria Técnica – DT	A Diretoria Técnica – DT tem como responsabilidade estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria Executiva e promover a implantação de políticas, diretrizes e normas a serem adotadas na empresa para as atividades de Gerenciamento de Empreendimentos, Engenharia, Construção, Combustível Nuclear e Análise de Segurança, bem como dirigir a execução dessas atividades, além de coordenar as ações referentes a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, respondendo, através das Superintendências e Gerências a ela subordinadas.	Luiz Antônio de Amorim Soares	Diretor	16/01/2003	-
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG	A Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG tem as seguintes atribuições dentre outras: Estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria Executiva e promover a implantação de políticas, diretrizes e normas a serem adotadas na Empresa, para as atividades de Planejamento, Gestão Empresarial, Informática, Licenciamento Nuclear e Meio Ambiente e Gestão pela Qualidade.	Leonam dos Santos Guimarães	Diretor	15/04/2014	-

Nota: A íntegra das competências das Áreas e Subunidades Estratégicas poderá ser conhecida através do site da Eletrobras Eletronuclear: (<http://www.eletronuclear.gov.br/Aempresa/Governanca/Competencias.aspx>), onde as atribuições estão descritas de forma abrangente.

3.7 Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos da ELETRONUCLEAR foram integrados aos macroprocessos da controladora Eletrobras S/A, de forma a se ter uma arquitetura unificada dos processos nas Empresas Eletrobras.

Assim, por se tratar de uma empresa exclusivamente de geração de energia, o macro processo aplicável à Eletronuclear é o Operação e Manutenção da Geração de Energia.

Macroprocesso: OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA

Objetivo: Maximizar a disponibilidade dos ativos de geração, atendendo aos requisitos técnicos, comerciais e regulatórios, com segurança, qualidade e economicidade.

Descrição: Do planejamento da produção de energia até a gestão do desempenho da produção de energia.

Produtos e Serviços: Energia Produzida e Disponibilidades de Ativos

Principais Clientes: Mercado de Energia Elétrica (Distribuidoras)

Subunidades Responsáveis: Diretoria de Operação e Comercialização e Diretoria Técnica

Quadro 3.7.1 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Operação e Manutenção da Geração de Energia	Do planejamento da produção de energia até a gestão do desempenho da produção de energia.	1) Energia Produzida 2) Disponibilidade de Ativos.	Mercado de Energia Elétrica (Distribuidoras)	1) Diretoria de Operação e Comercialização 2) Diretoria Técnica

O bom desempenho desse processo traduz-se nos resultados obtidos na medição do desempenho das usinas.

Vale destacar que em 2015 ocorreu a segunda melhor geração elétrica total da central num ano com realização de paradas de reabastecimento.

Angra 1 e 2 geraram um total de 243,3 milhões MWh. A produção de energia no ano de 2015 foi de 14.809 GWh, tendo sido a quarta melhor geração elétrica na história da Central.

3.8 Composição Acionária do Capital Social

Estrutura Societária

O capital social da ELETRONUCLEAR em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 6,6 bilhões, está subscrito com cerca 78% de ações ordinárias e 22 % de ações preferenciais, sendo o acionista majoritário a Eletrobras, detentora de 99,91% do total das ações.

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;

Dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;

Direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Quadro 3.8.1- Composição Acionária do Capital Social

Denominação completa			
Texto			
Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras	78,0778%	78,0778%
	DAEE – Departamento de Água e Energia do Estado de São Paulo	0,0228%	0,0228%
	Light – Serviços de Eletricidade S.A	0,0000%	0,0000%
	% Governo	78,1006%	78,1006%
Free Float	Outros	0,0045%	0,0045%
	% free float	0,0045%	0,0045%
Subtotal Ordinárias (%)		78,1051%	78,1051%
Ações Preferenciais (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras	21,8337%	21,8337%
	DAEE – Departamento de Água e Energia do Estado de São Paulo	0,0284%	0,0284%
	Light – Serviços de Eletricidade S.A	0,0195%	0,0195%
	% Governo	21,8815%	21,8815%
Free Float	Outros	0,0134%	0,0134%
	% free float	0,0134%	0,0134%
Subtotal Preferenciais (%)		21,8949%	21,8949%
Total		100%	100%

Fonte: Gerência de Contabilidade – GCT.A

NOTAS: 1 - O valor patrimonial da ação – VPA em dezembro de 2015: R\$ 0,013460.

2 - As ações da Eletrobras Eletronuclear não são negociadas no mercado de valores mobiliários. Para efeito da Lei n.º 6.404/76, a Eletrobras Eletronuclear é uma Sociedade Fechada. Entretanto, o acionista minoritário poderá transferir a sua posição acionária, na totalidade ou em parte, através de termo lavrado no livro de “Transferência de Ações Nominativas”, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes.

3.9 Participação em outras Sociedades

“A Eletronuclear não detém participações em outras sociedades”

3.10 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

“ Não ocorreu nenhum evento societário no exercício”

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

A Diretoria Executiva aprovou em outubro de 2012 o Plano de Negócios da ELETRONUCLEAR 2012-2016, posteriormente homologado pelo Conselho da Administração. O Plano de Negócios é um desdobramento do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020. O Plano abrange praticamente todas as áreas da empresa, desde o projeto de novas usinas, passando pela construção de Angra 3, extensão da vida útil das usinas atuais, gestão do envelhecimento dos equipamentos e sua manutenção chegando, por fim, até a gestão administrativa da empresa.

Em março de 2010 o Sistema Eletrobras divulgou o seu Plano Estratégico Corporativo, fruto de um trabalho integrado das equipes de planejamento de todas as suas empresas.

Este plano foi referendado pela Eletrobras Eletronuclear, que adotou como sua a arquitetura estratégica do mesmo, na forma que se segue:

Missão – Atuar nos mercados de energia de forma integrada rentável e sustentável.

Visão – Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores

- Foco em resultados;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Ética e transparência.

A) Objetivos Finalísticos e Principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Ampliar e aprimorar os negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização (GTD&C) de energia elétrica de forma competitiva e rentável:

1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica;
2. Aprimorar o negócio de distribuição, obtendo rentabilidade compatível com as demais empresas do mercado;
3. Atuar seletivamente na comercialização de energia Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão;
4. Investir na redução das perdas não técnicas na distribuição.

Objetivo 2 – Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes alternativas, na matriz energética do Sistema Eletrobras.

5. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa.
6. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis.
7. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos.

-
8. Investir na redução das emissões das fontes térmicas, assegurando o retorno dos investimentos.

Objetivo 3 – Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.

9. Promover a aquisição de ativos e formar parcerias para a implantação de projetos hidrelétricos e de transmissão, com foco nas Américas.
10. Intensificar a captação de recursos e a busca de incentivos fiscais para acelerar o processo de internacionalização do Sistema Eletrobras.
11. Fortalecer institucionalmente a área internacional do Sistema, inclusive com a constituição de subsidiária.
12. Atuar pró-ativamente junto ao MME e MRE para viabilização e proteção dos investimentos no exterior.
13. Acelerar a seleção e a capacitação de pessoal para atuação específica na área internacional.

Objetivo 4 – Apoiar programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e de equilíbrio econômico-financeiro.

14. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica.
15. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades.
16. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante.

Objetivo 5 – Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.

17. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido.
18. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável.

B) Objetivos de Gestão e Competências e Principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.

1. Implementar a reestruturação societária do Sistema Eletrobras.
2. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios.
3. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência.
4. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras.

Objetivo 2 – Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.

-
5. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas.
 6. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras.
 7. Implementar suportes e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras.

Objetivo 3 – Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.

8. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras.
9. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras.
10. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências.
11. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.

Objetivo 4 – Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.

12. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimentos.
13. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras.
14. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira.

Objetivo 5 – Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.

15. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento.
16. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras.

Objetivo 6 – Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.

17. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições.
18. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas.
19. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional.
20. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário.

Objetivo 7 – Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

-
21. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras.
 22. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados.
 23. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I.

Adicionalmente e em perfeito alinhamento com essas premissas comuns a todas as empresas do sistema, a Eletrobras Eletronuclear adotou o seguinte posicionamento, que a destaca inequivocamente e passa a orientar seus negócios e ações:

Declaração de Posicionamento – A Eletrobras Eletronuclear será o protagonista na expansão da geração nucleoeletrica no Brasil, atuando de forma independente ou em parceria com outras empresas, contribuindo para a conquista da liderança global em energia limpa e segura pelo Sistema Eletrobras,

Atributos do posicionamento:

Protagonista

Pela sua trajetória no setor, a Eletrobras Eletronuclear concentra um inestimável capital de conhecimento em todas as fases de um empreendimento de geração nucleoeletrica, da análise de viabilidade inicial até a excelência em operação, passando por todas as fases de escolha de sítios, de tecnologia, projeto, construção, comissionamento, operação e comercialização, colocando-a numa posição única de liderança na expansão dessa fonte de energia.

Expansão da Geração Nucleoeletrica

A orientação estratégica no sentido de ampliação da base de geração do Sistema Eletrobras contempla uma forte expansão da geração nucleoeletrica, reforçando o papel fundamental que a Eletrobras Eletronuclear deverá desempenhar para a realização da Visão do Sistema Eletrobras.

Investindo de forma independente ou em parceria

A realização dos investimentos previstos no Plano Nacional de Energia demandará um volume de recursos bastante expressivo. A Eletrobras Eletronuclear estará aberta a alternativas de viabilização dessa expansão.

Energia limpa

Energia elétrica gerada com baixa emissão de carbono e outros gases causadores de efeito estufa. As usinas nucleares, ao longo de seu ciclo de vida útil, têm uma emissão insignificante, o que as coloca no centro das soluções ambientalmente adequadas para geração de grandes blocos de energia no século 21.

Segurança

A ELETRONUCLEAR pautará suas ações de forma consistente com sua Política de Gestão Integrada de Segurança.

Em complementação aos objetivos estratégicos e as estratégias associadas descritos no Plano Estratégico do Sistema Eletrobras, a ELETRONUCLEAR procedeu ao seu desdobramento em Estratégias Específicas, que visam alinhar as suas ações às das demais Empresas do Sistema.

Este trabalho foi realizado tanto para os Objetivos Finalísticos quanto para os de Gestão. Adicionalmente, e em sintonia com sua Declaração de Posicionamento, a Empresa estabeleceu um conjunto de Objetivos Estratégicos Específicos, de forma a completar o seu arcabouço do seu Planejamento Estratégico.

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

Sustentabilidade Sócio-Ambiental

A ELETRONUCLEAR edita o Relatório de Sustentabilidade Socioambiental, segundo o modelo GRI desde 2007.

A Gestão Ambiental da ELETRONUCLEAR está ligada à Política Ambiental das Empresas Eletrobras que por sua vez é um desdobramento do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras. Os objetivos e metas corporativas seguem os indicadores definidos no Contrato de Medição de Desempenho Empresarial - CMDE. O relacionamento da Eletrobras ELETRONUCLEAR com os stakeholders ou públicos que direta ou indiretamente mantêm interesses comuns relativos ao seu negócio é pautado pelos preceitos do Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras e, para cada um deles, estabelecem-se parcerias e diferentes formas de interface.

Um ponto a destacar foi a adoção da Política Ambiental das Empresas do Sistema Eletrobras, destacando-se a incorporação de exigências ambientais nos contratos firmados pela empresa com seus fornecedores, a contabilização sistemática das emissões de gases do efeito estufa e a participação na uniformização das práticas de execução da compensação ambiental e de comunicação e educação ambiental.

Programa de Equidade

No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Equidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.

Certificação SOX

A adequação à Lei Sarbanes-Oxley é uma condição essencial para que a ELETROBRAS permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, da Bolsa de Valores de Nova York, alcançado em 2008. Na qualidade de empresa controlada, a ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. Em junho de 2010 a empresa criou uma área específica para Gestão de Riscos e Conformidade de Controles que tem como atribuição, dentre outras, efetuar o aprimoramento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras. Com este objetivo executa as atividades de atualização da documentação SOX, o monitoramento dos Planos de Ação elaborados em conjunto com as áreas de negócio para mitigar as deficiências apontadas e atuação como facilitador junto à Certificadora. As atividades relacionadas à certificação SOX são acompanhadas mensalmente pelo Conselho Fiscal.

O Pacto Global e os Valores da Empresa

A ELETRONUCLEAR aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU, expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação aos direitos humanos, trabalho, ambiental e anticorrupção. A formalização da adesão se deu em 6 de dezembro de 2006.

Em demonstração de seu apoio ao Pacto Global a ELETRONUCLEAR apresenta a cada ano, desde 2008, ano base 2007, seu Relatório de Sustentabilidade Socioambiental à ONU que o avalia e publica em seu site correspondente. O relatório de Sustentabilidade Socioambiental da empresa relativo ao ano de 2010, está classificado, após auto avaliação, como **Global Compact Advanced Level**.

4.1.1 Informações sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução

As Ações Orçamentárias da Eletrobras Eletronuclear estão incluídas no Programa de Energia Elétrica – N020 de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

As ações estão associadas a objetivos deste Programa, conforme quadro abaixo:

Quadro 4.1.1 - Ações Orçamentárias de Responsabilidade da Eletronuclear

Códigos	Título Ação
Programa Energia Elétrica - N020	
Objetivo 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.	
Iniciativa: Implantação da Usina Termonuclear Angra III	
25.752.0296.6486.0033	Manutenção do parque de obras e equipamentos da usina de Angra III
25.752.0296.5E88.0033	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ)
Objetivo 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.	
Iniciativa: Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico	
25.752.N020.6508	Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica
Objetivo 0437 - Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema	
Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia	
25.752.0296.4477.0033	Manutenção do Sistema de Geração de Termonuclear de Angra I e II
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia - N123	
12.122.N123.2000	Administração da Unidade

4.1.1.1 Programa N020 - Energia Elétrica

- a) **Objetivo 0437 - Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.**

Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia.

Ação 4477 - Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

Quadro 4.1.1.1 - Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 4477	Denominação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).		
Finalidade da Ação: Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infra-estrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de carácter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.			
Objetivo Geral: As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, ao longo de toda a vida útil das usinas, e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infra-estrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. O sucesso dessa atividade é mensurado pela produção das usinas.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Olívio da Conceição Napolitano	
Unidades Executoras:		Diretoria de Operação - DO	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Diretoria de Operação - DO	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Diretoria de Operação - DO	
Orçamento: Lei Nº 13.225/2015			
Metas e Resultados da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	428.595.284	197.031.350	89,96%
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

O Orçamento Estrutural da DO em 2015, após os diversos ajustes ocorridos durante o exercício, foi de R\$ 364,9 milhões, excetuando as naturezas “pessoal” e “combustível”. Até o dia 06.01.2016 está contabilizada uma realização de R\$ 312,3 milhões, representando 85,6% do total orçado e acham-se comprometidos R\$ 48,6 milhões, representando 13,3% restando ainda um valor disponível de 4 milhões correspondente a 0,1%. Deste total realizado, R\$ 78,5 milhões (25,1%) referem-se aos gastos com a Parada 1P21 de Angra 1 e R\$ 47,7 milhões (15,3%) referem-se aos gastos com a Parada 2P12 de Angra 2. Assim, excluindo-se os custos da Parada, as atividades de rotina da Diretoria (materiais, serviços de terceiros e outros dispêndios) consumiram cerca de R\$ 186,1 milhões (59,6%).

Quanto ao Custo Direto do Orçamento de Investimentos no Programa de Manutenção da Geração de Angra 1 e Angra 2, sob responsabilidade da DO em 2015, está contabilizada até 07.01.2016, totalizando uma realização de R\$ 123,3 milhões. Esse valor representa 61,7%, da proposta orçamentária de Investimentos, no montante de R\$ 200,0 milhões. Os restantes 38,3% acham-se alocados as atividades sob responsabilidade da DT (Diretoria Técnica) ou não foram realizados, principalmente, em função da interrupção ou adiamentos na execução de serviços contratados e a serem contratados.

Resultados:

O ano de 2015 foi mais um no qual o programa de suporte técnico e revisões efetuadas por organismos internacionais teve grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional de Angra 1 e 2 e na preparação para a operação de Angra 3. Foram conduzidas, no Brasil e exterior, as seguintes revisões e treinamentos por organismos internacionais:

- De 03.08 a 07.08 – Foi realizada a “Technical Support Mission” pelo INPO a respeito de saúde de Sistemas, com a participação de profissionais das áreas de Operação, Engenharia e Manutenção das Usinas de Angra 1 e Angra 2, além da Engenharia de Apoio. Foram analisados nossos programas de manutenção preventiva e desempenho de sistemas. Como resultado, foi elaborado um relatório com recomendações. Deverá ser elaborado um plano de ação para implementação destas recomendações.
- Participação no treinamento denominado “Work Planning Users Group Meeting” do EPRI nos EUA.
- Participação no “Multi AREVA Customer Meeting Event 2015”, que incluiu a Reunião Anual de Chefes de Usina, a Reunião do Grupo e Proprietários de Usinas KWU, além de uma visita técnica à Usina Nuclear de Phillipsburg.
- Participação em treinamento teórico e prático de operação e manutenção do novo Sistema de Medição por Aerobolas que foi instalado durante a parada 2P12 em Angra 2. Participação no teste de aceitação em fábrica (Alemanha) do sistema.
- Participação nas inspeções e testes de qualificação e certificação para aceitação dos procedimentos de ensaio por ultrassom mecanizado, para as soldas dissimilares de tubulação e bocal do Gerador de Vapor de Angra 2, na Alemanha.
- Participação, a convite do EPRI e da NASA, do Workshop de Engenharia de Usina Nuclear, na Usina de Atucha I, na Argentina.
- Participação na 63ª. Reunião da Junta de Governadores da WANO – Paris de 24 a 27.02 com presença de presidentes, CEO e CNO de diversas empresas da Europa.
- Quatro engenheiros da Empresa participaram de missões internacionais, conduzidas pela IAEA (OSART) e WANO (Peer Review), em usinas da, Espanha, Inglaterra e Rússia.
- Diversos profissionais participaram em cursos técnicos nos Estados Unidos aplicados pelo Electrical Power Research Institute (EPRI).
- Participação de especialistas em seminários, treinamentos e reuniões técnicas no exterior, por exemplo: PWR Owners Group, EPRI, INPO, AREVA, IAEA, versando sobre diversos temas, tais como Plant Managers, System and Equipment Engineering, Operations e outros.
- Participação de profissionais das usinas como mão de obra auxiliar e especializada para suporte de atividades de parada na NASA – Argentina.

Angra 1, operou durante 275,7 dias em 2015 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e realizou sua Parada programada para reabastecimento de combustível e troca parcial do revestimento interno do condensador. A parada 1P21 foi realizada em 58,6 dias sendo a meta estabelecida com o ONS em 37 dias. A duração foi extrapolada em 21,6 dias devido aos seguintes motivos: Greve geral dos trabalhadores, entre os dias 14 e 15 de maio, e entre os dias 1 e 19 de junho. Este tempo impactou diretamente no programa de atividades da parada 1P21. Outro impacto foi o atraso da chegada de ferramentas especiais dos contratos internacionais: PLASTOCOR e SIEMENS influenciando diretamente na linha crítica da Parada.

A Unidade produziu **4.102.089,9 MWh** de Energia Bruta. Os períodos de indisponibilidade ocorridos durante o ano foram devidos as paradas programadas 1P21(Abastecimento) e 1P20A (Reparo da LBS- Load Break Switch, com 1,3 dias), cinco desarmes e 2 paradas não programadas 1P20B (troca das juntas de expansão com 20,5 dias) e 1P21A (atuação do rele diferencial do gerador elétrico 87-G1 com 5,9 dias) totalizando 88 dias de geração.

Além da operação equivalente a 1,3 dias com potência reduzida para atender execução dos testes de Atuação dos Dispositivos de Segurança – Injeção de Segurança (PI-O 113A e PI-O 124A) e a operação a 75% da potência nominal devido a contaminantes químicos no Sistema Secundário. Angra 1 opera sem falha de elemento combustível desde 2010.

Angra 2, operou durante 333 dias em 2015 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e realizou sua Parada programada para reabastecimento de combustível, com duração de 31,75 dias. A Unidade produziu **10.707.070,6 MWh** de Energia Bruta, o melhor resultado em ano com parada de reabastecimento e o segundo melhor resultado na história de Angra 2. O Fator de Capacidade alcançou 90,54% e também foi o melhor resultado em ano com parada de reabastecimento e o segundo melhor desempenho na história da Unidade. Os períodos de indisponibilidade ocorridos durante o ano foram devidos à parada programada; extensão de parada de 6,1 dias; queda de frequência no Sistema Interligado Nacional (SIN); reparo da Bomba de Condensado Principal LCB30AP001 em decorrência de falha do acoplamento elástico do motor; reparo da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC30AP001 ocasionado por alta vibração; desarme do Reator provocado por falha alta do sensor de nível do Pré-aquecedor de Água de Alimentação de Alta Pressão - LAD52CL002 e desarme da Bomba de Condensado Principal LCB10AP001 causado por falha no canal de medição de alta temperatura no mancal do motor. Diferentemente ao ciclo 11, Angra 2 operou o ciclo 12 inteiro sem falha de combustível.

A produção histórica acumulada das duas unidades alcançou o valor de 243,34 milhões de MWh. No Anexo 1 apresentamos a geração bruta acumulada até o final de 2015 e o número de dias em operação, ano a ano, desde o início de operação de cada unidade.

A Superintendência de **Manutenção** conseguiu realizar as metas estabelecidas pelas usinas de manutenção corretivas (“backlogs”) e do número de retrabalhos decorrentes das atividades de manutenção para ambas as usinas, o que demonstra a efetividade da Manutenção em manter a boa confiabilidade dos equipamentos e componentes das usinas. Em decorrência do Plano de Ação proposto para atender a Área para Melhoria de Levantamento e Movimentação de Cargas apontada no Peer Review ocorrido em 2014, foi realizada em Agosto uma TSM (Technical Support Mission) sobre este tema, para podermos refinar as práticas implementadas e melhor atender ao Follow-up que deverá ser realizado futuramente.

A Superintendência de **Coordenação da Operação** promoveu ações importantes para a melhoria da segurança das usinas, podendo destacar-se para Angra 1 o comissionamento final e o treinamento de todos os turnos de operação no novo Simulador instalado em Mambucaba. Adicionalmente, atendendo a uma condicionante da Autorização Permanente de Operação (AOP), foram implementadas as novas Especificações Técnicas de Angra 1, em português, baseada no documento NUREG 1431.

Em Angra 2 foi iniciada, para atender as condições “Além das Bases de Projeto” do plano de resposta à Fukushima, a primeira fase do aumento da capacidade do Bleed & Feed do Secundário. Nesta primeira fase, foram instaladas conexões com o Sistema de Água de Alimentação de Emergência (LAR) para permitir utilização de bomba móvel para alimentação dos Geradores de Vapor e conexão para reenchimento das piscinas do Sistema de Água de Alimentação de Emergência (LAR) a partir de fonte externa de água.

Adicionalmente foram concluídas todas as etapas para desenvolvimento e implementação das Diretrizes para Gerenciamento de Acidentes Severos (SAMG) de Angra 2.

Os equipamentos móveis identificados no Relatório de Resistência (Stress Test Report), para fazer frente a essas situações, foram adquiridos e estão disponíveis na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA). Adicionalmente, foram concluídas todas as etapas de desenvolvimento e preparação para implantação das Diretrizes para Gerenciamento de Acidentes Severos (SAMG) de Angra 1 na língua Portuguesa.

Em Relação ao Plano de Emergência Local (PEL), foram realizados os exercícios simulados de emergência do PEL e o Exercício Simulado Geral do Plano Emergência Externa – PEE. O Centro de Emergência de Mambucaba – CEMB foi transferido para o anexo do Centro de Treinamento de Mambucaba com disponibilidade de vídeo conferência.

No ano de 2015, as Usinas passaram por avaliação internacional (Technical Support Mission) conduzida pelo Institute of Nuclear Power Operations (INPO) a respeito de saúde de Sistemas, com a participação de profissionais das áreas de Operação, Engenharia e Manutenção das Usinas de Angra 1 e Angra 2, além da Engenharia de Apoio. Foram analisados os programas de manutenção preventiva e desempenho de sistemas. Como resultado, foi elaborado um relatório com recomendações. Deverá ser elaborado um plano de ação para implementação destas recomendações.

Foi finalizado em dezembro de 2015 o Plano de Sucessão Programada de Empregados da Eletrobrás (PSPE) resultando na saída de 222 profissionais na Diretoria de Operação e Comercialização. As vacâncias ocorreram em diversos níveis de competência englobando cargos de chefia, supervisão e suporte. Para os cargos de chefia e supervisão foi tomado o especial cuidado de assegurar que a nova composição do quadro de ocupantes de cargos de confiança da Diretoria preservasse o conjunto de habilidades e perfil técnico necessário para continuar operando a Central Nuclear de maneira confiável e segura. Adicionalmente, profissionais contratados originalmente para Angra 3 foram utilizados para ocupar as lacunas geradas pelo PSPE principalmente nas Usinas. No entanto, a quantidade e especialidade dos profissionais de Angra 3 não atende todas as necessidades existentes em termos de efetivo. Esta carência residual precisará ser sanada através da realização de concurso público.

1. Principais Destaques

Na Superintendência da **Coordenação da Operação** podemos citar como destaque:

- Instalado, comissionado e testado o Simulador de escopo total da Usina Angra 1. O simulador foi liberado em junho para início do retreinamento dos grupos de licenciados e concluiu com sucesso todo o programa conforme planejamento em dezembro de 2015;
- Concluídas todas as etapas de desenvolvimento e preparação para implantação das Diretrizes para Gerenciamento de Acidentes Severos (SAMG) de Angra 1 na língua Portuguesa;
- Aprovado o procedimento para Gerenciamento de Acidentes Severos de Angra 2 em inglês com implantação a partir de fevereiro de 2016.

Em **Angra 1** relacionamos os seguintes destaques em 2015:

- Em novembro de 2015, a geração elétrica bruta de 464.863,165 MWh foi a melhor geração mensal para novembro na história de Usina com geração média de 645,6 MWe;
- Em dezembro de 2015, a geração elétrica bruta de 480.540,806 MWh foi a segunda melhor geração mensal de sua história, com geração média de 645,9 MWe, superada apenas por julho de 2014, no inverno daquele ano;
- Em 21 de dezembro de 2015 foram implementadas as novas Especificações Técnicas de Angra 1, em português, baseada no documento NUREG 1431. Esta ação atende a uma condicionante da Autorização Permanente de Operação (AOP) de Angra 1;
- Em função das dificuldades no fornecimento de hidrazina, a Divisão de Química de Angra 1 – DQAU.O, em conjunto com a Divisão de Química de Angra 2 – DQAD.O, iniciou um estudo sobre sequestrantes de oxigênio alternativos para possível utilização no sistema secundário e auxiliares, até que o fornecimento seja restabelecido.

As principais melhorias e modificações realizadas em **Angra 1** foram:

- Nas caixas 2 e 3 do condensador foram trocados os revestimentos internos. Foram vedados os espaços (“GAP”) entre tubo-espelho e desativado o sistema de pressurização dos espelhos;
- Realizada a revisão decenal do Gerador Diesel de Emergência - DG-3;
- Introdução de 44 novos Elementos Combustíveis NGF (New Generation Fuel) no núcleo do Reator com melhorias tecnológicas que aumentaram significativamente suas propriedades neutrônicas e termo-hidráulicas;
- Redução significativa do número de pendências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e de Garantia da Qualidade - SAC;
- Implementação dos procedimentos PA-GE 063 – Plano de Contingência – para emergência com Produtos Químicos – com relação a Vazamentos e Derramamentos e o PA-GE 082 - Utilização de Bloqueios de Segurança em circuitos/disjuntores elétricos atendendo a norma NR-10 e uma recomendação da OSART (Operational Safety Review Team).

Em relação a **Angra 2** registramos os seguintes destaques:

Em Angra 2 foram produzidos 10.707.070,63 MWh de Energia Bruta, o melhor resultado em ano com Parada de Reabastecimento;

- Divulgação e preparação do procedimento 2PA-GE84 – Atendimento à Emergência com Produtos Químicos.

As principais melhorias e modificações realizadas em **Angra 2** foram:

- Substituição e remanejamento dos detectores de incêndio do Sistema de Alarme de Incêndio (CYE) da região dos Grandes Equipamentos do Edifício do Reator (UJA);
- Substituição do transformador de saída de 525kV (BAT03), fase A, pelo reserva;
- Modernização do Sistema de Medição de Nível do VPR (Vaso de Pressão do Reator);
- Substituição / Modernização do Sistema de Medição por Aerobolas para solucionar os problemas de obsolescência do sistema;
- Implementação de 13 modificações de projeto visando atender recomendações do órgão regulador (CNEN) e melhorias técnicas na operação da unidade.

2. Paradas Programadas

Em **Angra 1**, foi realizada a 21ª parada para Reabastecimento de Combustível – 1P21 entre os dias 07 de maio (às 14h58min) e 05 de julho (às 06h09min). Foram executadas 4.255 tarefas ultrapassando as 3695 tarefas planejadas, num prazo total de 58,6 dias contra uma meta proposta de 37 dias, não atendendo as metas acordadas com o ONS. A duração foi extrapolada em 21,6 dias devido à greve dos trabalhadores de 1 a 19 de junho e a de 48 horas (14 e 15 de maio), totalizando 21,6 dias paralização. Este tempo impactou diretamente nas atividades da parada 1P21. Outro impacto foi o atraso da chegada de ferramentas

especiais dos contratos internacionais: PLASTOCOR e SIEMENS influenciando diretamente na linha crítica da parada. A meta de acidente industrial com pessoal contratado com afastamento também não foi atingida, pois houve um acidente, sem gravidade, porém com afastamento, comprometendo a mesma. A dose coletiva permaneceu dentro da meta prevista, ou seja, foi planejado 600,0 pessoa.mSv e realizado um total de 364,39 pessoa.mSv ($\approx 60,7\%$).

Além dos itens relacionados ao Reabastecimento de Combustível, destacamos a realização das seguintes atividades relevantes:

- Revisão e testes do Regulador de Tensão, Gerador Principal e da Chave de Manobra em Carga;
- Revisão e Testes de Inversores;
- Manutenção dos sistemas de 138kV e 500kV, transformadores de potência da Usina T1-A/B/C, Reparo da seccionadora 637;
- Revisão geral e alinhamento dos selos da Bomba de Refrigeração do Reator BRR#1 de Angra;
- Troca do motor da Bomba de Refrigeração do Reator BRR#2 de Angra 1;
- Manutenção das Linhas do Sistema de Água de Serviço (SW) – No Trem A foi executada inspeção robótica e substituídas as válvulas SW-114 e SW-115, Nos trocadores de calor do Sistema de Refrigeração de Componentes (SRC) CC-1A (Component Cooling-A) foram reparados os suspiros e dreno na caixa de entrada com aplicação de resina nestas regiões. No Trem B foi substituída a válvula SW-119, no CC-1B (Component Cooling-B) foram reparados os suspiros e dreno na caixa de entrada com aplicação de resina nestas regiões;
- Teste, Inspeção e Manutenção de Válvulas de Alívio e Segurança: 8010A/B;
- Limpeza da lama “*Sludge Lancing*” dos Geradores de Vapor;
- Troca do Motor da Bomba de Água de Circulação CW-1B;
- Manutenção e Testes do Sistema de Indicação Digital de Posição de Barras – DRPI;
- Realizadas atividades de limpeza, manutenção mecânica, manutenção elétrica, revestimento e inspeção em todas as caixas dos Condensadores Principais 1A e 1B; e também nos trocadores de calor TC-3A e 3B (Turbine Cooling 3A e 3B);
- Substituídas 13 juntas de expansão das linhas de extração da Turbina;
- Inspeção e Testes de suportes e amortecedores nucleares;
- ISI (In Service Inspection - Inspeção em Serviço) de soldas pela Tecnatom e Topcheck. Programa de Medição de Espessuras; Inspeção de Componentes Classes 1, 2 e 3; Inspeção de soldas por ultrassom;
- Inspeção nos Reaquecedores e Separadores de Umidade RSU1A e RSU1B conforme NR-13;
- Inspeção para Detecção de Corrosão por Vazamento de Ácido Bórico no Sistema Primário;
- Teste de ECT (Eddy Current Test - Teste por Correntes Parasitas) em 25% dos tubos dos Geradores de Vapor 1 e 2;
- Substituição dos controladores de pressão automáticos(PK) e manuais(HK): HK5757, HK5758, PK5753A/B, PK5754A/B do Sistema de Ventilação da Barreira Biológica (VBB), PK1527, PK1528 do Sistema de Agua de Alimentação Auxiliar, PK5840A1/A2, PK5840B1/B2 do Sistema de Ventilação da Área de Acesso Controlado), PK5957A/B e PK5963 do Sistema de Ar Condicionado da Sala de Controle;
- No SRR (Sistema de Refrigeração do Reator) - Substituição dos transmissores de pressão diferencial FT-411, FT-412, FT-413, FT-414, FT-415 e FT-416 no interior da contenção;
- No SAS (Sistema de Agua de Serviço) foi realizada modificação do bocal de drenagem das caixas d'água de entrada dos Trocadores de Calor do Sistema de Refrigeração de Componentes CC-1A/B e reparo definitivo dos vazamentos nos bocais de entrada e saída dos mesmos;
- Substituição dos transformadores com Ascarel T1B-3C e T1B-4C;
- Upgrade do Sistema Digital de Controle Eletro-Hidráulico da Turbina (DEHC/TCS) (Escopo adicional da Parada 1P21 sistema digital Ovation);
- Descomissionamento Elétrico da cinta térmica das válvulas de controle (PCV-430 e PCV-431C) do sistema de alívio do Pressurizador.

Ocorreram ainda três Paradas adicionais, conforme abaixo:

- 1P20A, para o reparo da Chave de Abertura em Carga (“*Load Break Switch*”) que estava impedida de abrir por falha do seu sistema de pressurização. A parada ocorreu entre os dias 07 de fevereiro (às 01h00min) e 08 de fevereiro (às 17h00min).
- 1P20B, para o reparo do Condensador e Trocas das Juntas de Expansão, entre os dias 19 de fevereiro (às 00h22min) e 11 de março (às 11h32min). O desligamento não programado ocorreu devido à contaminação do secundário por sódio (água do mar), causado por rompimento de tubos do condensador, que por sua vez foram causados pelo rompimento de juntas de expansão nos condensadores.
- 1P21A, para pesquisa de atuação do relé de proteção diferencial do gerador elétrico principal 87-G1, inspeções e testes elétricos. Foi identificado que a causa do desligamento não programado foi dano no cabeamento do transformador de corrente do neutro da fase C do gerador elétrico principal. A parada ocorreu entre os dias 24 de outubro (às 22h45min) e 30 de outubro (às 05h57min).

Em **Angra 2**, foi realizada a 12ª Parada para Reabastecimento de Combustível – 2P12. Iniciada no dia 25/09/2015 às 23h09min, com duração prevista de 25,66 dias. A Parada foi concluída no dia 27/10/2015, às 18h09min, após 31,75 dias, com o sincronismo da unidade ao Sistema Elétrico. Contribuíram para o prolongamento da parada os seguintes itens:

- Ultrassom do Vaso de Pressão do Reator (VPR);
- Perda de Alimentação Elétrica, atuação da proteção do Transformador da Rede Externa (BCT);
- Carregamento do Núcleo (efeito "banana" / bowing);
- Fechamento do VPR com a limpeza dos parafusos e furos roscados (entrada indevida de água);
- Reparo da bomba MAV21AP001 (Bomba Principal de Óleo Lubrificante da Turbina).

Foram programadas inicialmente para a Parada 2P12, a execução de 3439 Licenças de Trabalho (LT), mas foram executadas 4209. A Dose Coletiva de Radiação realizada foi de 238 Pessoa.mSv.

Dentre as atividades rotineiras de Parada para Reabastecimento de Combustível, testes e inspeções, manutenções preventivas e corretivas e implantação de modificações de projeto merecem destaque as seguintes atividades:

- Atividades de manutenção e testes da redundância principal 30/70;
- Ultrassom do VPR (Vaso de Pressão do Reator) incluindo os furos roscados do flange, a tampa e os estojos do VPR;
- Inspeção visual dos internos do núcleo, incluindo a fixação dos mesmos e também a verificação da constante de molas de retenção da estrutura superior do núcleo;
- Ultrassom nos Geradores de Vapor (GV) 20 e 30, bem como inspeção visual no lado secundário superior do GV10;
- Substituição do dispositivo de proteção contra sobrevelocidade da turbina pelo reserva que anteriormente foi devidamente revisado pelo fabricante;
- Substituição do motor da Bomba de Refrigeração do Reator (JEB30AP001) pelo motor reserva que anteriormente foi revisado;
- Inspeções diversas em todos os sistemas do Gerador Elétrico e reparo nos anéis de selagem do mesmo;
- Substituição dos anéis de selagem do flange da Bomba de Refrigeração do Reator 40 (JEB40AP001);
- Revisão da estação de válvulas de vapor principal da redundância 30 e nas válvulas piloto das válvulas de vapor principal da redundância 20;
- Revisão da estação de válvulas do Pressurizador;
- Inspeção da tubulação do Sistema de Refrigeração de Serviço de Segurança (PEB) nos trens 30 e 40;
- Substituição de bancos de baterias da redundância 30;
- Revisão de válvulas e atuadores;
- Substituição e remanejamento dos detectores de incêndio do Sistema de Alarme de Incêndio (CYE) da região dos Grandes Equipamentos do Edifício do Reator (UJA);
- Substituição do transformador de saída de 525kV, (BAT03), fase A, pelo reserva;
- Reparos nos dutos de saída do Gerador (BAA);
- Modernização do Sistema de Medição de Nível do VPR;

-
- Implementação de 13 modificações de projeto visando atender recomendações do órgão regulador (CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear) e melhorias técnicas na operação da unidade.

3 Desligamentos Não Programados

Em **Angra 1**, nesse ano de 2015, ocorreram cinco Desligamentos Não Programados, conforme abaixo:

- No dia 19/01 o SIN sofreu uma grande redução da sua frequência atingindo o valor de 59,2Hz às 14h49min, o que causou a atuação do relé de subfrequência 81-1-G1, gerando assim sinal automático de desarme da Turbina, conseqüentemente houve o desarme do Reator e atuação do relé de bloqueio 86-1-G1. Em 20/01 às 14h01min, o Reator foi criticalizado. Às 16h46min, a Unidade foi sincronizada ao SIN.
- No dia 22/07 às 03h57min, o Reator foi desarmado manualmente após a perda do Sistema de Ar de Instrumentos, causada pela falha do sistema de refrigeração dos compressores de ar. O Reator voltou a ser criticalizado às 13h38min. A Chave de Abertura em Carga foi fechada às 15h10min, sincronizando a Unidade ao SIN.
- Em 26/08 às 07h07min durante a sequência de manobras para isolamento da bomba de resfriamento dos mancais (CW-4B) para execução de várias manutenções no sistema de Água de Circulação (SAC), as bombas de Água de Circulação (CW-1A e 1B) desarmaram, fazendo com que fosse requerido o desarme manual do Reator. Às 17h13min, o Reator foi criticalizado. Em 27/08 às 05h01min, a Unidade foi sincronizada ao SIN.
- No dia 22/09 às 11h36min, ocorreu uma subfrequência no Sistema Interligado Nacional e queda na rotação da Turbina acarretando seu desarme que desarmou automaticamente o Reator. No mesmo dia 22/09/2015 às 20h40min o Reator foi criticalizado. Em 23/09/2015 à 01h05min a Unidade foi sincronizada ao SIN.
- No dia 24/10 às 08h11min, ocorreu desarme automático do Reator pelo desarme da Turbina, ocasionado pela atuação da proteção diferencial do Gerador Elétrico Principal. No mesmo dia 24 às 17h08min, o Reator foi criticalizado e a Unidade sincronizada às 22h22min, no entanto, às 22h46min houve um novo desarme da Turbina, ocasionado pela atuação da mesma proteção. No dia 29 às 18h53min, o Reator foi criticalizado. No dia 30 à 05h57min, a Unidade foi sincronizada ao SIN, chegando a 100% no Reator no dia 31/10/2015 à 06h50min.

Em **Angra 2** ocorreu um Desligamento Não Programado, conforme a seguir:

- No dia 15 de novembro ocorreu desarme do Reator devido à falha alta do sensor de nível do Pré-aquecedor de Água de Alimentação de Alta Pressão - LAD52CL002, com perda das Bombas de Água de Alimentação Principal (LAC), ocasionando queda de todas as Barras de Controle (RESA) e perda da ponte de partida.

4 Geração de Energia

No ano de **2015**, a produção de **14.809.160,5 MWh** de energia bruta representou a segunda melhor geração elétrica total da central num ano com realização de duas paradas de reabastecimento e a quarta melhor geração elétrica na história das usinas.

Considerando que ocorreram 6 desarmes não programados em 2015 nas usinas, que é um número superior aos 3 desarmes ocorridos em 2014, sendo 2 dos quais provocados por perturbações externas devido à baixa frequência no Sistema Interligado Nacional (SIN), deve-se, portanto, continuar com os planos de ações conjuntas de modo a reduzir o número de desarmes não programados para as duas Unidades.

Destaca-se o desempenho de Angra 2 no ano de 2015, que atingiu o recorde histórico de **10.707.070,54 MWh** de Energia Bruta gerada e Fator de Capacidade de 90,54%, o melhor resultado em ano de parada de reabastecimento e segundo melhor dentre todos os anos de operação da Unidade.

Como já vinha ocorrendo nos últimos anos, as metas propostas para os Indicadores dos sistemas relacionados à Segurança de Angra 1 e Angra 2, não só foram atingidas, como alcançaram valores iguais ou melhores que o “Best Quartile” das usinas reportadas à WANO e à IAEA, expressando uma operação segura e confiável das mesmas. Tais resultados poderão ser visualizados nos anexo 2 (Indicadores de Desempenho), anexo 6 (Inter comparação do desempenho das usinas da Eletronuclear com as usinas dos centros de Paris e Atlanta da WANO).

Diversas ações para melhorias na segurança e na qualidade operacional das usinas foram implementadas ao longo de 2015, visando atender entre elas as ações Pós – Fukushima, SAMG , tais como instalação das conexões, para equipamento móvel de bombeamento para alimentação dos Geradores de vapor e reenchimento das piscinas do LAR, sistema de Água de Alimentação de Emergência e aumento da capacidade do Bleed & Feed do secundário em Angra 2. Em Angra 1 podemos destacar o comissionamento final e o treinamento de todos os turnos de operação no novo simulador instalado em Mambucaba e a implementação das novas especificações técnicas, em português, baseada no documento NUREG 1431.

Para minimizar os efeitos do Plano de Sucessão Programada de Empregados da Eletrobrás - PSPE foi implementada uma estratégia de remanejamento de profissionais originalmente contratados para Angra 3 visando suprir principalmente as vagas nas Usinas. O quadro de ocupantes de cargos de confiança foi renovado após meticulosa análise do perfil dos possíveis substitutos no intuito de assegurar que seja mantido o conjunto de habilidades necessárias para a Central Nuclear continuar operando de maneira confiável e segura.

Tabela 4.1.1- Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh – Angra 1 e Angra 2

Ano	ANGRA 1		ANGRA 2		CENTRAL
	Nº Dias em Operação com reator crítico	Geração Bruta (MWh)	Nº Dias em Operação com reator crítico	Geração Bruta (MWh)	Geração Bruta (MWh)
1997	261	3.161.440,0	-	-	3.161.440,0
1998	296	3.265.251,5	-	-	3.265.251,5
1999	359	3.976.943,2	-	-	3.976.943,2
2000	272	3.423.307,6	134	2.622.652,0	6.045.959,6
2001	304	3.853.499,2	349	10.498.432,7	14.351.931,9
2002	316	3.995.104,0	337	9.841.746,1	13.836.850,1
2003	273	3.326.101,3	336	10.009.936,2	13.336.037,5
2004	333	4.124.759,2	281	7.427.332,2	11.552.091,4
2005	304	3.731.189,7	235	6.121.765,3	9.852.955,0
2006	288	3.399.426,4	335	10.369.983,9	13.769.410,3
2007	232	2.708.723,5	319	9.656.675,3	12.365.398,8
2008	294	3.515.485,9	325	10.488.288,9	14.003.774,8
2009	225	2.821.494,7	338	10.153.593,5	12.975.088,2
2010	305	4.263.040,8	326	10.280.766,5	14.543.807,3
2011	334	4.654.487,0	363	10.989.764,4	15.644.251,4
2012	365	5.395.561,3	337	10.645.229,2	16.040.790,5
2013	290	3.947.626,4	336	10.692.555,3	14.640.181,7
2014	331	4.989.574,6	326	10.444.932,5	15.434.507,1
2015	275	4.102.089,9	333	10.707.070,6	14.809.160,5
Totais	7.947	92.391.266,1	5.010	150.950.724,6	243.341.990,7

Fonte: Diretoria de Operação e Comercialização – D.O

5 Comercialização de Energia

O montante de energia contratada da Eletronuclear para Angra 1 e Angra 2, em 2015, foi de 1.581,969 MW médios (13.858.049,34 MWh). A tarifa de venda de energia elétrica, aplicada em 2015, foi de 162,09 R\$/MWh - valor associado à Receita Fixa de R\$ 2.246.259.889,69 (dois bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos), conforme determinada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória 1.842, de 16 de dezembro de 2014 e Lei no 12.111, de 09 de dezembro de 2009, onde a energia produzida pelas Usinas Angra 1 e Angra 2 passou a ser comercializada diretamente com as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, em cotas-partes, no Sistema Interligado Nacional – SIN, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Conforme a Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, que estabelece as condições para a comercialização da energia proveniente das usinas Angra 1 e Angra 2, pertencentes à Eletronuclear, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE apura anualmente a diferença entre a energia entregue no centro de gravidade e o somatório das garantias físicas das Usinas Angra 1 e Angra 2, descontados os respectivos consumos internos e as perdas na rede básica.

Quando a diferença for positiva, 50% da diferença deverá ser valorada pelo PLD médio anual (Preço de Liquidação de Diferenças), calculado pela CCEE, e será acrescida na Receita Fixa do ano seguinte. Quando negativa, 100% da diferença deverá ser valorada pelo maior valor entre a tarifa o PLD médio anual, e deduzida da Receita Fixa do ano seguinte. Em ambos os casos, a Eletronuclear receberá ou ressarcirá às distribuidoras cotistas, em duodécimos.

O faturamento bruto correspondente à Receita Fixa de R\$ 2.246.259.889,69 foi pago a empresa, em 12 parcelas mensais, descontados os devidos tributos e os custos administrativos, financeiros, e tributários (CAFT) incorridos pela CCEE.

Em caráter preliminar, no ano de 2015 o montante de energia entregue pela Eletronuclear deverá ser inferior em 41 MW médios (ou 335.293,662 MWh) ao compromisso regulatório de 1581,969 MW médios. Desta forma, em 2016, a Empresa deverá ressarcir às distribuidoras cotistas o valor estimado de R\$ 96 milhões, em duodécimos, originado pelo cálculo do montante negativo, ao valor do PLD médio anual de 2015, calculado preliminarmente em 287,23 R\$/MWh.

Na Tabela é apresentado o resultado da comercialização da energia produzida no ano de 2015 considerando-se os valores preliminares acima apresentados.

As despesas relativas ao Uso do Sistema de Transmissão e à Conexão ao Sistema de Transmissão totalizaram, respectivamente, R\$ 83.732.731,41 e R\$ 736.226,77.

No que diz respeito à comercialização de energia de Angra 3, atendendo ao disposto pela Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 980, de 21 de dezembro de 2010, a Eletronuclear e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assinaram, no dia 26 de agosto de 2011, o Contrato de Venda de Energia de Reserva CER/126 para a comercialização de 1.184 megawatts MW médios provenientes da Usina Nuclear Angra 3. O prazo de suprimento contratual será de 35 anos - com início em 1º de janeiro de 2016 - e o preço de venda da energia contratada, na modalidade por quantidade de energia, será de R\$ 148,65/MWh (base setembro de 2009), conforme fixado anteriormente pela já citada portaria do MME.

Devido a postergação da entrada em operação comercial da usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR solicitou à CCEE, através da correspondência P-263/14, em 24 de setembro de 2014, um aditamento no Contrato de Venda de Energia, com alteração na data de início do fornecimento, que passaria de 1º de janeiro de 2016 para 31 de dezembro de 2018. O prazo de suprimento contratual continua sendo o mesmo de 35 anos e o ponto de entrega será no submercado Sudeste/Centro-Oeste, onde está localizado o empreendimento.

Por meio da Carta CT-CCEE-2935/2014, de 30 de outubro de 2014, resposta à Carta P-263/14, a CCEE entende que qualquer aditivo contratual que altere prazo, volume ou preço só poderá ser efetuado com a manifestação do MME, declarando-se, por conseguinte, impossibilitada em atender o pleito apresentado pela ELETRONUCLEAR.

Em janeiro de 2015, a ELETRONUCLEAR emitiu a Carta P-018/15 para ELETROBRAS, solicitando que sejam feitas gestões junto ao MME no sentido de efetivamente firmar o mais breve possível o referido aditamento contratual. Em março de 2015, a ELETROBRAS emitiu a carta CTA-PR-094/2015 solicitando a avaliação por parte do MME, para que sejam iniciados os procedimentos necessários ao aditamento do referido contrato, nos moldes do instrumento contratual em vigor, adiando o início da operação comercial para dezembro de 2018, alterando o período de contratação de energia para 40 anos e recomposição do preço da energia contratada para até R\$ 267/MWh, referido a dezembro de 2014.

Em junho de 2015, a Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG da ANEEL emitiu a nota técnica nº 23/2015, com a análise da solicitação encaminhada pela ELETROBRAS para prorrogação do início da operação comercial em 31 de dezembro de 2018. A ANEEL considerou que a data pleiteada apresenta alto risco de não ser cumprida e, por isso, não considera a data mais adequada a ser repactuada.

Em julho de 2015, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG da ANEEL emitiu a nota técnica nº 520/2015 com a análise restrita ao cabimento do pedido de excludente de responsabilidade da empresa ELETRONUCLEAR em face do atraso nas obras da UTN Angra 3, assim como do pedido de reequilíbrio econômico e financeiro do correspondente contrato de energia de reserva. Em setembro de 2015, a Diretoria da ANEEL aprovou o encaminhamento de sua análise (Nota Técnica nº 520/2015-SCG/ANEEL) ao Ministério de Minas e Energia.

Em dezembro de 2015, por meio do Despacho da ANEEL nº 4.043, foi autorizado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE não recolher dos Usuários de Energia de Reserva a parcela da Receita Fixa correspondente ao Contrato de Energia de Reserva – CER vinculado à usina Angra 3 para os anos de 2016 e 2017.

Tabela 4.1.2 - Faturamento da Eletrobras Eletronuclear S.A - Exercício 2015

Período	SUPRIMENTO DE ENERGIA			RECEITA DE VENDA DA ELETRONUCLEAR				
	Garantia Física no Suprimento de Gravidade	Suprimento Líquido no Centro de Gravidade	Desvios	PLD Médio Anual	Receita Fixa	Parcela Variável/ Ressarcimento do Ano Atual	Parcela Variável/ Ressarcimento do Ano Anterior	Total
	(MWmed)	(MWmed)	(MWmed)	(R\$/MWh)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Jan a Nov	1.583,201	1.518,994	- 64	-	0,0	-	3.541,639	2.131.149.379
Dez	1.579,498	1.839,235	260	-	0,0	-	321.967	193.740.853
Jan a Dez	1.582,887	1.546,193	- 37	288,11	2.246.259.890	- 85.736,133	82.493.949	2.324.890.232
Parâmetros de Comercialização								
Garantia Física no Centro de Gravidade		13.866.088,269 MWh						
Receita Fixa		R\$2.246.259.889,69 (162,00 R\$/MWh)						
Desvio Positivo		Parcela Variável: 50% do desvio anual, valorado pelo PLD médio anual e faturado no ano seguinte, em duodécimos.						
Desvio Negativo		Ressarcimento: 100% do desvio anual, valorado pelo maior valor entre o PLD médio anual e a Receita Fixa em R\$/MWh e será descontado, no ano seguinte em duodécimos.						

Fonte: Diretoria de Operação e Comercialização – DO

4.1.1.2 Ação 5E88 - Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)

Quadro 4.1.1.2 - Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 5E88	Denominação: Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).		
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio ambiental e cultural.			
Objetivo Geral: A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Luiz Manuel Amaral Messias	
Unidades Executoras:		Diretoria Executiva da Eletronuclear	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Diretoria Executiva da Eletronuclear	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Diretoria Executiva da Eletronuclear e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T	
Metas e Resultados da Ação			
Ação	Meta Física LOA	Meta Física Revisão LOA	Execução Física%
Implantação da Usina Termonuclear de Angra III	10,0%	7,0%	7,0%

Fonte: Gerência de Orçamento e Controle – GOC.A

Justificativas:

A implantação de Angra 3 atingiu 59,4% de avanço no cronograma, que apresenta maio de 2019 como o início da operação comercial da usina. A realização econômica no período foi de aproximadamente R\$ 26,3 milhões. Já a realização acumulada, desde a retomada do empreendimento, atingiu R\$ 5,7 bilhões. Em relação aos serviços de obras civis e montagem eletromecânica, estes encontram-se paralisados devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela ELETRONUCLEAR.

A solução no que se refere ao equacionamento definitivo não apenas das fontes de recursos, mas também a viabilização do recebimento desses recursos de acordo com as necessidades do empreendimento é condição imprescindível para o cumprimento do cronograma da obra.

O avanço físico global da Construção Civil, considerando todas as atividades de adequação de canteiro, armação, colocação de formas, posicionamento de embutidos, concretagem e outros, apresentou para dezembro de 2015 o percentual realizado de 67,26%.

O aditamento 23 do contrato para prestação de serviços de construção civil da usina Angra 3 com a ANDRADE GUTIERREZ foi assinado em 14 de setembro de 2009, no valor de R\$ 1,25 bilhão.

Foi aprovada a suspensão do contrato de obras civis com a ANDRADE GUTIERREZ por 90 dias, prorrogáveis por mais 30, até que a ELETRONUCLEAR possa equacionar suas pendências financeiras.

As atividades estão sendo realizadas com equipe mínima da AG para preservação e manutenção do canteiro de estruturas executadas e itens instalados, tendo sido executado em dezembro:

- Serviços de *Housekeeping*;
- Preservação de embutidos;

-
- Estanqueidade;
 - Bombeamento;
 - Preservação de armaduras.

Consórcio Montador (ANGRAMON)

O contrato da montagem eletromecânica de Angra 3 foi assinado em 19 de setembro de 2014, no valor de R\$ 1,29 bilhão para o pacote nuclear e R\$ 1,65 bilhão para o pacote convencional.

As empresas responsáveis pelo pacote convencional (UNA 3) são: NORBERTO ODEBRECHT (CNO), ANDRADE GUTIERREZ (AG), CAMARGO CORRÊA e UTC ENGENHARIA e pelo pacote nuclear (ANGRA 3) são: QUEIROZ GALVÃO, EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA (EBE) e TECHINT.

A ELETRONUCLEAR recebeu, a partir do fim de jul-15, correspondências formais das empresas componentes dos consórcios Angra 3 (QUEIROZ GALVÃO e TECHINT) e UNA 3 (CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT e ANDRADE GUTIERREZ) manifestando intenção de retirada do Consórcio e do contrato. Além disso, foi iniciado pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) processo visando Acordo de Leniência com a Construtora Camargo Correa S.A. (UNA 3).

Ante tal contexto da situação financeira atual da empresa e de outras incertezas, a Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR, em reunião realizada no dia 06-ago-15, decidiu levar ao Conselho de Administração a proposta para suspensão do contrato com o consórcio ANGRAMON (Angra 3 + UNA 3), o qual homologou a proposta de paralisação por 60 dias, a contar de 03-set-15, período prorrogado pelo limite legal de 120 dias, através de correspondência encaminhada ao Consórcio ANGRAMON em 30-set-15. A decisão de homologar a proposta da DE implicou também na consulta às empresas UTC e EBE, para saber se as mesmas conseguiriam prestar os serviços necessários para continuidade do contrato de montagem. Em resposta à consulta realizada pela ELETRONUCLEAR junto ao consórcio ANGRAMON, o consórcio informou através de carta, de 08-set-15, que providenciaria a documentação e informações necessárias à comprovação da manutenção das condições de habilitação das empresas remanescentes, conforme previsto no edital, e que encaminharia oportunamente à ELETRONUCLEAR para apreciação, juntamente com as manifestações individuais de cada consorciada. Entretanto, a UTC se pronunciou em 02-out-15 informando sua solicitação de retirada do consórcio e dos contratos de montagem.

Foi solicitado pelo consórcio ANGRAMON, a rescisão dos contratos de montagem eletromecânica.

Em 14-dez-15, a ELETRONUCLEAR encaminhou cartas aos representantes legais das empresas componentes do consórcio ANGRAMON (UTC, QUEIROZ GALVÃO, TECHINT, CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT, ANDRADE GUTIERREZ, CAMARGO CORRÊA e EBE) visando informar acerca da instalação de processo administrativo com vistas à investigação da validade do processo seletivo, que culminou com a celebração dos contratos de montagem eletromecânica. A base de tal processo foi o acordo de leniência celebrado no CADE entre uma das integrantes do consórcio ANGRAMON (empresa CAMARGO CORRÊA).

Na mesma data, a ELETRONUCLEAR tomou conhecimento de ação judicial impetrada pelo consórcio ANGRAMON contra a ELETRONUCLEAR, distribuída para a 44ª Vara Cível, para a qual a empresa aguarda pertinente citação. De antemão foi indeferido o pedido de tutela antecipada solicitado pelo Consórcio, com vistas a se proteger de eventuais medidas que podem vir a ser tomadas pela ELETRONUCLEAR.

Resultados:

a) Avanço Físico dos Prédios/Estruturas

A tabela a seguir apresenta os avanços realizados acumulados até dezembro de 2015 para as principais estruturas da usina, considerando Concreto, Acabamento e Estrutura Metálica. Não houve avanço nos percentuais abaixo em relação ao mês anterior.

Tabela 4.1.3 - Avanço Físico dos Prédios/Estruturas

Estrutura		Concreto %	Acabamento %	Estrutura Metálica %
UJB	Edifício do Reator Annulus	81,9%	60,5%	71,3%
UJA	Edifício do Reator	50,2%	0,0%	13,5%
UJF	Estrutura de Eclusa de Equipamento e do Pórtico	73,3%	0,0%	0,0%
UJE	Compartimento de Válvulas do Vapor Principal e Água de Alimentação	34,0%	0,0%	0,0
UKA	Edifício Auxiliar do Reator	84,7%	23,8%	44,4%
UKH	Chaminé de Descarga de Gases	29,2%	0,0%	0,0%
UBA	Edifício de Controle	99,7%	56,4%	35,7%
UBP	Edifício dos Geradores de Emergência e Água Gelada	43,0%	0,0%	0,0%
ULB	Edifício de Alimentação de Emergência	87,0%	0,0%	3,9%
UMA	Edifício da Turbo-Gerador	90,8%	41,0%	65,7%
UPC	Estrutura de Tomada D'Água Principal	38,6%	0,0%	0,0%
ULD	Edifício de Purificação do Condensado	93,4%	0,0%	0,0%
UYA	Edifício da Administração	44,0%	0,0%	0,0%
UZT	Área Externa e Demais Estruturas	43,3%	19,6%	99,3%

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

D) Contrato para Suprimentos – AREVA

O Contrato de Suprimentos inclui os componentes fabricados diretamente pela AREVA e aqueles fabricados por suas subcontratadas. Observe-se que os principais equipamentos de Angra 3 já foram entregues, como parte integrante do escopo do contrato para suprimentos para Angra 2 e 3.

O progresso realizado do contrato de suprimentos representa 34,9% do total.

Os pagamentos à AREVA estão normalizados. Até o momento, foram pagos aproximadamente EUR 135 milhões em faturas atrasadas referentes aos contratos de Suprimentos e Serviços. Os valores remanescentes dependem de esclarecimentos da AREVA referentes ao processo de importação e correções a serem efetuadas. Paralelamente, estão sendo processadas também novas faturas de serviços e suprimentos.

Face à atual situação geral do empreendimento, foi definido junto à AREVA um programa especial de suprimentos para 2016, compatível com a fonte de financiamento disponível (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). A AREVA está em tratativas com os fornecedores selecionados, de modo a cumprir o programa definido.

Ao longo dos próximos meses, novas entregas FOB e DAP irão ocorrer. Novas entregas de tubulação, escopo remanescente do TG-Set e bombas PAC/PCC estão previstos para o primeiro trimestre de 2016. O número total de pacotes já entregues no porto europeu para embarque (FOB) chegou a 247. Destes pacotes, 229 já foram entregues em Angra, em sua maioria tubulações e suportes.

Em 15-dez-15 ocorreram na Alemanha as reuniões do *Steering Committee* com a participação da ELETRONUCLEAR. AREVA e ELETRONUCLEAR apresentaram os resultados alcançados em 2015 e reafirmaram seus compromissos de trabalho no empreendimento, inclusive com o programa definido para 2016 para suprimentos e serviços. A ELETRONUCLEAR questionou a lenta remobilização da Siemens (I&C), mas a AREVA afirmou que a empresa já está se remobilizando.

II) Contrato de Serviços

O Contrato de Serviços tem como escopo a execução dos serviços importados necessários à construção, supervisão de montagem e comissionamento de Angra 3.

Tal como ocorrido com o contrato de suprimentos, o contrato de serviços se encontra em processo de remobilização, também com velocidade reduzida.

Foram emitidas *Task Work Orders* para delegações de apoio em HVAC e DESY/KADIS, além de reunião específica sobre os Geradores Diesel D2, com inspeções em Angra 2. Além disso, a ELETRONUCLEAR sinalizou aprovação dos currículos dos delegados *expert* em comissionamento e *expert* em cronograma, porém com inícios a serem definidos em 2016.

Durante a primeira semana de dez-15, ocorreram reuniões com a AREVA, onde foi definido programa de serviços para 2016, considerando-se a situação geral do empreendimento. Encontrase pendente somente a definição do quantitativo de horas de coordenação para 2016. AREVA apresentou uma proposta de quantitativo de horas de coordenação que está sendo avaliada. A ELETRONUCLEAR fará uma contraproposta por considerar superdimensionada a equipe de coordenação descrita pela AREVA para 2016. Após harmonização deste quantitativo, a AREVA irá revisar a *Annual Work Order Proposal 2016* em função do programa completo acordado, de modo que a ELETRONUCLEAR possa emitir a primeira *Semestral Work Order* de 2016.

Abaixo a tabela apresenta a situação do contrato de serviço.

Tabela 4.1.4 - Contrato de Serviços

SERVIÇOS	PREVISTO EM CONTRATO	REALIZADO (até nov/15)	% REALIZADO NO CONTRATO
Design, Design Review, Coordenação e Treinamento (HH)	631.622	183.054	29%
Qualidade de Documentos	3.602	515	14%

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

III) Financiamento do Empreendimento

Para fazer frente às necessidades de cobertura dos contratos essenciais à conclusão do empreendimento Angra 3, a estrutura de financiamento para o empreendimento atual está baseada em quatro fontes de recursos, a saber: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF, Reserva Global de Reversão / ELETROBRAS – RGR/ELETROBRAS e Recursos Próprios – RP. Entretanto, a estrutura atual não está atendendo às demandas de dispêndios em relação aos bens e serviços nacionais porque o RP exigido está, atualmente, além do que foi originalmente estimado para a retomada do empreendimento em 2010.

A ELETRONUCLEAR precisa equacionar os recursos em moeda nacional de modo a permitir exercitar, na sua plenitude, os contratos de financiamento da Caixa Econômica Federal (Cobertura para ICMS, Despesas Portuárias e Imposto de Renda nas remessas) e BNDES (Contrapartida).

a) Recursos BNDES – Financiamento de R\$6,1 bilhões (Dispêndios Internos)

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento, cuja última liberação ocorreu em 23 de junho de 2015.

Tabela 4.1.5 - Recursos BNDES – Financiamento (Dispêndios Internos)

Data da Assinatura	Valor do Financiamento	Valor Liberado (MR\$)	% Liberado	Saldo (MR\$)
23-fev-11	6.146.256.000,00	2.651.000.000,00	43%	3.495.256,00

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

Nota: No início do projeto, 80% eram financiados pelo BNDES e 20% eram cobertos com contrapartida de recursos próprios (ELETRONUCLEAR), desde que comprovado índice de nacionalização de pelo menos 70% dos componentes. Atualmente, entretanto, 60% são financiados pelo BNDES e 40% com recursos próprios.

b) Recursos RGR – Financiamento de R\$890,0 milhões (Dispêndios Internos)

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento, cuja última liberação ocorreu em 28 de dezembro de 2015.

Tabela 4.1.6 - Recursos RGR – Financiamento (Dispêndios Internos)

Data da Assinatura	Valor do Financiamento	Valor Liberado (MR\$)	% Liberado	Saldo (MR\$)
24-jan-11	890.000.000,00	594.200.000,00	67%	295.800.000,00

Nota: Não haverá mais liberação deste recurso.

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

c) Recursos ELETROBRAS – Financiamento de R\$295,8 milhões

Em virtude de não mais haver liberação do recurso RGR, foi aprovado pelo Conselho de Administração da ELETROBRAS, o financiamento de R\$ 445,4 milhões. O montante total destinado para Angra 3 foi de R\$ 295,8 milhões, que representa o saldo do RGR.

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento, cuja última liberação ocorreu em 18 de dezembro de 2014.

Tabela 4.1.7 - Recursos ELETROBRAS – Financiamento

Data da Assinatura	Valor do Financiamento	Valor Liberado (MR\$)	% Liberado	Saldo (MR\$)
29-set-14	295.750.428,90	295.750.428,90	100%	0,0

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

d) Recursos CEF – Financiamento de R\$3,8 bilhões (Dispêndios no Mercado Externo)

Os recursos desse financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) abrangem os contratos assinados junto à AREVA e outros contratos externos.

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento, cuja última liberação ocorreu em 27 de julho de 2015.

Tabela 4.1.8 - Recursos CEF – Financiamento (Dispêndio Mercado Externo)

Data da Assinatura	Valor do Financiamento (R\$)	Valor Liberado (R\$)	% Liberado	Saldo (R\$)
28-jun-13	3.800.000.000,00	1.983.570.000,00	52%	1.816.430.000,00

A liberação da primeira parcela do financiamento, no valor de R\$ 1,98 bilhão, ocorreu em 27-jul- 15, dos quais R\$ 1,08 bilhão foi abatido para a quitação do Contrato de Empréstimo Ponte e para o pagamento de encargos e juros. Com esta liberação, a ELETRONUCLEAR garantiu o pagamento de faturas retidas de serviços e equipamentos importados na ordem de R\$ 280,0 milhões.

A ELETRONUCLEAR utilizará o contrato de financiamento estrangeiro, da CEF, para Cobertura de ICMS, Despesas Portuárias e Imposto de Renda nas remessas, todas despesas vinculadas aos contratos de bens e serviços importados.

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

e) Isenções Fiscais RENUCLEAR (Lei nº 12.431/11)

Em 13 de novembro de 2014, foi publicada a LEI Nº 13.043, que revisa a Lei Nº 12.431/2011, instituindo o RENUCLEAR como único regime de suspensão do IPI, II, PIS e COFINS e eliminando a exigência da comprovação de não similar nacional para suspensão do II. A atual expectativa é que a ELETRONUCLEAR seja beneficiada com a isenção de impostos de cerca de R\$ 1,5 bilhão até o fim do empreendimento.

b) Objetivo 0034 – Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Iniciativa: Realização de Estudos e projetos do Setor Elétrico

4.1.1.3 Ação 6508 - Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica

Quadro 4.1.1.3 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação	
Ação: 6508	Denominação: Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica
Finalidade da Ação: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. Realizar estudos de viabilidade e de localização de novas unidades de geração termonuclear.	
Objetivo Geral: Esta ação visa contemplar os estudos preliminares e detalhados para a escolha de sítios para localização de novas usinas nucleares em todo o território nacional, para atendimento da expansão prevista no Plano Decenal de Energia – PDE e no Plano Nacional de Energia – PNE. Incluem todos os estudos necessários para avaliação dos sítios conforme critérios técnicos, econômicos e sociais adequados.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador Nacional da Ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Presidência – P.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Presidência – P.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Presidência – P.

Metas e Resultados da Ação			
Ação	Meta Física LOA	Meta Física Revisão LOA	Execução Física
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica.	1,0%	1,0%	0,0%

Fonte: Gerência de Orçamento e Controle – GOC.A

Justificativa: A execução dos investimentos nessa ação foi frustrada pelas severas restrições orçamentárias enfrentadas pela empresa ao longo do exercício de 2015.

4.1.1.4 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Minas e Energia – N123

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Quadro 4.1.1.4 - Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 4102	Denominação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.			
Objetivo Geral: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Não há coordenador vinculado	
Unidades Executoras:		Não definida no SIGPlan	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Não definida no SIGPlan	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Não há coordenador vinculado	
Orçamento: Lei Nº 13.225/2015			
Metas e Resultados da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.400.000	359.752	14,99%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativa: Ressaltamos que foram realizados ajustes orçamentários para os itens financeiros em questão.

O valor do orçamento passou de R\$ 3.707.000,00 para R\$ 2.400.000,00.

Sendo assim, se considerarmos o ajuste, a realização foi de 15% no exercício de 2015.

De qualquer forma, a não realização completa dos investimentos previstos na LOA se justifica considerando-se a situação financeira da Eletronuclear, motivo pelo qual a Diretoria de Administração e Finanças decidiu não adquirir 5 ônibus e 3 caminhões que estavam previstos no orçamento de 2015, visto a necessidade de renovação da frota de veículos próprios.

Observamos que este foi o item de maior impacto. O valor orçado foi R\$ 1.916.626,20 e o valor utilizado foi R\$ 50.977,45.

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Quadro 4.1.1.5 - Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 4103	Denominação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.			
Objetivo Geral: Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Não há coordenador vinculado	
Unidades Executoras:		Não definida no SIGPlan	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Não definida no SIGPlan	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Não há coordenador vinculado	
Orçamento: Lei Nº 13.225/2015			
Metas e Resultado da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.000.000	3.273.837	32,73%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativa:

A Ação 4103 é referente ao orçamento de investimento de TI administrado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação – ST.G.

A realização do exercício de 2015 situou-se abaixo do previsto em virtude de atrasos verificados em projetos de contratação, a saber: atraso na contratação da solução de servidores blades; atraso na contratação do software VMWARE; atraso na contratação dos serviços de implantação da central para monitoramento da rede corporativa; paralização do projeto de implantação do novo SGD em função do projeto de padronização do SAP do grupo Eletrobras.

O orçamento inicialmente previsto era de R\$15.000.000,00, posteriormente reduzido para R\$10.000.000,00, ficando a realização orçamentária em 32,73% no ano de 2015, conforme Relatório SAP.

Todos os projetos de contratação previstos no orçamento de 2015 foram executados, conforme planejamento, porém problemas ocorridos alheios a nossa vontade, acabaram por impactar na realização orçamentária.

Segue a relação dos principais projetos impactados:

- Solução de servidores BLADES: o pregão marcado para 16/07/2015 não foi realizado em virtude de pedido de impugnação do edital. O edital foi revisado a tempo do pregão ser realizado em 2015, porém o mesmo não foi publicado devido a restrições financeiras, ficando adiado para 2016.

- Atualização do software VMWARE: o projeto de contratação foi encaminhado para a área comercial em 16/03/2015, porém, por restrições financeiras, o edital só foi publicado em 19/02/2016.

Esses 2 projetos somados estavam orçados em R\$5.578.982,00, o que teria garantido uma realização orçamentária da Ação 4103 de 88,52%.

4.1.2 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O ano de 2015 foi mais um no qual o programa de suporte técnico e revisões efetuadas por organismos internacionais teve grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional de Angra 1 e 2 e na preparação para a operação de Angra 3. Foram conduzidas, no Brasil e exterior, as seguintes revisões e treinamentos por organismos internacionais:

- De 03.08 a 07.08 – Foi realizada a “Technical Support Mission” pelo INPO a respeito de saúde de Sistemas, com a participação de profissionais das áreas de Operação, Engenharia e Manutenção das Usinas de Angra 1 e Angra 2, além da Engenharia de Apoio. Foram analisados nossos programas de manutenção preventiva e desempenho de sistemas. Como resultado, foi elaborado um relatório com recomendações. Deverá ser elaborado um plano de ação para implementação destas recomendações.
- Participação no treinamento denominado “Work Planning Users Group Meeting” do EPRI nos EUA.
- Participação no “Multi AREVA Costumer Meeting Event 2015”, que incluiu a Reunião Anual de Chefes de Usina, a Reunião do Grupo e Proprietários de Usinas KWU, além de uma visita técnica à Usina Nuclear de Phillipsburg.
- Participação em treinamento teórico e prático de operação e manutenção do novo Sistema de Medição por Aerobolas que foi instalado durante a parada 2P12 em Angra 2. Participação no teste de aceitação em fábrica (Alemanha) do sistema.
- Participação nas inspeções e testes de qualificação e certificação para aceitação dos procedimentos de ensaio por ultrassom mecanizado, para as soldas dissimilares de tubulação e bocal do Gerador de Vapor de Angra 2, na Alemanha.
- Participação, a convite do EPRI e da NASA, do Workshop de Engenharia de Usina Nuclear, na Usina de Atucha I, na Argentina.
- Participação na 63ª. Reunião da Junta de Governadores da WANO – Paris de 24 a 27.02 com presença de presidentes, CEO e CNO de diversas empresas da Europa.
- Quatro engenheiros da Empresa participaram de missões internacionais, conduzidas pela IAEA (OSART) e WANO (Peer Review), em usinas da, Espanha, Inglaterra e Rússia.
- Diversos profissionais participaram em cursos técnicos nos Estados Unidos aplicados pelo Electrical Power Research Institute (EPRI).
- Participação de especialistas em seminários, treinamentos e reuniões técnicas no exterior, por exemplo: PWR Owners Group, EPRI, INPO, AREVA, IAEA, versando sobre diversos temas, tais como Plant Managers, System and Equipment Engineering, Operations e outros.
- Participação de profissionais das usinas como mão de obra auxiliar e especializada para suporte de atividades de parada na NASA – Argentina.

4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

Sistema disponibilizado na Intranet da Empresa que Acompanha mensalmente das Atividades (processos) e Iniciativas (projetos) das áreas participantes (Diretorias DG e DA), verificando o progresso físico das Iniciativas e as datas de evento ou Indicadores das Atividades planejadas para o ano. Gerenciamento de Mudança, que permite a alteração, cancelamento ou inclusão de Atividades e Iniciativas ao longo do ano. Emissão de Relatório mensal às Diretorias e Superintendências participantes. Anualmente as áreas atualizam seu planejamento para o próximo ano, dando origem ao Relatório anual de Planejamento das Diretorias envolvidas.

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Eletronuclear e Resultados Alcançados

No contexto do Programa de Dispêndios Globais - PDG a ELETRONUCLEAR teve seus limites fixados, em orçamento aprovado para o exercício de 2015, no Decreto Nº 8.383, de 29 de dezembro de 2014 (DOU de 30.12.2014), e, revisado pelo Decreto Nº 8.631, de 30 de dezembro de 2015 (DOU de 31.12.2015).

No exercício, as origens dos recursos econômicos necessários à cobertura dos dispêndios (correntes e de capital) foram fixadas em R\$ 5.310,0 milhões, distribuídas em R\$ 2.214,0 milhões de receitas operacionais (incluídas as receitas de venda de energia de Angra 1 e 2), R\$ 3.077,4 milhões em recursos de financiamentos de longo prazo, R\$11,6 milhões em recursos de curto prazo e R\$ 7,0 milhões em receitas não operacionais.

Para as origens dos recursos econômicos fixadas, houve a realização do montante de R\$ 4.657,9 milhões dos quais se destacam a realização dos valores de R\$ 2.165,0 milhões de receitas operacionais (incluídas as receitas de venda de energia de Angra 1 e 2), R\$ 2.478,6 milhões em recursos de financiamentos de longo prazo, R\$ 11,6 milhões em recursos de curto prazo e R\$ 2,7 milhões em receitas não operacionais.

Em relação aos dispêndios econômicos, foi fixado o limite de R\$ 5.807,2 milhões, distribuídos em R\$ 2.142,0 milhões para dispêndios correntes, R\$ 2.510,6 milhões para investimentos e R\$ 1.154,6 milhões para outros dispêndios de capital (amortizações de financiamentos).

Em termos de realizações, foram gastos R\$ 2.036,0 milhões em dispêndios correntes, R\$ 1.930,1 milhões em investimentos e R\$ 1.141,6 milhões em outros dispêndios de capital (amortizações de financiamentos), totalizando R\$ 5.107,7 milhões.

Os valores realizados com dispêndios correntes no montante de R\$ 2.036,0 milhões concentraram-se naqueles necessários à garantia de performance operacional, destacando-se: pessoal e encargos (R\$ 552,5 milhões), programa de desligamento voluntário (R\$ 182,7 milhões), serviços de terceiros (R\$ 454,1 milhões), combustível nuclear (R\$ 287,0 milhões), impostos/contribuições (R\$ 287,9 milhões), compra de energia (R\$ 83,8 milhões), materiais de consumo (R\$ 47,8 milhões), juros e outros (R\$ 55,8 milhões), utilidades e serviços (R\$ 15,3 milhões) e outros dispêndios correntes (R\$ 69,1 milhões).

Já as realizações dos dispêndios com investimentos no valor de R\$ 1.930,1 milhões se concentraram em quatro programas (ações): Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (R\$ 1.727,2 milhões), Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e 2 (R\$ 197,0 milhões), Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica (R\$ 2,3 milhões) e Infra-Estrutura de Apoio (R\$ 3,6 milhões).

4.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Eletronuclear

Tabela 4.3.2.1-Execução Orçamentária /Financeira das Ações Realizadas pela Eletronuclear em 2015.

AÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
4477	219.025.919	197.031.350	89,96%
5E88	2.266.997.849	1.727.184.863	76,19%
6508	5.883.638	2.276.207	38,69%
4102	2.400.000	359.752	14,99%
4103	10.000.000	3.273.837	32,73%
Total	2.504.307.406	1.930.126.009	77,07%

4.3.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 4.3.3.1- Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos três Exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A - ELETRONUCLEAR					
CNPJ:	42.540.211/0001-67					
UG/GESTÃO:	COORDENAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E COMUNICAÇÃO – CR.P					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	5	8	1	28.842.716	34.486.750	7.789.800
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Totais	5	8	1	28.842.716	34.486.750	7.789.800

Fonte: Relatório da Transparência Pública da CGU

Quadro 4.3.3.2 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela Eletronuclear na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A - ELETRONUCLEAR					
UG/GESTÃO: COORDENAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E COMUNICAÇÃO – CR.P					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	14	-	-
		Montante Repassado	28.842.716	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Relatório da Transparência Pública da CGU

Quadro 4.3.3.3 - Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A - ELETRONUCLEAR				
UG/GESTÃO: COORDENAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E COMUNICAÇÃO – CR.P				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	14	-	
	Quantidade reprovada	-	-	
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	
	Montante repassado (R\$)	28.842.716	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	
Fonte: Relatório da Transparência Pública da CGU				

Quadro 4.3.3.4 - Perfil dos Atrasos na análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A - ELETRONUCLEAR					
UG/GESTÃO: COORDENAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E COMUNICAÇÃO – CR.P					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenação Socioambiental e Comunicação – CR.P

Notas:

- Em caso de inadimplência é emitida correspondência para o conveniente solicitando a regularização dos valores devidos e enquanto não é apresentada a prestação de contas, as parcelas ainda não pagas não são liberadas.
- Da análise dos quadros anexados depreende-se que os dispêndios são compatíveis com as atividades da empresa, notadamente no que se refere ao biênio 2014/2015 cujas despesas correspondem basicamente às obrigações decorrentes das condicionantes do licenciamento ambiental das obras da usina de Angra 3.
- Grande parte dos convênios prestam contas dentro dos prazos devido à necessidade de novas liberações das parcelas posteriores.
- Não existem registros de atraso na análise da prestação de contas por parte da Eletrobras Eletronuclear.
- Periodicamente, nos períodos previstos nos Planos de Trabalho, é feita a fiscalização *in loco*, para verificação da execução das etapas previstas no Cronograma de Execução. O fiscal emite um relatório descritivo e/ou fotográfico, dependendo do objeto do convênio, relatando o que foi observado durante as fiscalizações.
- A celebração de Convênios pela Eletrobras Eletronuclear visa simultaneamente atender às ações determinadas pelas condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento, e a implantação de melhores condições sociais e educacionais nos municípios situados no entorno da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, como parte de sua estratégia de integração regional.

4.4 Desempenho Operacional

4.4.1 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, por intermédio de sua Diretoria de Operação, estabelece ao final de cada exercício as metas a serem atingidas pelas unidades de produção (usinas) no ano seguinte. Essas metas são estabelecidas e acompanhadas por um extenso número de indicadores, que aferem desde o montante total de produção de energia até itens de gestão e segurança de trabalho além de vários outros de caráter técnico.

A evolução desses indicadores é acompanhada mensalmente, e ações corretivas são tomadas ao longo do ano para assegurar o cumprimento das metas.

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação, conforme a programação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)
- A(s) parada(s) programada(s) das usinas;
- Os resultados de usinas similares em outros países (benchmarking WANO);
- Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;
- A disponibilidade de recursos prevista para o exercício;
- Os programas de investimentos;

Na Eletrobras Eletronuclear, com a finalidade de melhor expressar a tendência de cada parâmetro monitorado, os índices são apurados mensalmente e reportam sempre os últimos doze meses de cada indicador (por exemplo, o relatório de abril reporta o período compreendido entre maio do exercício anterior e abril daquele ano).

Desta forma, para cada indicador de desempenho de operação, as tabelas a seguir trazem o valor apurado no mês e o valor **acumulado** que refletirá o período de 12 meses imediatamente anteriores.

Essa prática faz com que durante o ano, com exceção do mês de dezembro, o valor reflita disfunções ocorridas ainda no exercício anterior. Somente o indicador acumulado de dezembro reflete o resultado dos 12 meses do exercício em tela, sendo este o valor a ser confrontado com a meta.

4.4.2 Indicadores de Desempenho Operacional no Exercício de 2015

Dos indicadores sugeridos pela World Association of Nuclear Operators (WANO) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) adotados por **Angra 1** para medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, assim como os desenvolvidos para avaliar a operação segura e confiável da Usina, observamos que todas as metas relativas aos indicadores de segurança foram atingidas com sucesso o que significa equipamentos de segurança operáveis e disponíveis quase 100% do tempo e sem falha de elementos combustíveis durante o ano.

Entretanto os indicadores referentes a disponibilidade e geração foram afetados principalmente pela extensão da parada 1P21 (21 dias de greve), parada 1P20B (troca das juntas de expansão com 20,5 dias), parada 1P21A (atuação do rele diferencial do gerador elétrico 87-G1 com 5,9 dias) e cinco desligamentos ocorridos no período.

Esses indicadores são referentes ao “Fator de Disponibilidade”, “Fator de Capacidade”, “Perda de Disponibilidade Não Planejada”, “Taxa de Perda Forçada”, “Desligamentos Automáticos Não Planejados”, “Desligamentos Manuais Não Planejados”, “Fator de Perdas Ocorridas Devido a Distúrbios no Sistema Interligado Nacional” e o “Indicador Químico”.

Embora os indicadores de produtividade não tenham alcançado o resultado esperado, a análise dos indicadores relacionados à segurança permite concluir que a Unidade operou durante todo o ano de maneira segura e confiável.

Dos indicadores sugeridos pela WANO / AIEA e adotados por **Angra 2**, para avaliar a operação segura e confiável da Usina, além de medir e acompanhar a eficácia dos Programas de Operação e Manutenção, em 15 deles as metas foram alcançadas, incluindo-se todos os indicadores relativos à Segurança Nuclear.

No entanto, para 4 indicadores, obtivemos resultados que não atenderam as metas estabelecidas, sendo que 2 deles, “Fator de Perda de Disponibilidade Não Planejada” e “Fator de Capacidade”, foram afetados diretamente pelos períodos de indisponibilidades não programados. Os outros 2 indicadores que não alcançaram a meta se referem a “Acidente Industrial com Afastamento com Pessoal da Eletronuclear (ETN)”, onde ocorreram 3 acidentes, e “Desligamento Automático Não Planejado”, com um desarme ocorrido em novembro de 2015.

Para Angra 2, a análise dos indicadores relacionados à segurança permite concluir que a Unidade operou durante todo o ano de maneira segura e confiável. Mesmo avaliando que os dados referentes à disponibilidade não alcançaram os resultados esperados, os indicadores de produtividade demonstraram desempenho de destaque.

Tabela 4.4.2.1 - Fator de Disponibilidade

1) Fator de Disponibilidade – Central												
A) Utilidade:		Indicar a disponibilidade de suprimento de energia das usinas da Eletrobras Eletronuclear, ou seja, sua capacidade de atender o sistema elétrico.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≥ 89,72 %										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Energia de Referência} - \text{Perdas}}{\text{Energia de Referência}} \times 100$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	99,664	85,302	88,263	100,000	74,207	67,260	90,738	92,891	88,470	35,682	98,796	100,000
Acu.	88,791	87,739	87,121	89,812	88,189	85,534	87,140	91,351	90,403	84,939	85,060	85,060
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
- Fev/15 - Redução de carga para atender a manutenção na Chave de Manobra em Carga Parada 1P20A.												
- Mar/15 - Parada 1P20B para substituição das juntas metálicas das extrações da turbina de baixa pressão.												
- Mai/15 - Parada 1P21 para recarregamento.												
- Jun/15 - Parada 1P21 para recarregamento. Extensão de Parada 1P21 (GREVE).												
- Jul/15 - Extensão de Parada 1P21 (GREVE). Desarme manual do Reator devido perda de ar de instrumentos.												
- Ago/15 - Desarme manual do Reator devido perda das Bombas CW-1A/1B. Em decorrência de alterações nos parâmetros químicos do Sistema Secundário, a Unidade ficou com a carga limitada a 75% no Reator.												
- Set/15 - Desarme da unidade devido a sub frequência no SIN.												
- Out/15 - Desarme do reator pelo desarme da turbina, em função da atuação do relé diferencial do Gerador Elétrico Principal.												
Angra 2												

<p>Jan/15 - reduções de potência devidas a distúrbio externo e reparo da Bomba de Condensado LCB30.</p> <p>Fev/15 - redução de potência devido a reparo da Bomba de Condensado LCB30.</p> <p>Ago/15 - redução de potência devido a reparo na Bomba de Água de Refrigeração PAC30AP001.</p> <p>26/09/15 à 27/10/15 - Parada 2P12.</p> <p>Dia 15/11/15 - Ocorreu desarme do Reator devido falha alta do sensor de nível do Preaquecedor de Água de Alimentação de Alta Pressão - LAD52CL002.</p> <p>Dia 16/11/15 - Redução de potência para 600 MW devido a desarme da Bomba de Condensado Principal - LCB10AP001.</p> <p>I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.</p> <p>Equipamentos reparados com sucesso.</p> <p>Responsável: Diretoria de Operação – DO</p>

Tabela 4.4.2.2 - Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada

2) Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada												
A) Utilidade:		Contabiliza perdas forçadas (não planejadas) na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		Angra 1 $\leq 0,82\%$ Angra 2 $\leq 0,82\%$										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Perda de Geração de Energia não Planejada no Período}}{\text{Max. Quantidade de Energia Possível Gerada no Período}}$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Angra 1: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,00	37,80	35,85	0,00	0,00	53,33	24,09	9,90	0,97	19,24	0,00	0,00
Acu.	1,13	3,80	6,57	6,57	6,06	10,33	12,38	13,22	13,30	14,93	14,93	14,93
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Angra 2: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mens.	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,75	0,00	5,65	1,79	0,00
Acu.	2,29	2,31	2,31	2,31	2,31	2,31	2,31	0,55	0,55	1,03	1,18	1,18
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
- Fev/15 - Redução de carga devido a perda de alimentação no sistema de resfriamento do Transformador Principal T1C.												
- Mar/15 - Parada 1P20B para substituição das juntas das extrações da turbina.												
- Jun/15 - Parada 1P21 para recarregamento (Extensão).												
- Jul/15 - Parada 1P21 para recarregamento (Extensão). Desarme manual devido perda de ar de instrumentos.												
- Ago/15 - Desarme manual do Reator devido perda das Bombas CW-1A/1B. Em decorrência de alterações nos parâmetros químicos do Sistema Secundário, a Unidade ficou com a carga limitada a 75% no Reator.												
- Set/15 - Em decorrência de alterações nos parâmetros químicos do Sistema Secundário, a Unidade iniciou o mês com a carga limitada a 75% no Reator. No dia 22/09 houve desarme da unidade devido a sub frequência no SIN.												
- Out/15 - Desarme do reator pelo desarme da turbina, em função da atuação do relé diferencial do Gerador Elétrico.												
Angra 2												
JAN/15 - reduções de potência devidas a distúrbio externo e reparo da Bomba de Condensado LCB30.												
FEV/15 - redução de potência devido a reparo da Bomba de Condensado LCB30.												
AGO/15 - redução de potência devido a reparo na Bomba de Água de Refrigeração PAC30AP001.												
OUT/15 - Extensão da parada de reabastecimento 2P12.												
Dia 15/11/15 - Ocorreu desarme do Reator devido falha alta do sensor de nível do Preaquecedor de Água de Alimentação de Alta Pressão - LAD52CL002.												
Dia 16/11/15 - Redução de potência para 600 MW devido a desarme da Bomba de Condensado Principal - LCB10AP001.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamentos reparados com sucesso.												

Responsável: Diretoria de Operação – DO

Tabela 4.4.2.3 - Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H Críticas

3) Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H críticas												
A) Utilidade:	Acompanhar os desligamentos forçados ocorridos com o reator em operação.											
B) Tipo:	Eficácia											
C) Meta ETN:	Central = 0 Angra 1 ≤ 1 Angra 2 = 0											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com o Reator Crítico}}$											
E) Método de Aferição:	Apuração mensal a partir de medições											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2015											
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas da Central												
Indicador: (Angra 1 x número de horas do reator crítico em Angra 1 nos últimos 12 meses) Angra 2 x número do reator crítico nos últimos 12 meses + número do reator crítico em Angra 2 nos últimos 12 meses)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	1,780	1,360	1,380	1,300	0,910	0,950	0,940	0,890	1,360	1,890	1,895	1,899
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	2,660	1,830	1,870	1,710	0,920	1,010	1,020	1,020	2,050	3,110	3,110	3,110
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos nos últimos 12 meses} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas com o Reator Crítico nos últimos 12 meses}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,896	0,896	0,896	0,896	0,896	0,896	0,862	0,802	0,813	0,877	0,875	0,875
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas Crítico no período}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
Desarmes automáticos ocorridos:												
- Em 19/01/15 às 14h49min, o SIN sofreu uma grande redução da sua frequência que causou atuação do relé de sub frequência 81-1-G1, gerando sinal automático de desarme da Turbina.												
- No dia 22/09/2015 às 11h36min ocorreu o desarme do Reator pelo desarme da Turbina por atuação da proteção de sub frequência (relé 81-1-G1).												
- Às 08h11min do dia 24/10/2015 ocorreu o desarme do reator pelo desarme da turbina, em função da atuação do relé 86-1/G1, o qual foi acionado pelo relé 87-G1.												
Angra 2												
Dia 15/11/15 - Ocorreu desarme do Reator devido falha alta do sensor de nível do Preaquecedor de Água de Alimentação de Alta Pressão - LAD52CL002. Total de horas com reator crítico nos últimos 12 meses foi de 8000,7h.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamentos reparados com sucesso.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.3.2.4 - Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) Alta Pressão

4) Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) – Alta Pressão – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade de SIS, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,001										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do SIS</u> Nº de horas com o Reator Crítico x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do SIS										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Mês:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.3.2.5 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA)

5) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA) – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do AAA, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,001										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do AAA										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Mês:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,015	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: CLO 3999 - JAN/15 - Isolamento da bomba de água de alimentação auxiliar AF-1B para lubrificação do mancal 1 (LT 01414146). (Tempo de indisponibilidade 0,93 horas); CLO 4069 - Mai/15 - Isolamento da bomba de água de alimentação auxiliar AF-1B, pois a válvula FV-1510 encontrava-se travada fechada. (Tempo de indisponibilidade 7,07 horas). CLO 4090 - JUL/15 - Isolamento da turbo bomba de água de alimentação auxiliar AF-2 para troca de óleo do mancal 3 (LT 201504781). (Tempo de indisponibilidade 1,55 horas). CLO 4107 - ago/2015 - Dado comando manual de partida na bomba AF-1A e a mesma não ligou. Aberta SOT 201510731. (Tempo de indisponibilidade 2,10 horas). CLO 4122 - ago/2015 - Isolamento da bomba de alimentação auxiliar AF-1B em atendimento as LT's 201510792 e 201511727. (Tempo de indisponibilidade 1,67 horas).												

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamentos reparados com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

Tabela 4.4.2.6 - Performance de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GDD)

6) Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD) – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do GGD, sistema importante para a segurança de Angra 1 e Angra 2.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	Angra 1 $\leq 0,001$ Angra 2 $\leq 0,002$											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do GGD e posterior cálculo.											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2015											
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,003	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra 1 CLO 4020 - Fev/15 - Inventário disponível de óleo diesel para os Geradores Diesel do Trem B menor que 124.000 litros. Transferido óleo diesel para o FO-1C. Executado o PI-O 04 com sucesso. (Tempo de indisponibilidade 3,5h)												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamento reparado com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.4.2.7 - Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND)

7) Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND) – Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do JND, sistema importante para a segurança de Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,00001										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do JND e posterior cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Performance dos Sistemas de Segurança JND – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunção no período. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.4.2.8 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência

8) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR) – Angra 2												
A) Utilidade:		O propósito deste indicador é monitorar a disponibilidade dos sistemas de Água de Alimentação de Emergência, sistema importante para a segurança de Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0001										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do LAR e posterior cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunção no período. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.4.2.9 - Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas

9) Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas												
A) Utilidade:		Indicador padrão da Indústria Nuclear para acompanhamento da segurança industrial.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		= 0 Acidentes										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: abaixo discriminado.										
E) Método de Aferição:		Medição mensal e cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,62
Acu.	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,26	0,27	0,27	0,13	0,13	0,27	0,40
Indicador: $\frac{\text{N}^\circ \text{ acidentes c/perda de tempo na Área Protegida nos últimos 12 meses} \times 200.000\text{HH trabalhadas}}{\text{N}^\circ \text{ HH Trabalhadas na Área Protegidas nos últimos 12 meses}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Em 02/01/15 Mecânico ao abrir embalagem de óleo usando canivete multi função cortou polegar da mão esquerda. Em 26/11/15, Auxiliar Técnico, ao descer da base do ventilador, pisou na viga do suporte do ventilador, escorregou e sofreu queda do motor, vindo a bater o antebraço. Em 18/12/15 Empregado ao realizar suas atividades notou a presença de um inseto, ao tentar matá-lo, desequilibrou e sofreu queda, teve distensão na coxa esquerda.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Todos os acidentes são investigados para determinar e corrigir as suas causas e evitar novas ocorrências. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.4.2.10 - Exposição Coletiva à Radiação (HSv)

10) Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
A) Utilidade:		Indicador padrão da Indústria Nuclear que visa medir a dose total de exposição à radiação dos trabalhadores das usinas.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		$\leq 0,25$ PSv no ano										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: É o total de Homem – Sieverts contabilizados no período										
E) Método de Aferição:		Medida direta										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,001	0,001	0,002	0,006	0,002	0,002	0,001	0,029	0,212	0,003	0,002
Acu.	0,230	0,229	0,230	0,231	0,231	0,236	0,142	0,021	0,049	0,260	0,260	0,262
Indicador Angra 1 + Indicador Angra 2												
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.4.2.11 – Índice de Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g)

11) Índice de Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g) - Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a confiabilidade do combustível na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≤ 0,000005 µ Ci/g										
D) Fórmula de Cálculo:		$\left[J1x \left(0.047619 + \frac{J3}{0.000021} \right) - 0.0318xJ2 \left(0.916667 + \frac{J3}{0.00024} \right) \right] x \left[\left(\frac{Ln}{J5} \right) \left(\frac{100}{J4} \right) \right]$ <p> J1 = Iodo 131 (µ Curie/g) J2 = Iodo 134 (µ Curie/g) J3 = Constante de Taxa de Purificação J4 = Nível de Potência (%) J5 = Taxa Linear de Geração de Calor (kW/foot) Ln = 5.5 kW/foot </p>										
E) Método de Aferição:		Através de medições e cálculos mensais										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2015										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ICC.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:		Não houve disfunções.										
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.		Responsável: Diretoria de Operação – DO										

Tabela 4.4.2.12 - Indicador Químico

12) Indicador Químico – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:	Indica a existência ou não de risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um) ano.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	Angra 1 = 1,00 Angra 2 = 1,00											
D) Fórmula de Cálculo:	<p>Angra 1: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + Cu)_{AAP} / VL_{Cu}$</p> <p>Angra 2: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + CC)_{GV} / VL_{CC} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + O_2)_{AAP} / VL_{O_2}$</p> <p>VL_X = Valor limite para cada parâmetro GV = Gerador de vapor AAP = Água de Alimentação Principal CC = Condutividade Catiônica</p>											
E) Método de Aferição:	Medições mensais e cálculos.											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2015											
Indicador Químico – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,02	2,78	1,00	1,00	1,00	-	1,11	1,01	1,00	1,23	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,07	1,16	1,15	1,45	-	1,08	1,03	1,07	1,12	1,12	1,09
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Indicador Químico – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,17	1,06	0,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,01	1,02	1,02	1,02	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
Janeiro												
Este indicador foi afetado durante ascensão de potência, no retorno da Usina após o desarme em 19/01/2015, onde, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2015, o controle químico dos Geradores de Vapor (condutividade catiônica e sódio) foi afetado.												
Fevereiro												
Este indicador foi afetado devido ao desligamento da Unidade, no dia 19/02, devido à alta concentração de sódio nos Geradores de Vapor, em decorrência de furos nos tubos das Caixas 3 e 4, acarretando ingresso de água do mar no Sistema Secundário.												
Junho:												
Parada 1P21.												
Angra 2												
AGO-SET/15 O aumento do IQ foi devido à elevação do oxigênio no sistema de condensado de selagem LCW, após desligamento da PAC30AP001, por alta vibração.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Não houve disfunções no período.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela 4.4.2.13 - Energia Bruta Gerada – EBG

13) Energia Bruta Gerada – EBG (GWh)	
A) Utilidade:	Medir a quantidade de energia produzida pela geração das usinas.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Não se aplica.
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Energia Bruta no Período
E) Método de Aferição:	Medição direta
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado do indicador no exercício:	Produção de 14.809 GWh de energia bruta
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.	
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Meta Atingida.	

Tabela 4.4.2.14 - Volume de Rejeito Sólido Gerado (m³)

14) Volume de Rejeito Sólido Gerado (m³)												
A) Utilidade:	Controlar e gerenciar os rejeitos gerados pelas usinas durante suas atividades de operação e manutenção											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 142,6 m³ ao ano											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Contagem direta do volume de rejeito gerado											
E) Método de Aferição:	Através de contagem direta do volume de rejeito gerado											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2015											
Volume de Rejeito Sólido (m³) – Central												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	4,950	0,800	9,152	2,810	26,650	8,290	12,630	7,800	3,600	2,000	11,200	3,120
Acu.	4,950	5,750	14,900	17,710	44,360	52,650	65,280	73,080	76,680	78,680	89,880	93,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções no período.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

4.5 Renúncias de Receitas

4.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear está habilitada aos benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI para a construção de Angra 3. Ao final de 2010 a Construtora Andrade Gutierrez (CNPJ 17.262.213/0001-94) foi incluída neste regime na qualidade de empresa co-habilitada.

Quadro 4.5.1.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear - Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela Eletronuclear

Tributo/Contribuição	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
PASEP/COFINS	Lei 11.488/2007	Suspensão de Exigência	Implantação de Obras de Infraestrutura	Não há	13/07/2014	Não há

Fontes: Gerência de Planejamento e Orçamento - GPO.T; Gerência de Administração de Contratos - GAC.T; Gerência de Sistemas de TI - GSI.G; Gerência de Contabilidade - GCT.A

4.5.2 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Quadro 4.5.2.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2015		2014		2013	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
DF			1	30.659,61	-	-
MG			1	7.243.100,25	1	33.909.284,63
PR			2	613.148,82	-	-
RJ			15	16.222.451,89	15	12.241.528,06
RS			1	15.304,54	-	-
SC			1	2.499,79	1	4.999,58
SP			17	13.209.360,91	9	25.308.937,39
Total			38	37.336.525,81	26	71.464.749,66
Não Aplicável	2015		2014		2013	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
EXTERIOR			7	23.157.537,56	1	413.620,19

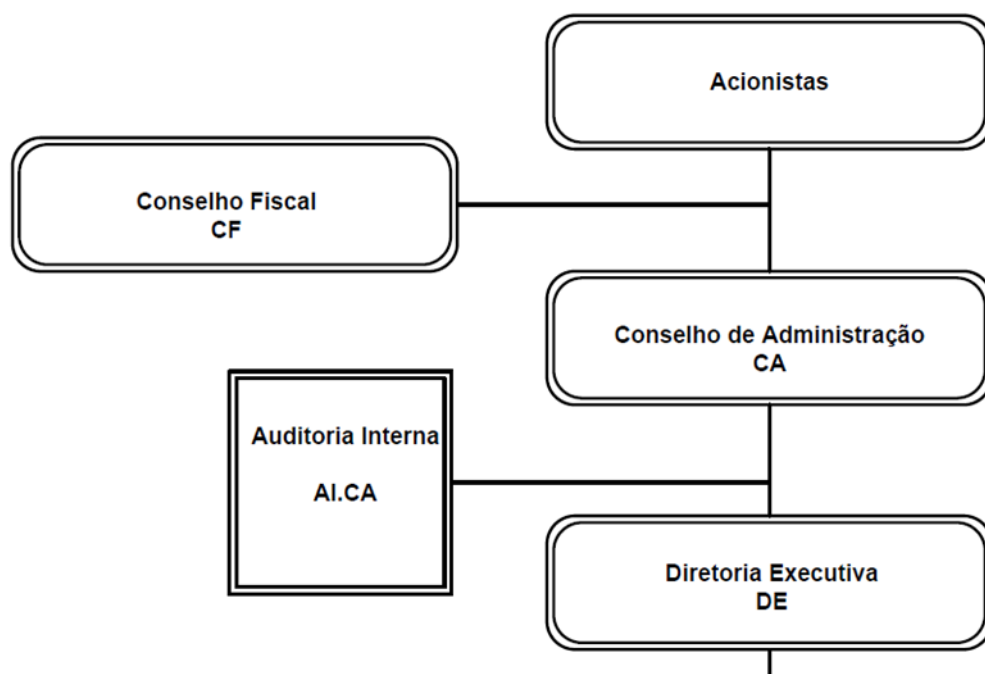
Fontes: Gerência de Planejamento e Orçamento - GPO.T; Gerência de Administração de Contratos - GAC.T; Gerência de Sistemas de TI - GSI.G; Gerência de Contabilidade - GCT.A

Nota: Os valores relativos ao exercício de 2015 deixaram de constar por pendências de apuração.

5 GOVERNANÇA

5.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança da ELETRONUCLEAR inclui as seguintes instâncias:



A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166^a Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170^a reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.

- **O Conselho de Administração** é um órgão Colegiado, com funções deliberativas, constituído de seis conselheiros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano e possibilidade de reeleição, sendo um deles representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro representante dos empregados eleito por voto direto dentre empregados ativos, cabendo a um dos membros, que não poderá ser o Diretor-Presidente da ELETRONUCLEAR, a presidência do Conselho. Suas atividades regem-se pela Lei nº 6.404/76, pelo Estatuto Social e por seu Regimento Interno, sem prejuízo das normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

- **A Auditoria Interna** está subordinada ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Presidência da Empresa. A designação e a exoneração do titular da Auditoria Interna deve ser submetida, pela Diretoria Executiva, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU.

Conforme o Regulamento Interno da Auditoria Interna, cabe à Auditoria Interna, coordenar e examinar, com inteira liberdade de acesso, as atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais da Empresa, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas, verificando, para tanto, os

procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, bem como o fiel cumprimento das diretrizes, normas internas e preceitos da legislação vigente.

- **O Conselho Fiscal**, constituído de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Entre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e o respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

Ao Conselho Fiscal, como colegiado não integrante dos órgãos da Administração, cabe substituir e representar os acionistas na sua função fiscalizadora, acompanhando a ação dos administradores, para verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários e defender os interesses da Empresa e dos acionistas. Suas atividades regem-se pela Lei nº 6.404/76, pelo Estatuto Social e por seu Regimento Interno, sem prejuízo das normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

- **A Diretoria Executiva**, constituída do Diretor Presidente e de até cinco diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral, a saber:
 - Presidência;
 - Diretoria de Administração e Finanças;
 - Diretoria de Operação e Comercialização;
 - Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente e
 - Diretoria Técnica.

A essas diretorias estão subordinadas superintendências, gerências e divisões responsáveis pelas atividades de linha da empresa.

Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a administração da Eletronuclear, respeitadas as diretrizes do Conselho de Administração. Suas atividades regem-se pela Lei nº 6.404/76, pelo Estatuto Social e por seu Regimento Interno, sem prejuízo das normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

5.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados

A ELETRONUCLEAR é administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na lei e no Estatuto Social, e uma Diretoria Executiva.

É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da administração da ELETRONUCLEAR.

Os membros do Conselho de Administração e Diretores indicados deverão atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente.

As atas de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração que elegerem, respectivamente, Conselheiros de Administração e Diretores da ELETRONUCLEAR deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente poderão ser eleitos e empossados aqueles que tenham exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede da ELETRONUCLEAR.

São inelegíveis para os cargos de administração da ELETRONUCLEAR as pessoas declaradas inabilitadas em ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as impedidas por lei especial ou condenadas por crime de qualquer espécie contra a economia, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Cada membro dos órgãos da administração deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens.

A investidura em cargos de administração da ELETRONUCLEAR observará as condições impostas pela legislação vigente, não podendo, também, ser investidos no cargo os que no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal tiverem ascendentes, descendentes ou colaterais até o terceiro grau.

O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à ELETRONUCLEAR.

Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta se tornará sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito;

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a ELETRONUCLEAR.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva se reunirão e deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

Nas deliberações do Conselho de Administração e resoluções da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate.

As decisões dos administradores deverão observar as políticas corporativas e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo, completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do Diretor-Presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da ELETRONUCLEAR.

O Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social da ELETRONUCLEAR, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sob controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no conselho de administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do Diretor-Presidente e até cinco Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados da ELETRONUCLEAR ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao Diretor-Presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais Diretores pelo Conselho de Administração.

5.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estratégia de atuação

A Auditoria Interna da Eletronuclear está vinculada ao Conselho de Administração e tem suas competências, organização e diretrizes de atuação definidas no “Regulamento Interno da Auditoria Interna da Eletronuclear”, aprovado pelo Conselho de Administração através da DCA-272.007/12, de 21/03/2012, em conformidade com a Resolução nº 2, de 31/12/2010, da CGPAR.

O desenvolvimento dos trabalhos da Auditoria se dá em consonância com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, previamente submetido à Controladoria Geral da União – CGU e aprovado pelo Conselho de Administração da Eletronuclear.

Os Relatórios correspondentes a esses trabalhos, contendo as avaliações, constatações e respectivas recomendações e planos de ação, são encaminhados às Diretorias a que se subordinam as áreas auditadas e às próprias áreas, para a implementação das ações corretivas necessárias. Também são enviados aos Conselhos Fiscal e de Administração e à CGU.

Trimestralmente a Auditoria Interna encaminha, às Diretorias que foram objeto de auditoria, formulários correspondentes aos Relatórios de Auditoria emitidos, nos quais constam as não conformidades constatadas e os respectivos planos de ações, cujos os status se encontram “pendentes”, para que essas Diretorias informem as providências adotadas ou a adotar, e quando é o caso, os prazos previstos para conclusão. Auditoria Interna consolida os resultados e os coloca no documento denominado “Síntese dos Relatórios de Auditoria”, o qual é enviado para o Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

b) Informações sobre os trabalhos de auditoria realizados

Os trabalhos de auditoria programados no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, do exercício de 2015, foram integralmente concluídos.

Apresentamos no quadro a seguir as informações referentes aos trabalhos de auditoria realizados em 2015:

RELATÓRIO Nº 01/2015 – FUNDAÇÃO ELETRONUCLEAR DE ASSISTÊNCIA MÉDICA – FEAM

Área / Setor: Fundação Eletronuclear de Assistência Médica – FEAM

Escopo: Avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal, de informática e de serviços de terceiros (economicidade / eficácia / eficiência). Testar folha de pagamento, compras, estoques, faturamento, contabilidade, orçamento, ativo imobilizado e informática. Certificar se os procedimentos adotados estão em conformidade com os normativos internos.

Cronograma Executado: fevereiro a maio de 2015

Recursos Humanos: 784 HH

Não-Conformidades constatadas e Planos de Ação propostos pela gestão (Status em 31/12/2015):

Quadro 5.3.1 - Relatório nº 01/2015 – Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM

Não-Conformidades	Planos de Ação propostos	Prazo Previsto para a Implementação	Situação
a) Estatuto Social desadequado em relação ao Novo código Civil de 2002.	Submeter o Novo Estatuto Social, aprovado pelo Conselho de Curadores da FEAM, ao Ministério Público (Provedoria das Fundações) para aprovação final.	MAR/2016	Pendente
c) Ata de Reunião do Conselho de Curadores sem assinaturas dos Conselheiros e registro em cartório.	Providenciar as assinaturas dos conselheiros e posterior registro em cartório da ata da 166ª reunião do Conselho de Curadores realizada em 22 de maio de 2014.	21/07/2015	Solucionado
d) Frequência de reuniões do Conselho Diretor em desacordo com o Estatuto Social da FEAM.	Realizar reuniões do Conselho Diretor semanalmente conforme estabelecido no inciso IX, do artigo 20 do Estatuto Social da FEAM.	21/07/2015	Solucionado
e) Ausência de relatórios de inventários físicos de bens móveis referentes aos exercícios de 2013 e 2014.	Realizar inventário físico de bens móveis referente ao exercício de 2015 e emitir o relatório final registrando, de forma circunstanciada, todas as irregularidades e demais aspectos observados nos trabalhos.	MAR/2016	Pendente
f) Empregados cedidos para a Eletrobras Eletronuclear em desacordo com o Estatuto Social da FEAM.	A FEAM buscará junto a Diretoria Executiva da Eletronuclear uma solução para os casos dos empregados cedidos irregularmente.	JAN/2016	Pendente
g) Prestações de Contas Pendentes de aprovação junto ao Ministério Público Estadual.	Envidar esforços com o objetivo de obter as aprovações das Prestações de Contas pendentes junto ao Ministério Público Estadual.	MAR/2016	Pendente
j) Ausência de prova documental referente à convocação de empregados para a homologação das rescisões de contratos de trabalho.	Providenciar a homologação das rescisões de contratos de trabalho dos empregados identificados no presente trabalho de auditoria e elaborar Instrução Normativa estabelecendo que a convocação de empregado para homologação da rescisão de contrato de trabalho seja realizada através de recibo no aviso de convocação, ou através de telegrama com a confirmação de recebimento.	MAR/2016	Pendente
k) Prestação de serviços médicos hospitalares pela FEAM para com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. e Indústrias Nucleares Brasileiras - INB acordadas por meio de correspondências, em detrimento de contratos formalizados entre as partes.	Formalizar contrato jurídico de prestação de serviços médicos com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. e Indústrias Nucleares Brasileiras – INB.	MAR/2016	Pendente
l) Ausência de procedimento formalizado para cobrança de serviços faturados.	Elaborar Instrução Normativa definindo os procedimentos de cobrança dos serviços faturados.	21/07/2015	Solucionado
m) Contas a Receber mensurado em desacordo com as reais expectativas de seu recebimento.	Baixar os registros de créditos com expectativa de recebimento remota, bem como elaborar Instrução Normativa definindo os procedimentos para a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.	DEZ/2015	Solucionado

n) Provisionamento das contingências judiciais da FEAM mensuradas inadequadamente.	Adequar os Relatórios de Avaliação Jurídica quanto à possibilidade de perda dos processos judiciais à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 e ajustar, trimestralmente, a Conta 2.1.5.03.003 – Provisão p/ Contingências, com base nos referidos Relatórios.	DEZ/2015	Solucionado
Alta incidência de horas extras na folha de pagamentos.	1.1. Para o cargo de Médico - Realizar o controle das horas extras através de planilha, tendo como referência o número de horas extras realizadas no decorrer do ano de 2013. Em decorrência do baixo número de candidatos aprovados no último Processo Seletivo, somente 22 candidatos, 20 foram convocados, 17 se apresentaram e somente 08 aceitaram as condições apresentadas pela FEAM. A ação foi admitir esses 08 candidatos que aceitaram as referidas condições, e preencher as vagas remanescentes, através da contratação de médicos, por prazo determinado de 2 anos, mediante análise curricular (indicações de profissionais e empregados da Eletronuclear). Atualmente, possuímos 9 médicos, contratados por prazo determinado e 10 médicos em processo seletivo.	MAR/2016	Pendente
	1.2. Para o cargo de Técnico em Enfermagem - Realizar: (i) controle das horas extras através de planilha, tendo como referência o número de horas extras realizadas no decorrer do ano de 2013; e (ii) Reposição de 09 (nove) técnicos em enfermagem em decorrência da adesão ao PDI da ETN.	MAR/2016	Pendente
	1.3. Para o cargo de Motorista - Realizar o controle das horas extras através de planilha, tendo como referência o número de horas extras realizadas no decorrer do ano de 2013.	MAR/2016	Pendente
	1.4. Para o cargo de Enfermeiro - Realizar o controle das horas extras através de planilha, tendo como referência o número de horas extras realizadas no decorrer do ano de 2013.	MAR/2016	Pendente
	1.5. Para o cargo de Técnico em Laboratório - Realizar o controle das horas extras através de planilha, tendo como referência o número de horas extras realizadas no decorrer do ano de 2013, e a reposição de um técnico em laboratório em decorrência da adesão de 1 técnico, ao PDI da ETN.	MAR/2016	Pendente

RELATÓRIO Nº. 02/15 – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Área / Setor: Gerência de Infraestrutura Rio – GIR.A e Gerência de Infraestrutura Angra – GIA.A

Escopo: Avaliar a gestão de serviços de apoio administrativo das vilas residenciais, hospedagens, manutenção de veículos leves e pesados da sede e de Angra. Testar compras passagem aéreas nacionais e internacionais, contratos de manutenção e conservação de veículos e imóveis. Certificar se os procedimentos adotados estão em conformidade com os normativos internos.

Cronograma Executado: janeiro a maio de 2015

Recursos Humanos: 1295 HH

Não-Conformidades constatadas e Planos de Ação propostos pela gestão (Status em 31/12/2015):

Quadro 5.3.2 - Relatório nº. 02/15 - Administração de Serviços Gerais

Não-Conformidades	Planos de Ação propostos	Prazo Previsto para a Implementação	Situação
Faturamento de prestação de serviço por preço global ao invés de preço unitário, conforme previsto no contrato.	A Gerência de Infraestrutura Rio enviou correspondência à P.J.P (COI GIR.A-057/2015, de 14.05.2015) solicitando orientações quanto ao ponto levantado pela AI.CA, referente ao faturamento do contrato de preço global ao invés de preço unitário, conforme previsto no contrato.	23/07/2015	Solucionado
Controle inadequado de bens patrimoniais instalados nas cozinhas de Itaorna e Hospedagem I.	A DASG.A, na reunião de encerramento realizada no dia 08.05.2015, apresentou as telas do sistema SAP, como evidências da destinação dos equipamentos para o Setor de patrimônio: Descascador de legumes – 200 a 250 quilos por hora, Moedora de Carne – 200 a 300 quilos por hora e Fritadeira com Salmora para 1500 refeições por turno.	22/07/2015	Solucionado
Equipamentos utilizados sem manutenção, revisão ou troca nas dependências das cozinhas de Itaorna e Hospedagem I.	A DASG.A, na reunião de encerramento realizada no dia 08.05.2015, apresentou evidências de que realizou a manutenção nos equipamentos: duas moedoras de carne, duas chapas a gás, uma câmara frigorífica para acondicionamento da carne e a máquina de lavar louças.	22/07/2015	Solucionado
d) Manutenção inadequada nas dependências das cozinhas da Cantina de Itaorna e Hospedagem I.	d.1 - Falta de climatização para armazenamento dos alimentos	22/07/2015	Solucionado
d) Manutenção inadequada nas dependências das cozinhas da Cantina de Itaorna e Hospedagem I. d.2 - Presença de animais domésticos nas áreas externas.	Esclarecimentos dados pela UO na reunião de encerramento da auditoria: a Eletrobras Eletronuclear tem envidado esforços para solucionar o problema, inclusive, solicitando apoio dos órgãos municipais (vigilância sanitária, zoonose etc), através de carta externa, SI.A 003/15 à Fundação de Saúde de Angra dos Reis.	MAR/2016	Pendente
d) Manutenção inadequada nas dependências das cozinhas da Cantina de Itaorna e Hospedagem I. d.3 - Coifa sem funcionamento	Esclarecimentos dados pela UO na reunião de encerramento da auditoria: Este equipamento está com funcionamento prejudicado em virtude de problemas no exaustor centrífugo. O problema já está na competência do Setor de Manutenção. Em resposta, este Setor apresentou documento comprobatório de que o serviço está em andamento, na fase de pesquisa orçamentária. Esta pesquisa, iniciada em dezembro de 2014 atualmente enfrenta, segundo os responsáveis, a dificuldade de encontrar fornecedores que atendam na região da Eletronuclear.	MAR/2016	Pendente
	d.4- Lâmpadas queimadas	22/07/2015	Solucionado

<p>d) Manutenção inadequada nas dependências das cozinhas da Cantina de Itaorna e Hospedagem I.</p> <p>d.5 - Paredes e azulejos quebrados</p>	<p>Esclarecimentos dados pela UO na reunião de encerramento da auditoria: Este assunto já está na competência da Divisão de Manutenção que apresentou o andamento do processo de aquisição dos materiais necessários. Admite-se a morosidade do processo, no entanto, justifica-se no fato de que alguns desses itens estão incluídos em Pedidos de Compra de Materiais – PCM's já em curso, seguindo, assim, o fluxo normal de compra e, outros estando atrelados a outras solicitações da CNAAA, enquadram-se na modalidade de pregão eletrônico. Neste último caso, a partir do Informe Administrativo 004/15 sobre Planejamento das contratações de bens, obras e serviços, está sendo considerado, em termos de planejamento, o prazo estabelecido no referido informe.</p>	<p>MAR/2016</p>	<p>Pendente</p>
<p>Ausência de anotações no registro próprio do representante técnico no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.</p>	<p>A DASG.A, na reunião de encerramento realizada no dia 08.05.2015, informou que a partir da designação de novo fiscal do contrato, em data de 26.02.15, o Livro de Registros do contrato nº 4500166242 foi providenciado. Neste, passarão a constar registros das vistorias, comunicações e providências relacionadas ao referido contrato, conforme estabelece Cláusula 8.2.41 do contrato nº GCS.A/CT – 4500166242 e item 6.1.2 da Instrução Normativa 41.17.</p>	<p>23/09/2015</p>	<p>Solucionado</p>

RELATÓRIO Nº 03/15 – CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS

Área / Setor: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P

Escopo: Avaliar que a gestão administrativa / financeira dos Patrocínios e Convênios de Inserção Regional firmados pela Eletronuclear. Verificar a conformidade com a legislação vigente, Normas e Procedimentos da Empresa, objetivando mitigar os pontos vulneráveis identificados.

Cronograma Executado: fevereiro a julho de 2015

Recursos Humanos: 722 HH

Não-Conformidades constatadas e Planos de Ação propostos pela gestão (Status em 31/12/2015):

Quadro 5.3.3 - Relatório nº 03/15 - Convênios e Patrocínios

Não-Conformidades	Planos de Ação propostos	Prazo Previsto para a Implementação	Situação
Ausência de evidência de cumprimento da totalidade das contrapartidas previstas em contratos de patrocínio.	A CR.P irá implementar, em 2015, uma nova sistemática de avaliação do cumprimento das Contrapartidas de patrocínios. A Instrução Normativa SECOM 09, de 19.12.2014, instituiu uma nova definição de patrocínios, não havendo mais a necessidade de prestação de contas financeira. A prestação será apenas uma comprovação da execução das contrapartidas. O mecanismo a ser adotado neste processo está em elaboração, podendo sofrer alterações, mas prevê basicamente: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das contrapartidas de imagem contratadas; • Avaliação das ações realizadas pelo proponente para atendimento às contrapartidas ambientais; • Avaliação das ações realizadas pelo proponente para atendimento às contrapartidas sociais; • Sempre que possível, fiscalização no evento/projeto das ações acima mencionadas; • Sempre que possível testemunho de colaboradores da Eletronuclear que tenham participado no evento/projeto. 	28/08/2015	Solucionado
Ausência de detalhamento de despesas no Plano de Aplicação, dificultando sua fiscalização por parte da Eletronuclear.	Incluir no check list, utilizado pela CR.P durante a fase de contratação de convênios, a exigência e análise de memória de cálculo e descrição completa de todas as rubricas constantes no Plano de Aplicação, como condição de aprovação do Plano de Trabalho, de modo que haja maior detalhamento possível de todas as fases e metas a serem atingidas pelo convênio.	15/10/2015	Solucionado
Pagamento de despesa de salário e encargos sociais de "Auxiliar Administrativo", sem o devido amparo no Plano de Trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento do período em que o auxiliar administrativo passou a fazer parte da folha de pagamento, auferindo os valores a serem regularizados; • Aplicar glosa retroativa como condição de liberação da parcela subsequente; 	15/10/2015	Solucionado
Pagamento de honorários extras ao "coordenador técnico/financeiro".	Aplicar glosa retroativa sobre pagamento de honorários extras ao coordenador técnico/financeiro, como condição de liberação de parcela subsequente;	15/10/2015	Solucionado
Não cumprimento do cronograma de fiscalização previsto no Plano de Trabalho.	Intensificar as atividades de fiscalização, verificando o cumprimento de todas as metas constantes no Plano de Trabalho que ainda não tiveram a sua realização devidamente comprovada pela Eletronuclear;	15/10/2015	Solucionado

<p>Inconsistência entre os itens descritos nas notas fiscais (bolos, biscoitos, sucos e outros), e o efetivamente distribuído aos alunos (itens de cesta básica), para as turmas de Morro da Glória 1, Vila Nova e Sertão do Frade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar ao conveniente justificativa formal para a substituição dos lanches por cestas básicas, sem autorização do concedente; • Solicitar ao conveniente justificativa formal para apresentação das notas fiscais Nos 430 e 431 de 05/08/2014, No 022 de 17/03/2015, Nos 023 e 024 de 19/03/2015, constantes das prestações de 	<p>MAR/2016</p>	<p>Pendente</p>
<p>Não fornecimento de lanche às turmas de Patitiba e Taquari, em Paraty, conforme previsto no Plano de Trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> contas Nos 12 e 13 referentes a compra de itens de lanches (Biscoito, frutas, sucos e guaraná natural), como também um contrato de compra e venda de alimentos (lanches) para um período de 12 meses, quando foi constatada a distribuição de cestas básicas. • Solicitar ao conveniente justificativa formal para o não recebimento de lanches nas turmas de Patitiba e Taquari. • Solicitar ao conveniente que, na aula inaugural de cada turma, seja fornecido resumo do convênio aos professores, de forma que eles possam ler e explicar aos alunos os objetivos do convênio, as responsabilidades dos envolvidos, o sistema do curso, a forma de distribuição de lanches e a distribuição das camisas; • Informar ao conveniente que quaisquer alterações ou substituições no Plano de Trabalho, precisam de autorização prévia do concedente – sem exceções; • O conveniente deverá providenciar uma lista de recebimento de lanches por turma, de forma que cada professor possa atestar recebimento e data; • Solicitar ao conveniente que informe a Eletrobras Eletronuclear a previsão mensal de distribuição de lanches, para que a fiscalização possa acompanhar em alguns momentos, sem aviso prévio. • Intensificar as atividades de fiscalização, além daquelas previstas no programa de trabalho, tendo em vista a ocorrência de irregularidades recorrentes na rubrica “Lanches para os Alunos durante as Aulas”. 	<p>MAR/2016</p>	<p>Pendente</p>
<p>Falha na infraestrutura do local de aula da turma de Taquari, em Paraty.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar fiscalização para verificar a condição das instalações das turmas em andamento, e solicitar adequação daquelas que apresentarem alguma inadequação ao seu bom funcionamento; • Realizar fiscalização das instalações antes do início de novas turmas. 	<p>15/10/2015</p>	<p>Solucionado</p>

RELATÓRIO Nº. 04/15 – GESTÃO DE RISCO E CONFORMIDADE DE CONTROLES

Área / Setor: Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles - GRC.G

Escopo: Avaliar o processo de priorização dos riscos objeto de mapeamento, considerando as diretrizes contidas na metodologia COSO. Avaliar a revisão/monitoramento dos riscos e controles internos, mapeados pela Eletronuclear, considerando as diretrizes contidas na metodologia COSO. Verificar a elaboração, formalização e implementação dos planos de ação (programa de remediação), para as deficiências identificadas durante a realização dos testes da administração e dos testes da certificadora (PWC e KPMG)

Cronograma Executado: maio a outubro de 2015

Recursos Humanos: 502 HH

Não-Conformidades constatadas e Planos de Ação propostos pela gestão (Status em 31/12/2015):

Quadro 5.3.4 - Relatório nº 04/15 - Gestão de Riscos e Conformidade de Controles

Não-Conformidades	Planos de Ação propostos	Prazo Previsto para a Implementação	Situação
Ausência de um Regimento Interno, para regular as atividades e principais funções aprovadas através da Circular Geral CGE Nº 077/09, necessárias ao funcionamento do Comitê de Gestão de Riscos da Eletronuclear.	Esta não conformidade será levada ao Comitê de Gestão de Riscos da empresa na próxima reunião prevista para este mês de outubro	MAR/2016	Pendente
Mapeamento, de apenas 1 dos 11 riscos priorizados, em 19/12/2013 (na 1160ª reunião de Diretoria Executiva), no período compreendido entre janeiro de 2014 e abril de 2015.	Planejamento para o Mapeamento dos 10 Riscos restantes (Risco 2 já mapeado em 2014): Este trabalho será realizado ao longo dos anos 2016 e 2017 – 5 riscos por ano. O mapeamento consiste das seguintes atividades: - Elaboração de planilha seguindo metodologia adotada para a Gestão Integrada de Riscos na ETN (de 2,5 meses) - Definição e implantação dos controles de cada fator de risco (4 meses) - Plano de Ação para remediação dos Controles com status de parcialmente implantado e não implantado e respectivo acompanhamento (3 meses) - Definição de Indicadores de risco (de 2,5 meses). Este trabalho será conduzido junto aos proprietários dos riscos, e seu encerramento está previsto para o final do exercício de 2017.	MAR/2016	Pendente
Ausência de definição do “Apetite de Risco” e da “Tolerância aos Riscos” da Eletronuclear.	Esta não conformidade será levada ao Comitê de Gestão de Riscos da empresa na próxima reunião prevista para este mês de outubro	MAR/2016	Pendente
Falta de formação dos indicadores chave de riscos.	Este trabalho será conduzido junto aos proprietários dos riscos, e está previsto até o encerramento dos trabalhos no exercício de 2015.	MAR/2016	Pendente

Ausência de monitoramento para os 6 (seis) riscos priorizados e mapeados pela Eletrobras Eletronuclear.	Este monitoramento encontra-se em andamento e sua conclusão está prevista até o encerramento dos trabalhos no exercício de 2015.	MAR/2016	Pendente
Ausência de planos de ação, para as atividades de controle que: (i) apresentam status de “Não Implementado”; (ii) apresentam status de “Parcialmente Implementado”; (iii) apresentam status de “Ineficaz”; (iv) não foram descritas/selecionadas; e (v) não identificam e nem relacionam, quando cabível, as leis e os regulamentos, bem como, as políticas e os procedimentos, a que estão submetidos, nos 7 (sete) riscos mapeados pela Eletrobras Eletronuclear.	A elaboração dos planos de ação junto aos proprietários dos riscos está prevista até o encerramento dos trabalhos no exercício de 2015.	MAR/2016	Pendente
Ausência de validação, dos respectivos proprietários, bem como pelas demais alçadas competentes, dos relatórios contendo os resultados dos mapeamentos dos 7 riscos da Eletrobras Eletronuclear.	Esta validação dos proprietários dos riscos está prevista até o encerramento dos trabalhos no exercício de 2015.	MAR/2016	Pendente
Ausência de planos de ação formalizados, para as não conformidades apontadas no resultado final, dos testes da administração - 2014.	Até o momento, das 22 deficiências apontadas nos testes da administração, 18 foram de operação (trabalho de conscientização junto aos gestores), 3 deficiências estão com o plano de ação em elaboração e uma com o plano de ação elaborado. A conclusão está prevista até o encerramento do exercício de 2015.	MAR/2016	Pendente
Ausência de planos de ação formalizados, para as não conformidades apontadas no resultado dos testes da certificadora – 2014.	O primeiro ano de trabalho da KPMG como certificadora das empresas Eletrobras foi 2014. Uma vez concluídos os testes, houve muita demora em apresentar a relação de deficiências. Quando esta finalmente foi enviada às empresas, o descritivo estava insuficiente para o entendimento/tratamento e elaboração dos respectivos planos de ação. Na sequência foi solicitada reunião de esclarecimento da KPMG com os gestores e mais uma vez, houve muita dificuldade para se conseguir este agendamento. Após várias marcações e cancelamentos estaremos reunidos com a KPMG e os gestores nos dias 08 e 09/10 para entender as deficiências e a partir daí elaborar os planos de ação. A conclusão está prevista até o encerramento do exercício de 2015.	MAR/2016	Pendente

RELATÓRIO Nº 05/15 – PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

Área / Setor: Gerência de Contratação Nacional de Bens e Serviços – GCN.A e Gerência de Contratação Internacional de Bens e Serviços – GCI.A na Sede, Gerência de Aquisições em Angra – GAA.A, Gerência de Administração Contratual – GAC.T

Escopo: Processos de contratações de serviços pelas modalidades: Concorrência, Pregão presencial e eletrônico, Tomada de preço, Convite, Compras diretas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Cadastro de fornecedores. Acompanhamento contratual.

Cronograma Executado: julho a novembro de 2015

Recursos Humanos: 955 HH

Não foram constatadas Não-Conformidades que ensejassem a elaboração de Planos de Ação.

RELATÓRIO Nº. 06/15 – PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

Área / Setor: Gerência de Contratação Nacional de Bens e Serviços – GCN.A / Gerência de Contratação Internacional de Bens e Serviços – GCI.A / Gerência de Administração Contratual – GAC.T

Escopo: Processos de aquisições de materiais pelas modalidades: Concorrência, Pregão presencial e eletrônico, Tomada de preço, Convite, Compras diretas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Cadastro de fornecedores. Acompanhamento contratual.

Cronograma Executado: julho a novembro de 2015

Recursos Humanos: 839 HH

Não foram constatadas Não-Conformidades que ensejassem a elaboração de Planos de Ação.

RELATÓRIO Nº. 07/15 – CAIXA, BANCOS E CONTAS A PAGAR

Área / Setor: Gerência de Operações Financeiras – GOF.A

Escopo: Verificar a gestão dos controles sobre disponibilidade e exigibilidades, fluxo de caixa, fundo fixo, reconciliações bancárias, habilitações de pagamentos a fornecedores e impostos.

Cronograma Executado: outubro a dezembro de 2015

Recursos Humanos: 712 HH

Não-Conformidades constatadas e Planos de Ação propostos pela gestão (Status em 31/12/2015):

Quadro 5.3.5 - Relatório nº 07/2015 - Caixa, Bancos e Contas a Pagar

Não-Conformidades	Planos de Ação propostos	Prazo Previsto para a Implementação	Situação
Ausência de controle mensal capaz de assegurar que todas as notas fiscais recebidas pela empresa sejam registradas no sistema SAP.	Iniciar, em conjunto com as áreas de acompanhamento contratual (Gerência de Administração Contratual - GAC.T e Gerência de Controle Contratual - GCO.A) e a Gerência de Sistemas de TI - GSI.G, estudo de uma nova forma de entrada das notas fiscais na Eletronuclear e por seguinte o devido registro no sistema SAP, de forma que se possa garantir com maior segurança que todas as notas fiscais recebidas sejam contabilizadas. O trabalho será comprovado através de atas das reuniões as quais apresentarão o avanço realizado.	MAR/2016	Pendente

Ausência de controle mensal capaz de assegurar que todas as notas fiscais registradas no Contas a Pagar sejam pagas até a data do vencimento.	Apresentar um novo procedimento de controle, que listará todas as notas fiscais registradas no sistema SAP, pendentes de liberação para pagamento, ou seja, sem certificação comercial. Analisar a listagem mencionada acima e, em seguida, enviar COI às áreas de acompanhamento contratual (GAC.T e GCO.A), solicitando informações sobre o status das notas fiscais, e justificativa para a não apresentação da documentação para pagamento dos títulos vencidos. O ciclo será trimestral a partir de Janeiro de 2016.	MAR/2016	Pendente
Ausência do envio da documentação, por parte das gerências responsáveis pelo acompanhamento contratual, dos títulos vencidos aprovados comercialmente, ao setor de Contas a Pagar, para realização do pagamento ou da respectiva justificativa para o não envio.	Analisar o Relatório “Bom para Pagamento” a fim de eliminar possíveis pendências e, em seguida, enviar COI às áreas de acompanhamento contratual solicitando informações sobre o status das notas fiscais, e justificativa para a não apresentação da documentação para pagamento dos títulos vencidos. O ciclo será trimestral a partir de Janeiro de 2016.	MAR/2016	Pendente
Concessão indevida de acesso a transação do SAP, que gera o compromisso financeiro (MIRO), aos colaboradores que desempenham funções incompatíveis com as funções desempenhadas no processo de contas a pagar.	Questionar formalmente a GRC.G e as UOs dos colaboradores relacionados na listagem de usuários da transação MIRO, quanto à possível falta de segregação de função, solicitando às mesmas que corrijam a falha quando cabível, extinguindo uma das funções (APO2 ou PR01) do perfil dos referidos usuários. Os gestores das áreas GAC.T e GCO.A também serão indagados quanto à real necessidade de seus colaboradores possuírem acesso à função MIRO.	MAR/2016	Pendente
Ausência, na Instrução Normativa 31.02 - Revisão 03, de procedimentos para encerramento de fundo fixo.	Revisar a IN 31.02, em conjunto com a Gerência de Organização e Métodos - GOM.G, para normatizar o procedimento de encerramento dos fundos fixos.	MAR/2016	Pendente

Relatório Nº. 08/15 – Avaliação da Execução Física e Financeira das Ações que Integram o Orçamento de Investimentos da Eletronuclear

Área / Setor: Diretoria de Operação - DO / Assessoria de Desenvolvimento de Novas Centrais Nucleares - ADN.G / Superintendência de Infraestrutura SI.A / Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - ST.G

Escopo: Avaliar a execução do orçamento anual de 2015 da ELETRONUCLEAR visando verificar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas do PPA; se foram atendidas as exigências legais sobre gestão orçamentária e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme proposta orçamentária enviada ao MME.

Cronograma Executado: novembro a dezembro de 2015

Recursos Humanos: 128 HH

Não foram constatadas Não-Conformidades que ensejassem a elaboração de Planos de Ação.

Relatório Nº. 11/15 - Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS

Área / Setor: Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS.

Escopo: Avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, pessoal, previdenciária e de investimentos, testando os benefícios pagos, investimentos, reservas atuariais, custeio da entidade e atos de gestão.

Cronograma Executado: junho a setembro de 2015

Recursos Humanos: 624 HH

Não-Conformidades constatadas e Planos de Ação propostos pela gestão (Status em 31/12/2015):

Quadro 5.3.6 - Relatório nº 11/2015 - Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS

Não-Conformidades	Planos de Ação propostos	Prazo Previsto para a Implementação	Situação
Pagamento de folhas de salários por meio de Requisições de Pagamento – RDP's sem a aprovação da Presidência, autoridade competente para essa operação, conforme determina o item 5.12, Anexo II, da Instrução Normativa Interna nº 003/2009, de 07/07/2009, referente a "Poderes e Competências".	Para evitar esse tipo de situação, será revisado o mencionado Anexo até 18/09/2015, de forma a contemplar a possibilidade de substituição dos diretores para os principais eventos operacionais da entidade.	23/10/2015	Solucionado
Contrato sem previsão de Foro de Competência para dirimir eventuais conflitos entre as partes.	Elaboração de checklist que deverá ser observado pelo gestor do contrato no momento da contratação, a fim de verificar se todas as cláusulas necessárias estão estabelecidas no instrumento contratual.	20/10/2015	Solucionado
Seguro contra incêndio no valor de R\$ 2.000.000,00, abaixo ao estabelecido em contrato de aluguel no valor de R\$ 5.392.000,00, do imóvel sito à Av. República do Chile, nº 230 – 15º andar – Ala Norte, firmado junto a empresa Booking.Com.	Solicitar à locatária que providencie o imediato endosso da importância segurada na apólice vigente, de forma a atender ao valor previsto no contrato de locação.	MAR/2016	Pendente
Registro indevido de OFND's, por se tratar ainda de Ativo Contingente	Reverter o registro contábil da atualização monetária das OFND's, com valor atualizado de R\$ 46,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, até que não exista a possibilidade de recurso no processo movido pela ABRAPP.		Pendente

a) Estrutura organizacional da unidade de auditoria

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração e reporta-se à Presidência, em caráter funcional e para efeito de supervisão, mantendo o mesmo posicionamento na estrutura organizacional da Eletronuclear em relação ao exercício de 2014.

O quadro de pessoal da Auditoria Interna da Eletronuclear está composto da seguinte forma:

Quadro 5.3.7 – Quadro de Pessoal da Auditoria Interna

Descritivo	Quantidade
Auditor-Chefe	1
Supervisores	2
Auditores	4
Secretária	1
Total	8

A Auditoria Interna não teve alteração no seu quadro de pessoal em relação ao exercício de 2015.

5.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronuclear, através da Resolução de Diretoria nº 1213.001/15, de 06/01/2015, aprovou o Manual de Compliance referente à Política de Anticorrupção das Empresas do Sistema Eletrobras.

O Manual estabelece um programa de cumprimento à lei anticorrupção brasileira nº 12.846, de 01/08/2013, e a Foreign Corrupt Practices Act – FCPA, Lei de Prática Estrangeira contra Corrupção dos Estados Unidos, as quais a Eletrobras e suas subsidiárias estão sujeitas pelo fato da Holding ter suas ações listadas e negociadas na bolsa do mercado mobiliário de Nova York.

Para a efetivação do Programa de Compliance a Eletrobras Eletronuclear nomeou um Gerente de Compliance, cuja principal responsabilidade é administrar as tarefas estabelecidas no Programa, reportando-se diretamente à Alta Administração da companhia e criou uma Comissão Executiva de Correição, composta por três profissionais, responsável por investigar os casos de denúncia ou violação do Programa ou qualquer outra conduta comercial inadequada, a partir de uma solicitação do Gerente de Compliance.

No decorrer do exercício de 2015, a Comissão Executiva de Correição foi solicitada para investigar dois casos de violações ao Programa. Destacamos a seguir o principal evento apurado capaz de impactar o desempenho da companhia.

Quadro 5.4.1 – Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Tipo de procedimento	Fato sob apuração	Data do conhecimento dos fatos	Data de instauração	Situação atual
Investigação	Possíveis irregularidades nas contratações e pagamentos dos serviços de montagem eletromecânica da Usina Nuclear Angra 3, conforme matéria publicada no Jornal O GLOBO, em 03/04/2015.	03/04/2015	15/04/2015	A Comissão concluiu em seu Relatório Final n.º CEC-001/15 de 20/08/2015, que diante das informações e esclarecimentos prestados, bem como de toda a documentação analisada não foram constatados no âmbito interno da empresa, indícios de sobrepreço incluído no orçamento dos serviços de montagem eletromecânica com o propósito de pagamento de propina visando beneficiar qualquer indivíduo ou grupo econômico. Independente das conclusões apresentadas, não se pode elidir a possibilidade de no processo criminal, as autoridades competentes virem a comprovar, com base em evidências mais contundentes a existência de irregularidades ou de condutas (ações ou omissões) que possam ter maculado o processo licitatório em questão.

5.4.1 Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD

A Eletrobras Eletronuclear iniciou a implementação do Sistema CGU-PAD no exercício de 2016 com a indicação de um coordenador local e um administrador do Sistema, que é quem faz a inclusão e gestão de senhas e perfis dos demais usuários. Os usuários cadastrados deverão ser submetidos a um treinamento específico e somente após esta etapa a companhia estará apta a utilizar o Sistema CGU-PAD efetivamente.

5.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

Considerando que não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste item, optamos por agrupá-las nos quadros abaixo de forma análoga ao que fizemos no ano anterior:

Quadro 5.5.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Eletronuclear

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
<p>O ambiente de controle na Eletronuclear é testado anualmente em dois momentos: nos testes da Administração conduzidos pela Auditoria Interna e nos testes de controle realizados pelo auditor externo, na Certificação SOX. A definição da materialidade feita anualmente antecede os testes e norteia a definição do escopo dos processos/controles a serem testados. Estes controles apresentam-se como de maior impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Para os controles considerados ineficazes, são elaborados planos de ação mitigatórios.</p> <p>A partir de 2014, os testes dos controles internos estão sob responsabilidade da KPMG que, além da Certificação SOX, atua também com auditor externo das demonstrações financeiras.</p> <p>Os riscos a que a Eletronuclear está exposta foram identificados e detalhados na matriz de riscos em 2010 e são revisados anualmente.</p> <p>Para mitigar os riscos de concessão, revisão e revogação de acesso ao sistema corporativo SAP/ECC foi contratada a empresa Deloitte para auxiliar as áreas de Controles Internos e Segurança da Informação na implantação do módulo GRC/AC. Esta implantação foi concluída em outubro de 2015.</p>					
Escala de valores da Avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Gerência de Gestão de Riscos e Conformidades de Controles – GRC.G

5.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A Remuneração da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal é fixada anualmente em Assembleia Geral Ordinária – AGO, onde é fixado o valor da remuneração nominal mensal dos membros da Diretoria Executiva.

Este valor é definido por negociação entre a controladora – ELETROBRAS e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não havendo vinculação dessa remuneração a indicadores de desempenho cabendo, contudo, o direito à Participação em Lucros e/ou Resultados da empresa.

A remuneração global definida para os membros da Diretoria Executiva inclui todas as verbas que compõe a remuneração, tais como honorários mensais, 13º salário, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo e seguro funeral, auxílio-refeição, cobertura de despesas médicas, auxílio moradia, ajuda de custo de transferência bem como a citada participação nos lucros e/ou resultados e a contribuição a entidade previdenciária privada da qual a empresa é mantenedora. Esses benefícios são similares não sendo, contudo repassados aos respectivos honorários os benefícios que eventualmente sejam concedidos aos empregados da empresa por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho.

A remuneração dos Conselhos é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei no. 9.292 de 12.07.1996, não sendo computados para ambos os colegiados os demais benefícios.

Para o período de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2016 esses valores foram estabelecidos na 39ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2015, sendo aprovado o valor de até R\$4.747.080,77 (quatro milhões, setecentos e quarenta e sete mil, oitenta reais e setenta e sete centavos) para o pagamento dos honorários dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, e fixado o valor de R\$ 39.692,13 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e dois reais e treze centavos) para a remuneração mensal do Diretor-Presidente e o valor de R\$37.802,04 (trinta e sete mil, oitocentos e dois reais e quatro centavos) para a remuneração mensal dos demais diretores.

Quadro 5.6.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no Exercício
Ildo Wilson Grudtner	01.01.2015	31.12.2015	4.062	48.749
Marco Aurélio de Almeida Garcia	01.01.2015	31.12.2015	4.062	48.749
Walter Baere de Araújo Filho	01.01.2015	31.12.2015	4.062	48.749
Fábio Luiz Teixeira de Souza	28.04.2015	31.12.2015	4.062	33.493
Pedro José Diniz de Figueiredo	28.09.2015	31.12.2015	4.062	13.108
Josias Matos de Araújo	10.12.2015	31.12.2015	4.062	2.990
Armando Casado De Araújo	01.01.2015	10.12.2015	4.062	45.758
Paulo Cesar Duarte Ferreira Junior	01.01.2015	01.02.2015	4.062	3.841
Filipe Barros de Nazareth	27.02.2015	28.04.2015	4.062	8.414
Othon Luiz Pinheiro da Silva	01.01.2015	05.08.2015	4.062	15.682
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no Exercício
Eduardo de Carolis	01.01.2015	31.12.2015	4.062	48.749
Pedro Paulo da Cunha	01.01.2015	31.12.2015	4.062	48.749
Cinthia de Fátima Rocha	08.10.2015	31.12.2015	4.062	11.517
Sérgio Ricardo de Brito Gadelha	09.05.2015	08.10.2015	4.062	20.553
Bruno Westin Prado Soares Leal	01.01.2015	31.01.2015	4.062	3.841
Raquel da Ressurreição da Costa Amorim	23.02.2015	28.04.2015	4.062	8.886
Gilvan da Silva Dantas	28.04.2015	09.05.2015	4.062	1.618

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Quadro 5.6.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	05	05
I – Remuneração Fixa	2.110.951	2.132.200
II – Remuneração variável	356.491	326.859
III – Total da Remuneração (I+II)	2.467.443	2.459.059

5.7 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

A contratação de auditoria independente é feita pela Eletrobras Holding para todas as empresas Eletrobras que compõe o escopo da Certificação SOX e também para realizar auditoria nas demonstrações contábeis de cada empresa. A empresa de auditoria independente é contratada pelo prazo de 5 anos, quando deve ser substituída por outra. A partir de 2014 a KPMG audita os processos inerentes à Certificação SOX e as demonstrações contábeis de todas as empresas Eletrobras.

Serviços de Auditoria

Atual Auditor: KPMG Auditores Independentes

Forma de Contratação: Licitação – Edital de Concorrência DAC nº 01/2013 – Aviso Publicado em 27/08/2013 no DOU.

Prazo: 36 meses

Valor atual do contrato: R\$ 30.401.426,99

Serviços Contratados: Serviços regulares e especiais de auditoria independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, para fins locais (CVM/CPC), e IASB/SEC, dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a revisão trimestrais (1ITR2014,2ITR2014, 3ITR2014, 1ITR2015, 2 ITR2015, 3ITR2015, 1ITR2016, 2ITR2016 E 3ITR2016). Inclui também, a revisão dos procedimentos fiscais de tributários, o exame das Demonstrações Financeiras e informações complementares requeridas pela ANEEL, CVM e Instituições Financeiras, emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, além do exame dos controles internos segundo normas do IBRACON e a Lei Norte Americana Sarbanes-Oxey-SOX, com emissão de relatórios requeridos.

Alcance dos serviços: Será executado para as empresas Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear, CGTEE, Eletropar, Amazonas GT, Amazonas Energia D, Boavista Energia, CEPISA, CERON, CEAL, ELETROACRE, e CELG Distribuição.

5.8 Informações sobre as Ações Trabalhistas contra a Eletronuclear

Atualmente existem 738 processos trabalhistas contra a Eletronuclear, cujos valores atribuídos às causas montam a quantia de R\$ 310.820.747,77.

5.9 Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados da Eletronuclear

A participação dos empregados nos resultados operacionais e financeiros da Empresa é baseado em negociação envolvendo as empresas do sistema Eletrobrás e os sindicatos representativos dos empregados. Ano passado o TST definiu o pagamento da PLR até 2018, conforme proposta da Eletrobras. Neste momento os critérios aprovados no TST para aferir participação nos lucros nas empresas do sistema para 2015 são os seguintes:

Ate uma folha salarial por conta dos resultados operacionais.

Ate uma folha para os resultados financeiros sendo:

50% sobre o lucro da Holding

50% Sobre o EBTIDA da ELETRONUCLEAR.

Esses critérios dependem ainda de aprovação do DEST e da AGO dos acionistas.

Fonte: Assessoria de Relações Trabalhistas – ART.A

5.10 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

A ELETRONUCLEAR é administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na lei e no Estatuto Social, e uma Diretoria Executiva.

É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da administração da ELETRONUCLEAR.

Os membros do Conselho de Administração e Diretores indicados deverão atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente.

As atas de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração que elegerem, respectivamente, Conselheiros de Administração e Diretores da ELETRONUCLEAR deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente poderão ser eleitos e empossados aqueles que tenham exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede da ELETRONUCLEAR.

São inelegíveis para os cargos de administração da ELETRONUCLEAR as pessoas declaradas inabilitadas em ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as impedidas por lei especial ou condenadas por crime de qualquer espécie contra a economia, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Cada membro dos órgãos da administração deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens.

A investidura em cargos de administração da ELETRONUCLEAR observará as condições impostas pela legislação vigente, não podendo, também, ser investidos no cargo os que no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal tiverem ascendentes, descendentes ou colaterais até o terceiro grau.

O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à ELETRONUCLEAR.

Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta se tornará sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito;

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a ELETRONUCLEAR.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva se reunirão e deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

Nas deliberações do Conselho de Administração e resoluções da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate.

As decisões dos administradores deverão observar as políticas corporativas e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente.

O substituto eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo, completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do Diretor-Presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da ELETRONUCLEAR.

O Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social da ELETRONUCLEAR, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sob controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no conselho de administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do Diretor-Presidente e até cinco Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados da ELETRONUCLEAR ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao Diretor-Presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais Diretores pelo Conselho de Administração.

5.11 Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

A Procuradoria Jurídica da Eletronuclear realiza sua gestão e controle das demandas judiciais através de duas supervisões – Gestão do Contencioso Cível e Orientação Jurídica e Gestão de Direito do Trabalho – Contencioso e Consultivo. Além disso, controla as publicações no Diário Oficial em nome da Eletronuclear por meio de 2 (duas) empresas de recortes de jornais, sendo que uma delas remete as publicações aos advogados por e-mail e a outra empresa o faz por e-mail e também por meio físico. Além disso, há em uso um software de gestão jurídica e controle de processos – CP-Pro - que, além de auxiliar no controle de prazos e no acompanhamento processual, com captura dos andamentos dos processos nos sites do Judiciário com concomitante envio, por email, ao advogado do caso, permite a digitalização e arquivamento das principais peças processuais.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

No ano de 2015 foram feitas 242 manifestações, as quais foram todas encerradas. Considerando o ano de 2014, quando foram emitidas 269 manifestações, houve um decréscimo de 27 (10%) manifestações.

As manifestações englobam denúncias, reclamações, solicitações sugestões, entre outros temas, com enfoque de campos diversos tais como: credenciamento médico, concurso público, licitações, programas de visitas, patrocínios entre outros.

Todas as manifestações são mediadas com os setores envolvidos, buscando elucidar os questionamentos com a transparência que requeriram.

Ao final do processo, os usuários podem avaliar o atendimento da ouvidoria, segundo vários quesitos. Ao término de 2015 o atendimento ponderado da Ouvidoria foi considerado como bom (71,2%).

6.1 Canais de Acesso ao Cidadão

O canal que atende a tais demandas é o SOU – Sistema informatizado da Ouvidoria, comum às Empresas Eletrobras. São emitidos relatórios mensais e anuais para a Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronuclear com os resultados quantitativo e qualitativo do desempenho da Ouvidoria.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Como a Eletrobras Eletronuclear não tem relacionamento de serviços ao cidadão, a mesma não faz uso de “Carta de Serviços ao Cidadão”.

6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos - usuários

A aferição do grau de satisfação dos cidadãos que demandam a Ouvidoria pelo SOU, é feita pelo preenchimento de um questionário que lhe é submetido ao final do atendimento, o qual serve de base para a medição do grau, o qual é evidenciado nos relatórios mensais e anuais emitido pela Ouvidoria.

A tabela abaixo apresenta o percentual de satisfação das manifestações atendidas em relação às manifestações efetuadas durante o respectivo mês de ocorrência.

Tabela 6.3.1 - Manifestações Efetuadas e Atendidas – Desempenho 2015

Manifestações	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Efetuadas	25	20	26	18	28	15	9	23	26	16	16	20
Atendidas	25	20	25	18	28	15	9	23	26	16	16	20
Satisfação (%)	100,0	100,0	96,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ouvidoria

6.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

A Eletrobras Eletronuclear não tem relacionamento de serviços ao cidadão, então a mesma não prevê pesquisa de satisfação de cidadãos-usuários em seu relatório de gestão.

6.5 Formas de Participação Cidadã nos Processos Decisórios

Cabe à Ouvidoria avaliar os resultados alcançados nas pesquisas mensais e prover à Diretoria Executiva no Relatório Anual eventuais indicações de melhoria nos seus processos bem como nos da empresa.

6.6 Avaliação dos Produtos e Serviços pelos Cidadãos-usuários

A Eletrobras Eletronuclear não tem relacionamento de serviços ao cidadão, então a mesma não faz uso de mecanismos de medição de satisfação de cidadãos-usuários.

6.7 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos e Instalações

O canal de comunicação da Eletronuclear com a sociedade é estabelecido através da ouvidoria. A Ouvidoria da Eletrobras Eletronuclear foi instituída pela Instrução Normativa nº 12.03, datada de 11/12/2007.

A Eletrobras Eletronuclear coloca a disposição da população o Sistema Geral de Ouvidoria, em total sintonia com a orientação governamental e tendo como referência os artigos 5º e 37º, § 3º, da Constituição Federal, a Lei nº 10.683, de 28/05/2003 e o Decreto nº 5.683/2006.

Fonte: Superintendência de Infraestrutura – S.I.A

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas

“As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encontram-se no Anexo I, bem como, disponibilizadas no site da Eletrobras Eletronuclear:

<http://www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa/Governanca/RelatoacuterioseBalancededilos/Balan231os.aspx>

8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Eletronuclear

Quadro 8.1.1.1 - Força de Trabalho da Eletronuclear

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Empregados		1.873	3	294
Cedidos		33	2	4
Licença sem Vencimentos		2	0	1
Licença Reclusão		0	0	0
Empregados Anistiados		42	7	1
Empregados Anistiados Cedidos		7	1	0
Empregados Próprios		1.957	13	300
Art. 37 da CF/88		9	0	29
Requisitados		23	2	1
Aposentados por Invalidez		47	3	1
Diretores		5	1	1
Total	2.293	2.041	19	332

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Nota: O quadro efetivo da empresa, base dez/2015 fechou com total de 1.949 empregados. Este número abrange: Empregados próprios + art.37 + Requisitados – Cedidos.

Quadro 8.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
Empregados	447	1.426
Cedidos	25	8
Licença sem Vencimentos	0	2
Licença Reclusão	0	0
Empregados Anistiados	32	10
Empregados Anistiados Cedidos	6	1
Empregados Próprios	510	1.447
Art. 37 da CF/88	5	4
Requisitados	20	3
Aposentados por Invalidez	16	31
Diretores	3	2
Total	554	1.487

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Quadro 8.1.1.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletronuclear

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados que Recebem Remuneração Global (RG)		110	40	57
2. Empregados que Recebem Gratificação por Função (GF)		132	46	21
Total de Servidores com RG e GF (1+2)	242	242	86	78

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Notas: Consideramos no Quadro acima:

- 1) Os empregados que recebem Remuneração Global (Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão, Assessores de Diretores e Consultor Jurídico);
- 2) O empregados que recebem Gratificação de Função (Supervisores);
- 3) 4 empregados que constam nesse número, são empregados requisitados que recebem Gratificação por Função.

8.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal da Eletronuclear

Quadro 8.1.2.1 - Despesas do Pessoal da Eletronuclear

(Valores em R\$1,00)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	267.028.990	-	15.508.490	93.335.543	194.231.485	50.690.717	54.510.110	-	-	675.305.335
	2014	295.276.171	-	14.189.580	96.264.535	145.547.694	51.790.157	52.629.340	-	-	655.697.477
Servidores de carreira SEM VÌNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores SEM VÌNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	2.329.161	-	-	-	-	-	67.505	-	-	2.396.666
	2014	2.459.060	-	-	-	-	-	-	-	-	2.459.060
Servidores cedidos com Ônus para a Eletronuclear											
Exercícios	2015	-	-	1.155.416	-	-	-	-	-	-	1.155.416
	2014	-	-	1.161.037	-	-	-	-	-	-	1.161.037
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fontes: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A e Gerência de Administração de Benefícios – GAB.A

Observações:

a) Na rubrica – Vencimentos e Vantagens Fixas – estão inseridas as seguintes despesas: Salários e Diferenças Salariais; Complemento Piso Engenheiro; Salário Maternidade; Abono Salarial – ACT; 13º Salário; Abono Pecuniário; Férias e Gratificação de Férias e PLR;

- b) Na rubrica – Adicionais – estão inseridas as seguintes despesas: Temporalidade; Tempo de Serviço; Ats s/Gtf. Incorporada; Periculosidade; Transferência; Turno e Penosidade; Qualificação Operacional;
- c) Na rubrica – Indenizações – estão inseridas as despesas com Verbas Rescisórias e Indenizações relativas ao PDI;
- d) Na rubrica – Benefícios Assistenciais e Previdenciários – estão inseridas as despesas com: Auxílios (Creche e Funeral); Complemento de Aux. Doença; Reembolsos (Auxílio Instrução, Curso Idioma; Tratamento Excepcional; Medicamentos; Óculos; Aparelhos Auditivo/Similares); Benefícios INSS; constam ainda os custos da empresa com os Benefícios do Plano Médico Assistencial (PMA); O custo total contempla dos empregados e seus beneficiários habilitados ao benefício;
- e) Na rubrica – Demais Despesas Variáveis – estão inseridas as seguintes despesas: Auxílio Mudança; Auxílio Instrução; Curso idioma; Adicional Noturno; Horas Extras; Repouso Semanal Remunerado; Sobreaviso;
- f) Na tipologia – Requisitados com Ônus para a Eletronuclear – estão inseridas somente a despesa com complementação por Cessão, paga através da folha de pagamento;
- g) Não estão sendo consideradas na composição dos Custos do Pessoal, as seguintes despesas: Diárias/Ajuda de Custos de Viagens País/Exterior; Bolsa Educacional; Salário Aprendiz; Vale Alimentação e Vale Transporte.

8.1.3 Informações sobre os Controles para Mitigar Riscos Relacionado ao Pessoal

Quadro 8.1.3.1 – Indicadores de Acidentes de Trabalho

2015	
Indicadores de acidentes de Trabalho	
Descrição	Quantidade
Número total de acidentes de trabalho com empregados efetivos.	9
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano.	0,0036
Acidentes de trabalho com afastamento temporário de empregados (%).	0,16
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (%).	0,0
Acidentes que resultaram em mutilação de empregados e/ou de prestadores de serviço (%).	0,0
Acidentes que resultaram em mutilações ou outros danos à integridade física e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%).	0,0
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados.	0,99
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para terceirizados/contratados.	1,22

Fonte: Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho – GSM.A

8.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Quadro 8.1.4.1 - Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Eletronuclear

Unidade Contratante						
Nome: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A – CNPJ: 42.540.211/0001-67						
UG/Gestão: SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÃO E CONTROLE CONTRATUAL SA.A						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	4500138193 – Prestação de Serviços de Limpeza, Arrumação e Higienização Predial da CNAAA e Áreas Adjacentes.	Rizoma Engenharia Paisagismo e Serviços Ltda. CNPJ: 36.541.241/0001-95	16/04/2011	15/07/2015	Não disponível	E
2012	4500152560 – Serviços Técnicos Especializados de Descontaminação em Áreas de Controle Radiológico da CNAAA.	G4S Interativa Service Ltda. CNPJ: 28.127.400/0001-58	01/10/2012	30/09/2017	Não disponível	A
2013	4500164465 – Serviço de Limpeza, Conservação e Asseio das Dependências e Bens Móveis da Eletronuclear.	FB Terceirização LTD-ME. CNPJ: 12.313.874/0001-88	21/06/2013	26/06/2016	Não disponível	A
2014	4500167170 – Prestação de Serviços Gerais para Atendimento a Eletrobras Eletronuclear.	Personal Service Recursos Humanos. CNPJ: 27.710.060/0001-37	01/02/2014	31/01/2018	Não disponível	A
2014	4500171206 – Prestação de Serviços de Limpeza, e Conservação das Áreas Externas da CNAAA, Vilas Residenciais e Áreas Adjacentes.	Rizoma Engenharia Paisagismo e Serviços Ltda. CNPJ: 36.541.241/0001-95	17/11/2014	16/11/2017	Não disponível	A
2014	4500171606 – Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial na Área da CNAAA e	Angel's Segurança e Vigilância Ltda.	05/11/2014	02/11/2017	Não disponível	A

	Vilas Residenciais e Escolta Armada Interestadual.	CNPJ: 33.723.040/0001-78				
2015	4500176079 – Serviços Gerais e Manutenção Predial na Sede da Eletronuclear.	Empresa Iguaçu de Manutenção. CNPJ: 26.307.190/0001-31	01/04/2015	31/03/2018	Não disponível	A

Fonte: Superintendência de Aquisição e Controle Contratual – SA.A

Nota: Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão de obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizam o objeto como fornecimento de mão de obra.

Quadro 8.1.4.2 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	43	45	42	41	309.452
1.2 Área Meio	86	97	103	102	791.988
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	20	20	26	28	135.594
2.2 Área Meio	9	11	12	12	54.357
3. Total (1+2)	158	173	183	185	1.291.393

8.1.5 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

“Não ocorreu no exercício”

8.1.6 Contratação de Mão de Obra Temporária

“Não ocorreu no exercício”

8.2 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

8.2.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Terceirizada

I) Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Eletronuclear

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa 18.01.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Veículos pesados - Caminhões

Utilizados para o transporte de materiais e atendimentos ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos pesados - Ônibus

Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

Veículos pesados - Bombeiros

Para combate a incêndios e acidentes nas Usinas de Angra 1, 2 e 3.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo em geral:

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Veículos	Total	Funcionalidade
Caminhão baú	2	Transporte de materiais
Caminhão basculhante	1	Transporte de materiais
Caminhão carroceria	5	Transporte de materiais
Caminhão bombeiro	3	Brigada de incêndio
Caminhão munck	2	Transporte de materiais e rejeitos nucleares
Ônibus urbanos	20	Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.
Total da frota: 33 veículos		

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos	Total	Funcionalidade
Veículos leves	4	Atendimento as Diretorias e Empregados à serviço.
Total da frota: 4 veículos		

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra.

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Caminhões: média de 11.532 km/ano
Ônibus: média de 25.415 km/ano

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos leves: média de 7.565,25 km/ano

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Caminhões: 6,69 anos

Ônibus: 8,35 anos

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos leves: 8,5 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Custo anual total de combustível (Diesel) da frota de veículos da ETN:

> Abastecimentos internos (Posto Itaorna): R\$133.799,57 (Janeiro à Abril).

> Abastecimentos externos (Estrada): R\$429.489,3.1

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$414.342,95

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$62.073,96.

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$704.099,07.

Pessoal Responsável pela administração da frota:

Administração: 04

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Custo anual total de combustível da frota de veículos da ETN: R\$9.837,92.

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$2.231,00.

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$3.997,95.

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$189.442,66.

Pessoal Responsável pela administração da frota:

Administração: 1

g) Plano de substituição da frota:

05 anos

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Devido a necessidade da disponibilização de veículos para atendimento ao PEL-Plano de Emergência Local, faz necessário que a Empresa tenha veículos próprios e alugados para atendimento em caso de uma paralização e/ou greve da categoria (Motorista).

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de Transporte.

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Total de 04 colaboradores

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Total de 01 colaborador

II) Frota de Veículos Automotores a Serviço da Eletronuclear, mas Contratada de Terceiros.

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

Resposta:

> Disponibilidade dos veículos por tempo integral. A empresa locadora deverá providenciar a substituição imediata do veículo em caso de panes, durante as manutenções, em situações de acidentes e etc.

> Possibilidade de substituição dos veículos a cada 02 (dois) ou 03 (três) anos.

> Inexistência da necessidade de contratação de seguros e envolvimento da Empresa nos casos de acidentes e multas.

> Desgaste natural dos veículos, devida a alta quilometragem mensal rodada e a constante troca de motoristas.

> Inexistência da necessidade de controle (mão de obra) para as atividades de manutenção dos veículos.

> Inexistência da necessidade de aquisição de peças de reposição e controle de estoque para reposição de: pneus, lâmpadas, fusíveis, óleos lubrificantes etc. (prazos de aquisição, estoque).

> Inexistência da necessidade de contrato de manutenção, levando em consideração a dificuldade de mão de obra especializada e disponibilidade de peças de reposição na Região.

> Inexistência da necessidade de contrato para serviços de borracharia, lavagem e lubrificação.

> Inexistência da necessidade de mão de obra para pequenos reparos, normalmente realizados no próprio Setor.

> Facilidade para a mobilização de veículos adicionais para atividades específicas e temporárias como exemplo: Paradas das Usinas, Transporte de Combustível Nuclear, visitas e etc.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

BASE ANGRA DOS REIS

Empresa: OBDI Equipamentos Ltda.

CNPJ - 09.546.840/0001-29

Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

CNPJ - 28.500.981/0001-55

Empresa: J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

CNPJ - 03.222.025/0001-28

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Empresa: OBDI Equipamentos Ltda.

CNPJ - 09.546.840/0001-29

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

BASE ANGRA DOS REIS

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato nº GCS.A/CT- 4500169687 - OBDI Equipamentos Ltda.

Objeto: Locação de veículos e utilitários, para atendimentos à Eletrobras Eletronuclear.

Vigência: Início 01/05/2014 / Término 30/04/2018.

Valor Contratado: R\$11.194.999,90.

Valor pago até 31/12/2015: R\$3.038.430,71.

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCS.A/CT- 4500161932- EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início - 01/10/2013 / Término - 30/09/2016

Valor contratado: R\$28.499.936,00

Valor pago até 31/12/2015: R\$20.599.238,00.

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCS.A/CT-4500160205 – J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início – 01/10/2013 / Término – 30/09/2016

Valor Contratado: R\$23.900.000,00

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2015: R\$18.821.134,48.

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCS.A/CT- 4500169687 - OBDI Equipamentos Ltda.

Objeto: Locação de veículos e utilitários, para atendimentos à Eletrobras Eletronuclear.

Vigência: Início 01/05/2014 / Término 30/04/2018

Valor Contratado: R\$11.194.999,90

Valor pago até 31/12/2015: R\$1.372.434,81.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa 18.01

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Resposta:

Veículos leves

Utilizados para atendimento aos empregados em viagens a serviço da Empresa e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos utilitários

Utilizados para o transporte de materiais, compras de materiais, serviços de manutenção, transporte de equipamentos e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos pesados - Ônibus

Utilizados para atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local e transporte de pessoal vinculado à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA.

f) Quantidades de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

BASE ANGRA DOS REIS
OBDI Equipamentos Ltda.
Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Total
Veículos leves	35
Veículos utilitários	12
Total geral de veículos:	47

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.
Contrato n.º GCS.A/CT-4500161932

Veículos	Total
Ônibus Rodoviário	17
Total geral de veículos:	17

J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.
Contrato n.º GCS.A/GT-4500160205

Veículos	Total
Ônibus urbano	17
Total geral de veículos:	17

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN
OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Total
Veículos leves	21
Veículos utilitários	1
Total geral de veículos:	22

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra "f" supra:

BASE ANGRA DOS REIS
OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Veículos leves	1.201.143	34.318
Veículos utilitários	357.162	29.764

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT-4500161932

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Ônibus rodoviários	1.328.866	78.169

J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT-4500160205

Veículos	Km total 2014	Média Km/ano
Ônibus urbanos	568.771	33.457

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Veículos leves	637.551	79.694
Veículos utilitários	4.983	623

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

BASE ANGRA DOS REIS

OBDI Equipamentos Ltda

Veículos	Idade Média
Veículos leves	1,6 anos
Veículos utilitários	1,6 anos

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Veículos	Idade Média
Ônibus rodoviário	3,2 anos

J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.

Veículos	Idade Média
Ônibus urbano	2,03 anos

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

OBDI Equipamentos Ltda

Veículos	Idade Média
Veículos leves	1,6 anos

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Abastecimentos internos (Posto Itaorna):

- > Gasolina: R\$118.925,88 (Janeiro à Abril)
- > Diesel: R\$ 24.880,33(Janeiro à Abril)
- > Álcool: Posto interno não trabalha com álcool

Gasto total interno: R\$143.806,21

Abastecimentos externos (Estrada):

- > Gasolina: R\$502.829,00
- > Diesel: R\$128.709,32
- > Álcool: R\$19.322,70

Gasto total externo (Estrada) R\$650.861,02

Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.: responsabilidade da Contratada.

J) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Empresa: Personal Service Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda.

Estrutura de controle:

83 motoristas

04 supervisores

Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Estrutura de controle:

48 motoristas

01 preposto

01 substituto

Empresa: J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.

Estrutura de controle:

34 motoristas

01 substituto

02 supervisores

OBDI Equipamentos Ltda.

Estrutura de controle:

02 prepostos

8.2.2 – Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso está definida na Instrução Normativa nº 34.02 de 08/08/2005, a qual estabelece conceitos, critérios e procedimentos para a realização de doações de bens patrimoniais que integram o Ativo Imobilizado da Eletronuclear, inclusive os materiais diversos e sobras de obras (igualmente classificados de forma permanente ou temporária como integrantes do ativo imobilizado), em conformidade com o estabelecido no Decreto 99.658/90 de 30/10/90, e na Lei 6.404/76, de 15/12/1976.

São bens passíveis de alienação por doação, aqueles quando enquadrados nas seguintes categorias:

- **bem antieconômico:** aqueles cuja manutenção for onerosa ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência, mediante avaliação procedida de laudo técnico da área de manutenção da Empresa ou estudo de preço de contrato realizado pela Gerência de Suprimentos e pela Gerência de Contratação e Controle Contratual;

- **bem irrecuperável:** aqueles cuja recuperação for economicamente inviável, com custos de recuperação acima de 30% de um bem novo, mediante levantamento feito pela Gerência de Suprimentos, responsável por este cálculo, ou quando não houver mais utilização para o fim a que se destina na Empresa;

Para a devida legitimação dos processos de doação, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93, em especial o art. 17 e seus parágrafos, aplicar-se-ão os seguintes critérios:

- a) a autorização de doação – ato gratuito razoável – é de competência estatutária da Diretoria Executiva, desde que consagrada a finalidade beneficente a órgão ou instituição da comunidade a que pertence a Empresa (Parágrafo 4º, Artigo 154, Lei 6.404/76);
- b) as doações deverão ser destinadas, preferencialmente, às instituições filantrópicas, reconhecidas como de utilidade pública pelo Governo Federal, bem como para os municípios mais carentes, fundações, universidades e empresas públicas, além de sociedade de economia mista;

- c) deverão ser priorizadas as abrangências das doações (número de beneficiados) e a eficácia da aplicação (relação com a atividade das entidades beneficiadas);
- d) deverão ser considerados os riscos referentes à utilização inadequada dos itens doados.
- No exercício de 2015 foi realizado um leilão e três carros foram alienados.

8.2.3 – Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 8.2.3.1 - Bens Imóveis Locados de Terceiros no Rio de Janeiro

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2015	Exercício 2014
Rio de Janeiro	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2015	Exercício 2014
Custo de locação ¹	14.935.947	14.283.578
Custo de Manutenção ²	4.341.334	3.703.614
CONTRATOS/LOCADOR	ANDARES	
Contrato Previ	2°,3°,9°,10°,11°,12°,13° e 14°	
Contrato Valia	4° ao 8°	

Notas:

- 1) O custo de locação são referentes aos dois contratos de locação no Edifício Candelária Corporate, onde funciona a Sede da Eletrobras Eletronuclear;
- 2) Nos custos de manutenção estão inseridos: IPTU, Taxa de Incêndio e Condomínio.

Fonte: Superintendência de Infraestrutura – S.I.A

Quadro 8.2.3.2 - Bens Imóveis Locados de Terceiros em Brasília

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2015	Exercício 2014
Brasília	2	2
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2015	Exercício 2014
Custo de locação	157.834	147.467
Custo de Manutenção	709.325	1.159.926

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro 8.2.3.3 - Bens Imóveis Locados de Terceiros no Recife

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2015	Exercício 2014
Recife	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2015	Exercício 2014
Custo de locação	28.186	23.124
Custo de Manutenção	133.070	197.463

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Nota: O Escritório no Município do Recife/PE foi desativado no mês de dezembro de 2015.

8.3 Gestão da Tecnologia da Informação

8.3.1 Principais sistemas de informações

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDSTIC) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para o período de 2013 a 2016, que tem como objetivo central definir um plano de ação estratégico para evolução da arquitetura tecnológica e dos serviços de TIC, alinhado ao Planejamento Estratégico da Eletrobras Eletronuclear.

O Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras (2010-2020) considera diretrizes corporativas de desempenho empresarial, segurança, gestão de pessoas, responsabilidade, posicionamento setorial e crescimento contínuo, e destaca entre suas metas e objetivos a sustentabilidade ambiental, o programa de equidade, as revisões internacionais, as autoavaliações e o projeto SOX (Sarbanes–Oxley Act), que requer a total aderência entre os processos de negócio e os processos de tecnologia da informação adotados.

O PDSTI em vigor estabelece as diretrizes para o desenvolvimento e aplicação de soluções baseadas em Tecnologias da Informação e Comunicação, em parceria com as áreas de negócio, visando promover a modernização, automatização e racionalização dos processos de negócio e fluxos de trabalho da Eletrobras Eletronuclear, em alinhamento com seus objetivos estratégicos e sua missão institucional.

Para a elaboração do Mapa Estratégico de TIC foram consideradas as necessidades de alinhamento às orientações de TI, políticas, diretrizes, requisitos de conformidade e necessidades do negócio da ETN, políticas e orientações do COTISE, políticas, diretrizes e requisitos de conformidade do Sistema Eletrobras e às diretrizes governamentais e seu ambiente regulatório.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Diretivo de TI (CDTI) é composto por representantes das 4 diretorias (Administração, Engenharia, Operação e Gestão) e da Presidência.

O Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação é um órgão colegiado propositivo em apoio à decisões pertinentes à Diretoria Executiva e deliberativo no âmbito de suas atribuições. Tem caráter permanente e estrutural, vinculado à Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente - DG, estando sob sua responsabilidade, as seguintes atribuições:

- Estabelecer diretrizes, objetivos e metas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;
- Estabelecer o dimensionamento adequado de recursos humanos e financeiros de TIC;
- Supervisionar e orientar a integração entre a área de negócio e de TIC;
- Deliberar sobre políticas e Diretrizes, Planejamento e ações relativas à TIC no âmbito da administração da Eletronuclear;
- Assegurar integração do Modelo de Governança da SG.G. às orientações dos Comitês de Tecnologia de Informação e de Processos Organizacionais do Sistema Eletrobras (COTISE e COPOSE);
- Assegurar a integração entre a Governança Corporativa e a Governança de TIC;
- Assegurar o desempenho estratégico de TIC;
- Assegurar o balanceamento de riscos de TIC para o negócio;
- Assegurar a entrega de benefícios dos investimentos habilitados por TIC;
- Assegurar a conformidade da SG.G às exigências mandatórias à TIC de entidades externas e internas à Eletronuclear;
- Assegurar a criação de valor agregado de TIC;

- Monitorar, otimizar e reportar questões ligadas ao desempenho do portfólio de investimento em TIC;
- Avaliar, aprovar e acompanhar os investimentos de TIC;
 - Aprovar a priorização dos projetos de TIC e avaliar o desempenho dos mesmos;
 - Avaliar e aprovar propostas de otimização de recursos de TIC;
 - Avaliar e aprovar o Plano Diretor de Sistemas e Tecnologia da Informação (PDSTI);
 - Avaliar e aprovar o Modelo de Governança de TIC da Eletronuclear;
 - Avaliar o desempenho dos controles internos de TIC;
 - Avaliar e aprovar oportunidades oriundas de inovação tecnológica;
 - Aprovar portfólio de programas e projetos de TIC.

No exercício de 2015 foram realizadas 2 reuniões deliberativas, que aprovaram a previsão orçamentária do ano e o Portfólio de Projetos de TIC para o ano.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 8.3.1.1 - Descrição dos Principais Sistemas da Eletronuclear

Sistema	Objetivos	Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
SAP-FI-AP SAP-FI-TR	Controle de execução das operações financeiras.	Contas a Pagar; Tesouraria;	Marilda Mattza	Luiz Artilheiro	ALTA
SAP-FI-GL SAP-FI-AR	Gestão financeira da empresa.	Contabilidade; Gestão Fiscal e Tributária; Contas a Receber;	Marilda Mattza	Beatriz Silva	ALTA
SAP-FI-FM SAP-FI-CO	Planejamento de custos e controle do orçamento.	Controladoria; Orçamento;	Elisabeth Beckmann	Hérica Barreto	ALTA
SAP-FI-TV	Gestão de Viagens	Viagens;	Roberto Taboço	Juliana Saraça	ALTA
SAP-FI-AA	Administração de ativos da empresa.	Controle Patrimonial;	Osvaldo Luis	Hérica Barreto	ALTA
SAP-HR-PY SAP-HR-PA	Administração de pessoal.	Folha de Pagamento; Cadastro de Pessoal;	Silvio Sérgio	Luciano Destefane	ALTA
SAP-MM	Dar suporte a todas as fases de planejamento das necessidades de consumo através da gestão de compras de materiais e serviços, etc.	Compras; Contratos; Cadastro de Fornecedores; Gestão de Estoque; Gestão de Materiais;	Artur Pinto	Marcia Calvente	ALTA
CONTROLE DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS	Padronizar a geração de documentos de contratações.	Controle de revisões de documentos; Aprovações; Assinatura eletrônica;	Ivandro Correa	Mônica Terezinha	ALTA

MAXIMO	Sistema para gestão de Ativos empresariais com foco no comissionamento, operação e manutenção de equipamentos Industriais.	Promover o planejamento e execução de ordens de manutenção corretivas e preventiva, controle de configuração, controle de estoque de sobressalentes, controle de compras, contratos, mão-de-obra e dentre outras funcionalidades relacionadas à atividade de manutenção.	Carlos Eduardo S.D.Pinheiro	DO	ALTA
--------	--	--	-----------------------------	----	------

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Quadro 8.3.1.2 - Descrição do Plano de Capacitação de Pessoal de TI

TREINAMENTO	COLABORADOR
50 vícios mais comuns em contratações de compras e serviços	Alexandre Pereira Tokarski
50 vícios mais comuns nos contratos de compras e serviços - saiba como evita-los	Hugo Fernandes Sobral
Catálogo do Smart Cloud	Therezinha D. Siqueira
Coloquio Técnico do CTIR GOV 2015	Alessandro Fernandes Gobira
Data Domain System Administration	Fabio de Souza Galdino da Silva
Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Caetano Pires Rabello
Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Krishna Rodrigues de Brito Junior
Fazendo Mais com Menos (Administração de TI)	Hugo Fernandes Sobral
Gerenciamento de Incidentes de TI sob a perspectiva da biblioteca ITIL.	Leonardo Guilherme A. Ribeiro
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Krishna Rodrigues de Brito Junior
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Cristina Harumi Higuti
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Hendrison Santos de Araujo
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Daniel Garcia Romero
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Alessandro Fernandes Gobira
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Andre Geszti Monteiro
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Geraldo Motta Cesar
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Adonis de Holanda Vasconcelos
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Roberta Borges de Almeida
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Fabio de Souza Galdino da Silva
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Gedair Fernando Carlos de Carvalho
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Celso Oliveira de Souza
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Patricia Rodrigues de Souza
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Eduardo Azevedo Pinheiro
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Adriano dos Santos Moreira
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Ana Elisa Lima
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Leticia Custodio G. dos S. Viana
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Aline Ribeiro Soares Jeronimo
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Rebeca Costa Rocha Coe
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Cesar Junior de Freitas Andrade
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Rafael Puiatti da Conceição
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Johnny Maycon Ensa Gabriel
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Leandro Coelho de Oliveira
Gestão de Serviços no IBM Control Desk	Danielle de Castro Oliveira
IBM Sccd	André Gezti Monteiro
IBM Sccd	Carlos Eduardo Souto Duarte Pinheiro
IBM Sccd	Hendrison Santos de Araújo

Indicadores e métricas de TI	Alexandre Pereira Tokarski
ITIL – Prática de Gerenciamento de Problemas	Hugo Fernandes Sobral
ITIL – Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Hugo Fernandes Sobral
MS10778- relatórios com Microsoft SQL Server 2012	Hendrison Santos de Araújo
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Alessandro Fernandes Gobira
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	André Geszti Monteiro
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Carlos Eduardo Souto Duarte Pinheiro
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Cristina Harumi Higuti
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Hendrison Santos de Araújo
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Krishna Rodrigues de Brito Junior
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Artur de Araújo Pinto
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Artur de Moraes Campos
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Caetano Pires Rabello
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Celso Luiz Dias Torres
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Charlotte Tuttman Cobucci
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Felipe Andrade de Aquino
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Hugo Fernandes Sobral
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Ivandro Corrêa da Silva Filho
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	José Fontenelle
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Leonardo Guilherme Almeida Ribeiro
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Problemas	Therezinha Dias Siqueira
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Aparecido Angelim Vieira
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Artur de Araújo Pinto
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Artur de Moraes Campos
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Caetano Pires Rabello
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Celso Luiz Dias Torres
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Charlotte Tuttman Cobucci
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Felipe Andrade de Aquino
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Hugo Fernandes Sobral
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Ivandro Corrêa da Silva Filho
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Leonardo Guilherme Almeida Ribeiro
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Roberto de Souza Coelho Taboação
Oficina ITIL - Prática de Gerenciamento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes	Therezinha Dias Siqueira
Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Adonis de Holanda Vasconcelos
Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Cristina Harumi Higuti
Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Krishna Rodrigues de Brito Junior
Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Cristina Harumi Higuti
Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Krishna Rodrigues de Brito Junior
Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Milena Costa Oliveira
Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Parte 1 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	André de Souza Mota Bruno
Parte 1 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Caetano Pires Rabello
Parte 1 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Parte 1 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Milena Costa Oliveira
Parte 1 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Ruy Kolb Magalhaes
Parte 1 – Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Carlos Eduardo Souto Duarte Pinheiro
Parte 1 – Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Parte 2 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Caetano Pires Rabello

Parte 2 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Parte 2 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Krishna Rodrigues de Brito Junior
Parte 2 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Milena Costa Oliveira
Parte 2 – Disponibilização de recursos de telecomunicação internos (LYNC, JABBER, WIFI)	Ruy Kolb Magalhaes
Parte 2 – Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Adonis de Holanda Vasconcelos
Parte 2 – Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Cristina Harumi Higuti
Parte 2 – Padronização da Configuração de Estações de Trabalho	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Parte 2 - Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Parte 2 - Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Cristina Harumi Higuti
Parte 2 - Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Krishna Rodrigues de Brito Junior
Parte 2 - Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Milena Costa Oliveira
Parte 2 - Padronização da utilização da função de compactação do Windows 7	Ruy Kolb Magalhaes
Prática de acompanhamento de conformidade	Alexandre Pereira Tokarski
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Adonis de Holanda Vasconcelos
Prática de Acompanhamento de Conformidade	André Geszti Monteiro
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Carlos Eduardo Souto Duarte Pinheiro
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Daniel Garcia Romero
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Gedair Fernando Carlos de Carvalho
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Vinícius Barreto de Albuquerque Medeiros
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Alexandre Pereira de Souza Tokarski
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Cesar Henriques Coelho Cardoso
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Hugo Fernandes Sobral
Prática de Acompanhamento de Conformidade	João Luiz Gonçalves das Chagas
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Leonardo Guilherme Almeida Ribeiro
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Marcos Roberto V. de Souza
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Roberto de Souza Coelho Taboação
Prática de Acompanhamento de Conformidade	Sonia Aschkenasi
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Hugo Fernandes Sobral
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Adriano dos Santos Moreira
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	André Geszti Monteiro
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Cristina Harumi Higuti
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Roberta Borges de Almeida
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Alexandre Jose Lourenco Rosalba
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Carlos Basile Papakyriakou
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Felipe Andrade de Aquino
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Hugo Fernandes Sobral
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Leonardo Guilherme Almeida Ribeiro
Prática de Apoio de TI à Gestão da Continuidade do Negócio	Leonardo Rodrigues Gonzaga
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Cristina Harumi Higuti
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Daniel Garcia Romero
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Hendrierson Santos de Araújo
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Roberta Borges de Almeida
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Vinícius Barreto de Albuquerque Medeiros
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Carlos Basile Papakyriakou
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Carolina Balthar P. Machado
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Hugo Fernandes Sobral
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Leonardo Guilherme Almeida Ribeiro
Prática de Avaliação de Desempenho de TI	Ruy Kolb Magalhaes
Prática de contratação e gestão de terceiros	Alexandre Pereira Tokarski
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	André Geszti Monteiro

Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Cristina Harumi Higuti
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Daniel Garcia Romero
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Gedair Fernando Carlos de Carvalho
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Vinícius Barreto de Albuquerque Medeiros
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Alexandre Pereira de Souza Tokarski
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Cesar Henriques Coelho Cardoso
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Hugo Fernandes Sobral
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Leonardo Guilherme Almeida Ribeiro
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Roberto de Souza Coelho Taboação
Prática de Contratação e Gestão de Terceiros	Sonia Aschkenasi
Prática de Desenvolvimento de Aplicações: Internet e Banco de Dados	Ivandro Corrêa da Silva Filho
Prática de Desenvolvimento de Aplicações: Internet e Banco de Dados	Leonardo Rodrigues Gonzaga
Prática de Desenvolvimento de Software	André Geszti Monteiro
Prática de Desenvolvimento de Software	Daniel Garcia Romero
Prática de Desenvolvimento de Software	Hendrison Santos de Araújo
Prática de Desenvolvimento de Software	Roberto de Souza Coelho Taboação
Prática de Desenvolvimento de Software	Sonia Aschkenasi
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Adonis de Holanda Vasconcelos
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Adriano dos Santos Moreira
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Alessandro Fernandes Gobira
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	André Geszti Monteiro
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Carlos Eduardo Souto Duarte Pinheiro
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Cristina Harumi Higuti
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Daniel Garcia Romero
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Eduardo Azevedo Pinheiro
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Hendrison Santos de Araújo
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Milena Costa Oliveira
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Aparecido Angelim Vieira
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Carlos Frederico Cristaldi da Silva
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Celso Luiz Dias Torres
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Charlotte Tuttman Cobucci
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Felipe Andrade de Aquino
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Marilda Silveira Mattza Figueiredo
Prática de Identificação de Ativos Críticos de TI	Roberto de Souza Coelho Taboação
Prática de Levantamento de Requisitos	Daniel Garcia Romero
Prática de Levantamento de Requisitos	Hendrison Santos de Araújo
Prática de Levantamento de Requisitos	Vinícius Barreto de Albuquerque Medeiros
Prática de Levantamento de Requisitos	Carlos Basile Papakyriakou
Prática de Levantamento de Requisitos	Roberto de Souza Coelho Taboação
Prática de Levantamento de Requisitos	Vitor Rodrigues Araujo
Prática de Planejamento de Projetos	André Geszti Monteiro
Prática de Planejamento de Projetos	Carlos Eduardo Souto Duarte Pinheiro
Prática de Planejamento de Projetos	Daniel Garcia Romero
Prática de Planejamento de Projetos	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Prática de Planejamento de Projetos	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Prática de Planejamento de Projetos	Vinícius Barreto de Albuquerque Medeiros
Prática de Processo de Desenvolvimento de Software	Leonardo Rodrigues Gonzaga
Segurança da Informação nos órgãos e empresas da Administração Pública Federal	Leonardo Guilherme A. Ribeiro
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Hugo Fernandes Sobral
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Adriano dos Santos Moreira
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Alessandro Fernandes Gobira
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Carlos Eduardo Souto Duarte Pinheiro
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Celso de Oliveira Souza
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Fábio de Souza Galdino da Silva
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Gedair Fernando Carlos de Carvalho

Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Geraldo Motta Cesar
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Hendrison Santos de Araújo
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Roberta Borges de Almeida
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Cesar Henriques Coelho Cardoso
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Hugo Fernandes Sobral
Técnicas Aplicadas a Segurança da Informação	Leonardo Guilherme Almeida Ribeiro
Treinamento da ferramenta do Smart Cloud	Therezinha D. Siqueira
Treinamento da ferramenta do Smart Cloud	RICARDO M. BRITO
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Adriano dos Santos Moreira
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Alessandro Fernandes Gobira
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	André Geszti Monteiro
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Celso de Oliveira Souza
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Cristina Harumi Higuti
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Daniel Garcia Romero
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Fábio de Souza Galdino da Silva
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Gedair Fernando Carlos de Carvalho
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Geraldo Motta Cesar
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Hendrison Santos de Araújo
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Marlucia Jeronimo de Oliveira
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Roberta Borges de Almeida
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Thiago de Paiva Raposo Bisquolo
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Alexandre Pereira de Souza Tokarski
Visão Geral de Gerência de Relacionamentos da TI	Cesar Henriques Coelho Cardoso
Visão geral de Gestão da Continuidade do Negócio	Leonardo Guilherme A. Ribeiro
Visão geral sobre atividades de avaliação do desempenho de TI na organização.	Leonardo Guilherme A. Ribeiro
Visão geral sobre riscos, ameaças e vulnerabilidades	Leonardo Guilherme A. Ribeiro

e) **Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**

Quadro 8.3.1.3 – Descrição do Quantitativo de Pessoal de TI

Tipo	Quantidade
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	66
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	7
Estagiários	10

f) **Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

Quadro 8.3.1.4 - Descrição dos Processos de Gerenciamento de Serviços de TI

Processo	Descrição
Processos de Gerenciamento de Serviços de TI	Gerenciamento do Catálogo de Serviços; Cumprimento de Requisições; Gerenciamento de Incidentes.
Sistema de Gestão de Ativos e Serviços de TI	Gestão dos ativos de TI.

- g) **Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.**

Quadro 8.3.1.5 - Descrição dos Projetos de TI em Desenvolvimento no Período

Projeto	Valor Orçado (R\$)	Valor Realizado (R\$)	Alinhamento	Data Fim
2674-Software para Gestão de Portfólio	608.879,16	584.099,20	Governança de TI	25/06/18
2690-Aquisição de Desktops	3.366.187,90	3.366.187,90	Infraestrutura de TI	05/05/15
2836 - Implantação do PDSTI - Primeiro Ciclo	3.007.992,00	2.558.951,20	Governança de TI	31/12/16
1659 - Softwares de Segurança - EPO/NAC/IPS	941.070,00	941.070,00	Segurança de TI	04/02/16
2866-Controle de Conteúdo Web	161.385,00	148.320,50	Segurança de TI	01/03/18
2943-Acesso Internet SEDE	17.200,00	16.756,13	Comunicação	09/07/15
3035 - Manutenção do Computador IBM 2015	314.370,32	314.370,32	Infraestrutura de TI	28/08/15
2398 - Gestão de Empreendimento	4.858.003,58	2.260.746,77	Gestão do Negócio	31/07/17
2954-Manutenção da Infraestrutura da Sala Cofre	822.500,00	822.500,00	Infraestrutura de TI	25/08/18
3034-Salas-cofre - Manutenção Célula 2015	270.620,65	270.620,65	Infraestrutura de TI	25/08/18
2525-SAP Serviços de Consultoria	158.325,00	154.472,85	Gestão do Negócio	18/10/18
2582 - Upgrade do módulo GRC da SAP	403.500,00	403.500,00	Governança de TI	01/10/16
2806 - Implementação Software DAM	388.639,44	0,00	Segurança de TI	31/12/17
2926-Manutenção do SAP	4.878.320,59	4.878.321,96	Gestão do Negócio	23/03/18
2936-Manutenção de Software Microsoft	3.378.624,54	3.366.666,66	Gestão do Negócio	31/03/18

- h) **Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**
 “Não se aplica”.

8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Item “a” acima descreve o Planejamento Estratégico.

8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

As ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas estão previstas na Ação 4103 que trata da Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento cuja finalidade é realizar despesas com manutenção, adequação, e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

8.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

8.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 8.4.1.1- Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
“Algumas condições do Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimentos da ELETROBRAS foram incorporadas nas Minutas - Padrão previamente aprovadas pela Procuradoria Jurídica da ELETRONUCLEAR (IN nº 13.16). Face aos requisitos de sustentabilidade apresentados, foi inserida a exigência do Cadastro Técnico Federal e da Licença Ambiental aos Editais de Materiais e Serviços.”			
A ELETRONUCLEAR está desenvolvendo um Plano de Compras Sustentáveis a ser avaliado pela Diretoria Executiva.			

Fonte: Gerência de Gestão Ambiental – GGA.G

8.4.2 Implantação do Sistema de Gestão Ambiental

O Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear S.A – ELETRONUCLEAR, aprovou a implantação do Sistema de Gestão Ambiental – SGA na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em conformidade com a NBR / ISO 14001, objetivando o atendimento da Condicionante 2.1.1 da Licença de Operação nº 1217/14 da CNAAA, e do exposto no Parecer Técnico nº 005340/13 do IBAMA, o qual subsidia a unificação dos Processos de Licenciamento Ambiental das Unidades em Operação da CNAAA, e recomenda a implantação do SGA. Circular CGE nº 102/15 de 21/12/2015.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Conforme estabelecido no Manual de Organização da Eletrobras Eletronuclear, a Auditoria Interna é a Unidade Organizacional responsável pelo acompanhamento das deliberações do TCU. A Auditoria Interna informa, mensalmente, ao Conselho Fiscal sobre o andamento das providências tomadas com relação a todas as determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU.

No quadro abaixo, apresentamos uma visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de 2015.

Quadro 9.1.1 - Deliberações do TCU no Exercício de 2015

Deliberações do TCU no Exercício de 2015			
	Quantidade deliberada	Quantidade atendida	Quantidade em implementação
Determinações	3	2	1
Recomendações	1	1	0

A seguir relacionamos todas as determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que se encontram pendentes de atendimento.

Quadro 9.1.2 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
044.336/2012-8	6885/2014 – 2ª Câmara	1.10		19/11/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras Eletronuclear				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar à Eletronuclear a implementação de processo de avaliação de riscos em consonância com diretrizes internacionais (Gerenciamento de Riscos - Estrutura Integrada / COSO II, INTOSAI GOV 9100 e 9130), bem como aderente à Matriz de Riscos definida em conjunto com a controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Acórdão circularizado às áreas afetas de modo a dar conhecimento do feito.				

Quadro 9.1.3 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.559/2005-3	340/2015 - Plenário	9.6.3	Ofício 0236/2015-TCU/SecexEstataisRJ, de 13/04/2015	24/04/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

Eletrobras Eletronuclear
Descrição da determinação/recomendação
Determinar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que caso os prejuízos decorrentes da má gestão dos recursos do NUCLEOS, apurados no Relatório de Auditoria Conjunta 006/2005, venham a resultar na necessidade de aporte adicional de recursos pela empresa, em função das disposições contidas no art. 21 da LC 109/2001, configurando dano ao erário, instaure a competente tomada de contas especial contra os responsáveis.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
A Eletrobras Eletronuclear não realizou aporte adicional de recursos decorrentes de prejuízos ocasionados pela má gestão de recursos do NUCLEOS, não sendo necessária a instauração da competente tomada de contas especial.

A seguir relacionamos todas as determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências no relatório de gestão.

Quadro 9.1.4 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.515/2013-6	2859/2013 - Plenário	9.2	Ofício Circular nº 01/2014/MP/SE/DEST, de 03/01/2014.	16/01/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras Eletronuclear				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:</p> <p>9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;</p> <p>9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;</p> <p>9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Para o cumprimento das determinações do acórdão 2859/2013 -P, a Eletrobras Eletronuclear necessita contratar empresa de consultoria com o objetivo de dar suporte técnico e apoio à companhia, de modo a verificar os impactos na economia dos contratos e permitir a apuração do ressarcimento dos valores pagos a maior.</p> <p>Por motivos técnicos, o Pregão Eletrônico nº GCN.A/PE-335/2014, com o objetivo de contratar a empresa de consultoria para executar o referido serviço, foi cancelado.</p> <p>Se encontra em fase de preparação um novo processo licitatório, Pregão Eletônico nº GCN.A/PE-387/15, cujo objeto é a “prestação de serviços técnicos especializados e de perícia em contratos administrativos da Eletrobras Eletronuclear”, para que possa ser atendida a determinação do TCU.</p>				

Quadro 9.1.5 - Caracterização da Determinação / Recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.420/2013-5	1684/2014 - Plenário	9.1		27/06/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras Eletronuclear				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. recomendar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que:</p> <p>9.1.1. elabore e aprove formalmente um processo de aprimoramento contínuo da governança de TI, a exemplo das boas práticas contidas no capítulo 3 do guia de referência da implementação do Cobit 5, que contemple pelo menos o seguinte:</p> <p>9.1.1.1. definição de papéis e responsabilidades voltadas especificamente para a melhoria da governança de TI;</p> <p>9.1.1.2. realização de diagnósticos ou autoavaliações de governança e de gestão de TI;</p> <p>9.1.1.3. definição e acompanhamento de metas de governança de TI e das ações necessárias para alcançá-las, com base em parâmetros de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes.</p> <p>9.1.2. defina mecanismos que possibilitem à alta administração monitorar o funcionamento do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação, à semelhança das orientações contidas na seção 3.2 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009, bem como elabore os relatórios mensais das atividades desenvolvidas pelo referido comitê, em atenção ao art. 15, alínea "j", do Regimento Interno do CDTI;</p> <p>9.1.3. em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009, estabeleça formalmente:</p> <p>9.1.3.1. metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI para cada indicador definido;</p> <p>9.1.3.2. mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição;</p> <p>9.1.3.3. mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.</p> <p>9.1.4. em atenção ao art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, estabeleça processo de planejamento estratégico institucional que contemple, pelo menos, as práticas descritas nos itens 9.1.1.1 a 9.1.1.6 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário;</p> <p>9.1.5. em consonância com o art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, faça constar do plano diretor de TI vinculação das ações de TI (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio;</p> <p>9.1.6. em atenção ao art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967 e em consonância com o item 9.1.2 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, estabeleça processo de planejamento de TI que contemple, pelo menos, os elementos de caráter estratégico descritos nos itens 9.1.2.1 a 9.1.2.6 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário;</p> <p>9.1.7. tendo em vista o resultado da avaliação do pessoal de TI da entidade, adote providências no sentido de dotar esse setor com o quantitativo de pessoal identificado como adequado para suprir as necessidades de trabalho em TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.01 - Maintain adequate and appropriate staffing (Manter pessoal adequado e apropriado - tradução livre), levando em consideração as necessidades de pessoal das demais áreas da entidade;</p> <p>9.1.8. implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido, à semelhança das orientações contidas na seção 6.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;</p> <p>9.1.9. elabore, publique e mantenha atualizado catálogo de serviços de TI da empresa, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO09.02 - Catalogue IT-enabled services (Catalogar serviços de tecnologia da informação habilitados - tradução livre), bem como na seção 6.1.3.2 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;</p> <p>9.1.10. elabore e execute processo de gestão de continuidade dos serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, DSS04.3 - Develop and implement a business continuity response (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio - tradução livre);</p> <p>9.1.11. em consonância com o item 9.11.10 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, defina processo formal de contratação e de gestão de contratos de soluções de TI, à semelhança das orientações contidas na IN - SLTI/MP 4/2010;</p> <p>9.1.12. em atenção ao art. 5º, inciso VII, da IN - GSI/PR 1/2008, aperfeiçoe a Política de Segurança da Informação da entidade, que deve contemplar, em especial, os elementos estabelecidos no item 5.3 da NC - DSIC/GSI/PR 3/IN01, de 30 de junho de 2009, e na seção 5.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;</p> <p>9.1.13. em atenção às disposições contidas na NC - DSIC/GSI/PR 6/IN01, de 11 de novembro de 2009, e em consonância</p>				

<p>com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário, elabore, execute e teste periodicamente o plano de continuidade do negócio da instituição, de forma a minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da entidade, à semelhança das orientações contidas na seção 14 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, nas seções 8.6 e 8.7 da ABNT NBR 15999-1:2007 e no Cobit 5, DSS04.3 - Develop and implement a business continuity response (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio - tradução livre);</p> <p>9.1.14. em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 10/IN01, de 30 de janeiro de 2012, elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da entidade, à semelhança das orientações contidas na seção 7.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no Cobit 5, Processo BAI09 - Manage assets (Gerenciar ativos - tradução livre);</p> <p>9.1.15. em atenção ao item 2.6 da NC - DSIC/GSI/PR 7/IN01, de 6 de maio de 2010, e em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário, elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI, com base nos requisitos de negócio e de segurança da informação da entidade, à semelhança das orientações contidas na seção 11.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;</p> <p>9.1.16. em atenção ao art. 8º do Regimento Interno do Comitê de Segurança da Informação, de 14 de outubro de 2010, identifique e corrija as falhas que originaram a baixa atuação desse colegiado nos últimos dois anos, a fim de garantir o seu efetivo funcionamento;</p> <p>9.1.17. em atenção ao art. 5º, inciso IV, da IN - GSI/PR 1/2008 c/c o item 5.3.7.2 da NC - DSIC/GSI/PR 3/IN01, de 30 de junho de 2009, designe formalmente responsável pela segurança da informação e comunicações da entidade, à semelhança das orientações contidas no item 6.1.3 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;</p> <p>9.1.18. em atenção ao art. 5º, inciso V, da IN - GSI/PR 1/2008 e às disposições contidas na NC - DSIC/GSI/PR 5/IN01, de 14 de agosto de 2009, institua formalmente equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;</p> <p>9.1.19. em atenção ao item 3.2.7 da NC - DSIC/GSI/PR 2/IN01, de 13 de outubro de 2008, elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, bem como institua formalmente equipe para tratar dos incidentes dessa natureza, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;</p> <p>9.1.20. em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 4/IN01, de 15 de fevereiro de 2013, elabore e implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 4 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.</p>
<p>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</p>
<p>As recomendações serão, em sua maioria, atendidas através do Projeto PRODIN no decorrer de 2016 (Contrato com a PUC-RJ).</p>

9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Conforme estabelecido no Manual de Organização da Eletrobras Eletronuclear, a Auditoria Interna é a Unidade Organizacional responsável pelo acompanhamento das recomendações da CGU.

A Eletrobras Eletronuclear realiza, semestralmente, a atualização do Plano de Providências Permanente, que é o documento elaborado com base nas recomendações da CGU, onde constam as providências que os gestores devem adotar para regularizar ou sanear as falhas apontadas em ações de controle.

No exercício de 2015 não houve recomendações da CGU direcionadas à Eletrobras Eletronuclear.

9.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por dano ao Erário.

Quadro 9.3.1- Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por dano ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
1	-	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Os casos de dano ao erário cometidos por empregados da Eletrobras Eletronuclear são apurados por meio da instauração de Comissão de Sindicância.

No exercício de 2015, a Eletrobras Eletronuclear instaurou uma Comissão de Sindicância para apurar fraude cometida por empregado no reembolso de benefícios concedidos pela companhia.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.666/1993, a Eletronuclear implementou a Instrução Normativa nº 36.01 de 01/09/1997 que tem por finalidade estabelecer conceitos, critérios e procedimentos para o registro e controle dos compromissos e documentos de cobrança, através do Sistema SAPR/3, referentes às obrigações assumidas pela Eletronuclear no país, com pessoas físicas, jurídicas ou órgãos públicos para posterior pagamento.

Diante, da ciência do inteiro teor do Acórdão nº551/2016 TCU Plenário, através de Ofício Circular nº 295/2016-MP de 14 de abril de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Eletronuclear tomará as providências necessárias quanto ao teor da Instrução Normativa nº 36.01 de forma a atender ao Acórdão nº551/2016 TCU.

9.5 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

a) PUBLICIDADE LEGAL

Publicidade Legal é feita pela EBC - Empresa Brasil de Comunicação através do Contrato GCC.A/CT-206/2012

A Eletrobras Termonuclear - Eletronuclear no exercício de 2015 efetuou pagamentos no valor de R\$ 975.867,60.

Fonte: Gerência de Operações Financeiras - GOF.A.

b) PUBLICIDADE E PATROCÍNIO

Publicidade Institucional - R\$ 1.529.159,81

Patrocínios Culturais e Esportivos - R\$ 300.000,00

Vigência do Contrato com a Agência 3 Comunicação Integrada S.A.

Contrato GCS.A/CT-4500151063 – CNPJ – 04.180.208/0001-90

Período de Vigência: 10/04/2012 a 09/04/2016

Valor do Contrato: R\$ 2.700.000,00

Aditamento autorizado pela Diretoria Executiva até 09.04.2016.

Quadro 9.5.1- Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2.700.000,00	-	1.529.159,81
Legal	-	-	975.867,60
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Coordenação Socioambiental e Comunicação – CR.P

10 ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas.

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

11 Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna

Anexo II - Parecer da Auditoria Interna

12 Parecer de Colegiado

O Parecer do Concelho Fiscal encontra-se no Anexo I, bem como, no site da Eletronuclear:

<http://www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa/Governança/RelatoacuterioseBalancedilos/Balan231os.aspx>

13 Relatório de Auditor Independente

O Parecer dos Auditores Independentes encontra-se no Anexo I, bem como, no site da Eletronuclear:

<http://www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa/Governança/RelatoacuterioseBalancedilos/Balan231os.aspx>

14 Declarações de Integridade

14.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

14.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 14.1.1 - Situação do Cumprimento da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	5	5	9
	Entregaram a DBR	5	5	9
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	10	322	1.979
	Entregaram a DBR	10	152	1.424
	Não cumpriram a obrigação	1	170	555

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

14.1.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- Providências adotadas pela Eletrobras Eletronuclear em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR; A Gerência responsável pelo recebimento das DBR's, divulga Informativos de Recursos Humanos solicitando a entrega da documentação e envia e-mail periódico às Diretorias com a relação dos empregados que não cumpriram a referida obrigação.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR; A Unidade interna responsável pelo recebimento das DBR's é a GAP.A – Gerência de Administração de Pessoal.
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento; A entrada do documento é protocolada e lançada em planilha de Excel.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá; O recebimento tanto das DBR's quanto das Autorizações de acesso, é feito por papel. As DBR's são entregues em envelope lacrado.
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida; Não é feito nenhum tipo de análise, uma vez que os envelopes são entregues lacrados para arquivo.
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações. As DBR's são arquivadas em cofre, localizado na SH.A – Superintendência de Recursos Humanos.

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

15 INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

15.1 Previdência Privada

A Eletrobras Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada:

Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS e FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA.

A tabela a seguir apresenta as participações (empresa e empregados) nas entidades de Previdência Privada no exercício de 2015.

Tabela 15.1- Participação em Entidade de Previdência Privada

Mês	Patrocinadora				Participantes		Total (R\$)
	Núcleos		FRG		Núcleos	FRG	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor			
Janeiro	1.473	2.095.932,41	590	742.910,54	1.407.327,29	866.174,08	5.112.344,32
Fevereiro	1.475	2.009.680,97	506	701.104,81	1.407.730,12	819.575,16	4.938.091,06
Março	1.468	1.920.766,28	501	687.866,77	1.355.566,42	855.531,25	4.819.730,72
Abril	1.472	1.822.530,99	493	641.028,48	1.342.135,19	919.124,14	4.724.818,80
Maiο	1.460	1.876.419,90	492	663.305,34	1.374.259,23	912.794,67	4.826.779,14
Junho	1.458	1.628.526,92	491	593.406,12	1.218.751,38	901.618,50	4.342.302,92
Julho	1.457	2.639.057,97	482	632.212,19	1.829.550,64	918.424,03	6.019.244,83
Agosto	1.454	1.845.427,88	477	416.853,90	1.372.274,86	880.937,31	4.515.493,95
Setembro	1.462	2.626.491,65	476	582.695,36	1.748.324,39	881.136,87	5.838.648,27
Outubro	1.458	2.094.157,61	490	508.588,99	1.519.751,39	879.090,48	5.001.588,47
Novembro	1.450	2.414.051,01	470	533.892,32	1.688.469,87	869.593,52	5.506.006,72
Dezembro	1.361	1.746.709,74	470	424.172,05	1.368.104,12	1.105.023,65	4.644.009,56
13º Salário	1.357	1.710.381,41	470	456.165,10	1.147.983,20	-	3.314.529,71
Total	-	26.430.134,74	-	7.584.201,97	18.780.228,10	10.809.023,66	63.603.588,47
Valor Total da Patrocinadora				34.014.336,71			
Valor Total dos Participantes				29.589.251,76			

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Nota: Maiores informações quanto às entidades de Previdência Privada poderão ser verificadas na Nota Explicativa de nº 21 contida no Balanço 2015, através do site da Eletrobras Eletronuclear e Anexo I:

<http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=aF-QqsU2x5s%3d&tabid=112>

16 ENCERRAMENTO

Sem mais a relatar, encerramos assim o Relatório de Gestão da Eletronuclear relativo ao exercício 2015, colocando-nos à disposição dos Órgãos de Controle para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Rio de Janeiro, de maio de 2016.

ANEXO 1

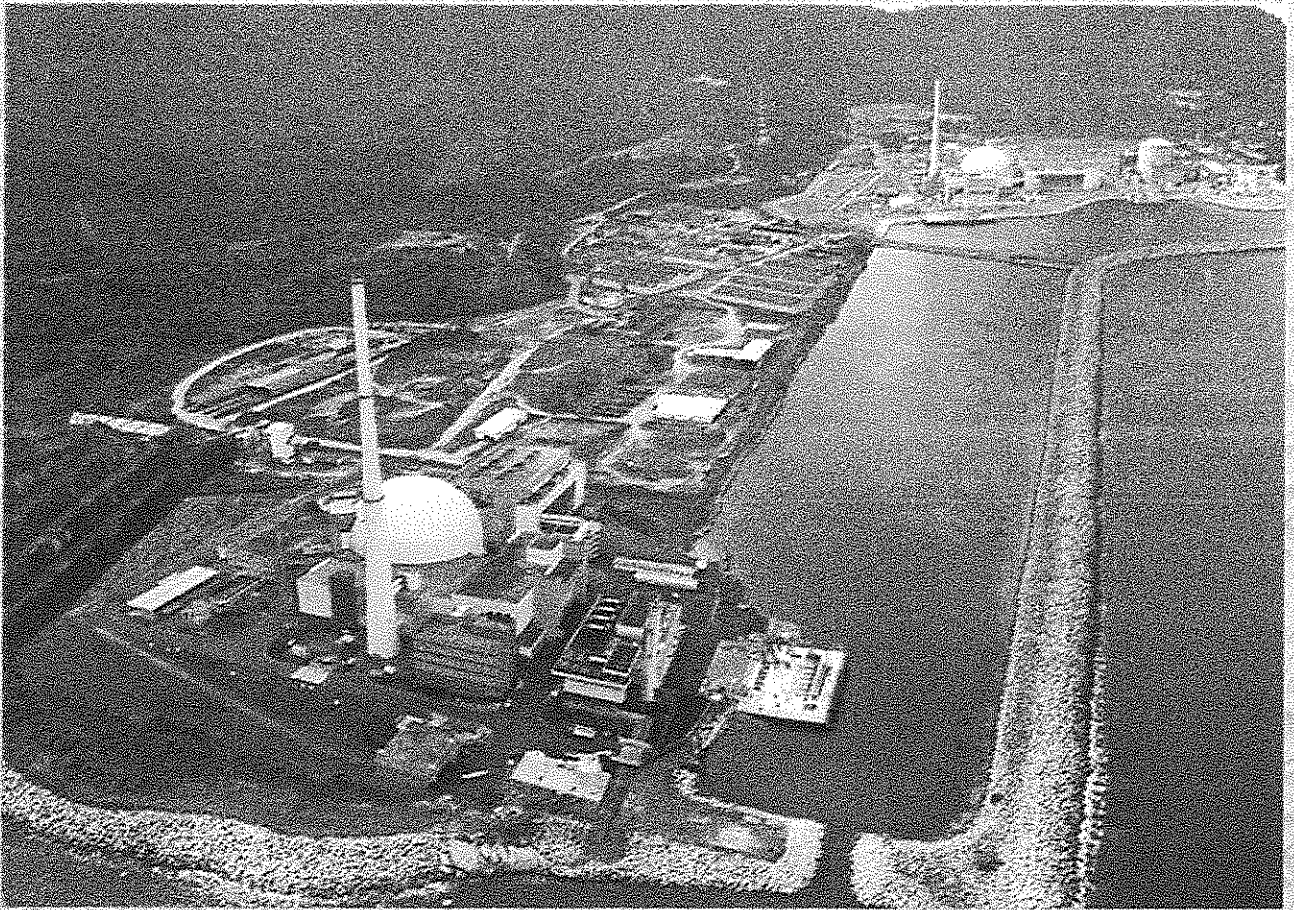
Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

PÁGINA EM BRANCO



Eletrobras
Eletronuclear

Demonstrações Financeiras



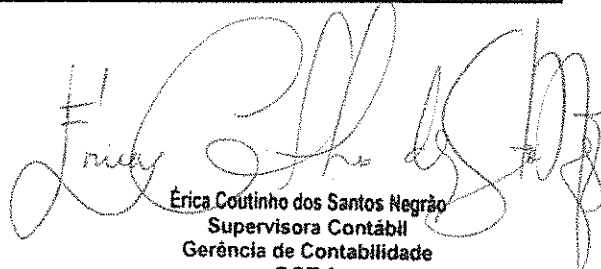
**DEZEMBRO
2015**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)			
A T I V O	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5a	6.884	18.361
Títulos e valores mobiliários	5b	151.413	81.680
Clientes	6	108.388	254.200
Impostos e contribuições sociais	7	62.974	73.598
Estoque de combustível nuclear	8	402.453	340.319
Almoxarifado	9	93.113	57.564
Outros	10	81.793	33.221
		907.018	858.943
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	11	492.938	341.894
Estoque de combustível nuclear	8	578.425	661.489
Cauções e depósitos vinculados	12	59.442	60.206
Outros	10	23.452	23.061
		1.154.257	1.086.650
Imobilizado	14	6.941.630	10.511.388
Intangível	15	60.272	58.139
		8.156.159	11.656.177
TOTAL DO ATIVO		9.063.177	12.515.120
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)			



Ronaldo Neto Alcântara
Superintendente Financeiro
SFA

30 MAR. 2016


Edno Negrini
Diretor de Administração e Finanças


Érica Coutinho dos Santos Negrão
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
GCTA

30 MAR. 2016



Beatriz Albino da Silva
Gerente de Contabilidade
30 MAR. 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	765.239	456.396
Financiamentos e empréstimos	17	217.205	1.101.380
Impostos e contribuições sociais	18	75.892	51.423
Obrigações estimadas	19	66.957	93.218
Encargos setoriais	20	381	31.649
Benefícios pós-emprego	21	2.529	11.832
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	12.054	177.881
Outros		70.511	62.432
		1.210.768	1.986.211
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	120.396	102.727
Financiamentos e empréstimos	17	6.610.890	4.044.862
Provisões para riscos	23	179.704	155.408
Benefícios pós-emprego	21	55.426	66.514
Obrigações para desmobilização de ativos	24	1.201.186	1.314.480
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	36.395	41.418
Outros		-	7.025
		8.203.997	5.732.434
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25	6.607.258	6.607.258
Prejuízos acumulados		(6.877.187)	(1.759.129)
Outros resultados abrangentes		(81.659)	(51.654)
		(351.588)	4.796.475
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.063.177	12.515.120

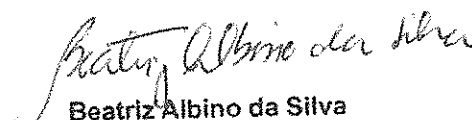
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Ronaldo Neto Alcântara
Superintendente Financeiro
SFA

30 MAR. 2016


Érica Coutinho dos Santos Negrão
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
30 MAR. 2016


Edno Negrini
Diretor de Administração e Finanças


Beatriz Albino da Silva
Gerente de Contabilidade
30 MAR. 2016

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
(em milhares de reais)			
	NOTA	2015	2014
Receita Operacional Líquida	26	1.902.329	1.926.762
Custo Operacional	27	(1.580.926)	(1.774.162)
Lucro Operacional Bruto		321.403	152.600
Despesas Operacionais	28	(5.310.881)	(1.046.799)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		(4.989.478)	(894.199)
Resultado Financeiro	29	(128.580)	(83.859)
Resultado antes dos Impostos		(5.118.058)	(978.058)
Imposto de renda e contribuição social	30	-	(22.544)
Prejuízo líquido do exercício		(5.118.058)	(1.000.602)
Resultado atribuível aos acionistas controladores		(5.118.058)	(1.000.602)
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(0,1959)	(0,0368)


(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Ronaldo Neto Alcântara
Superintendente Financeiro
SFA

3 0 MAR. 2016


Érica Coutinho dos Santos Negrão
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
GCTA
3 0 MAR. 2016


Edno Negrini
Diretor de Administração e Finanças



Beatriz Albino da Silva
Gerente de Contabilidade
3 0 MAR. 2016

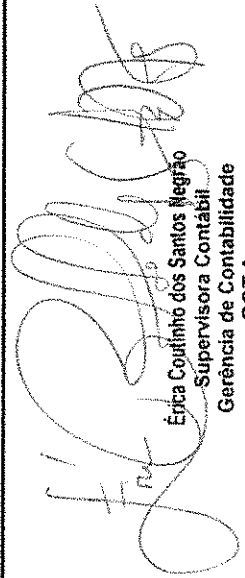
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(em milhares de reais)

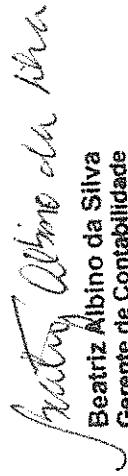
	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.607.258	(758.527)	(14.234)	5.834.497
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.000.602)	-	(1.000.602)
Ganho em benefícios pós-emprego	-	-	(37.420)	(37.420)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.607.258	(1.759.129)	(51.654)	4.796.475
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.607.258	(1.759.129)	(51.654)	4.796.475
Prejuízo líquido do exercício	-	(5.118.058)	-	(5.118.058)
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(30.005)	(30.005)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.607.258	(6.877.187)	(81.659)	(351.588)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Edno Negrini
Diretor de Administração e Finanças


Ronaldo Neto Alcântara
Superintendente Financeiro
SFA


Érica Coutinho dos Santos Negro
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
GCT.A


Beatriz Albino da Silva
Gerente de Contabilidade
30 MAR. 2016

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

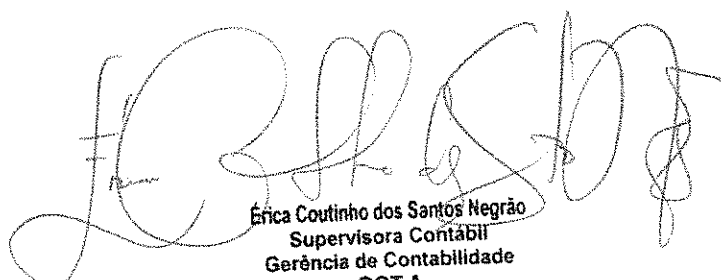
(em milhares de reais)

	NOTA	2015	2014
Prejuízo do exercício		(5.118.058)	(1.000.602)
Outros resultados abrangentes			
Perda em benefícios pós-emprego	21	(30.005)	(37.420)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego		-	-
		<u>(30.005)</u>	<u>(37.420)</u>
Resultado abrangente do período		(5.148.063)	(1.038.022)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Ronaldo Neto Alcântara
Superintendente Financeiro
S.F.A.

30 MAR. 2016


Érica Coutinho dos Santos Negrão
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
GCT.A
30 MAR. 2016


Edno Negrini
Diretor de Administração e Finanças


Beatriz Albino da Silva
Gerente de Contabilidade


30 MAR. 2016

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em milhares de reais)**


ATIVIDADES OPERACIONAIS	2015	2014
Prejuízo antes dos impostos	(5.118.058)	(978.058)
Ajustes na conciliação do lucro com o caixa gerado		
Depreciação de ativo imobilizado	357.431	349.909
Baixas e outros ajustes de imobilizado	196.269	2.321
Impairment do Imobilizado	4.973.111	557.834
Amortização do intangível	10.550	10.531
Baixas e atualização de depósito judicial	8.073	5.953
Consumo de matéria-prima e material do estoque	329.054	353.874
Variações monetárias e cambiais - fornec. , perda transmissão e dif. de tarifa	128.377	(3.245)
Encargos - financiamentos e empréstimos	67.082	46.501
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(143.504)	(40.897)
Rendimentos dos títulos e valores mobiliários de curto prazo	(2.138)	-
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	(2.170)	36.777
Provisão de férias	(3.460)	(3.651)
Provisão para plano de incentivo de desligamento	(170.849)	219.299
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43	155
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	81.875	79.145
Provisões para risco	23.906	60.218
	735.592	696.666
Variação - (acréscimo) e decréscimo - nos ativos operacionais		
Clientes	145.812	(146.592)
Estoques	(343.673)	(500.839)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	51.882	52.743
Cauções e depósitos vinculados	(7.309)	(20.509)
Outras variações nos ativos operacionais	(48.615)	5.789
	(201.903)	(609.408)
Variação - acréscimo e (decréscimo) - nos passivos operacionais		
Fornecedores	198.135	264.095
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	24.469	(15.940)
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	(22.801)	19.991
Pagamento de dívida à entidade de previdência privada	(13.857)	(9.641)
Pagamento de IR e CSLL	(41.258)	(55.916)
Pagamento de PLR	23.540	(37.071)
Pagamento de Incentivo de Desligamento	(182.716)	(133.445)
Outras variações nos passivos operacionais	(93.553)	93.332
	(108.041)	125.405
Recursos provenientes das atividades operacionais	425.648	212.663
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	2.490.130	1.785.433
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(1.134.654)	(51.929)
Pagamento de IOF e encargos de dívida	(132.995)	(96.155)
Recursos provenientes das atividades de financiamentos e empréstimos	1.222.481	1.637.349
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.586.141)	(1.767.433)
Aquisição de ativo intangível	(12.683)	(20.326)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(946.622)	(1.068.728)
Resgate de títulos e valores mobiliários	885.840	1.017.919
Recursos aplicados nas atividades de investimento	(1.659.606)	(1.838.568)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.477)	11.444
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.361	6.917
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.884	18.361
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.477)	11.444

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)


Edno Negrini
Diretor de Administração e Finanças


Ronaldo Neto Alcântara
Superintendente Financeiro
SFA

30 MAR. 2016


Érica Coutinho dos Santos Negrão
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
GCTA

30 MAR. 2016


Beatriz Albino da Silva
Gerente de Contabilidade

30 MAR. 2016


DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (em milhares de reais)		
	2015	2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de venda de energia e serviços	2.160.996	2.192.422
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	(3.186.705)	1.234.933
Provisão para devedores duvidosos	(43)	(155)
	(1.025.752)	3.427.200
MENOS:		
INSUMOS		
Serviços de terceiros	406.111	327.707
Serviços de terceiros - usina Angra 3	582.245	777.989
Materiais	47.756	54.142
Materiais - usina Angra 3	711.956	677.921
Combustível para produção de energia	286.951	308.605
Encargos da rede de transmissão	83.793	65.867
Seguros das usinas Angra 1 e 2	14.873	10.323
Luz, telefone, água e esgoto	14.952	12.785
Outros custos operacionais	5.489	12.241
Juros/Encargos sobre capitais de terceiros - usina Angra 3	370.912	202.849
Perda de valores ativos (Impairment) - usina Angra 3	4.973.111	557.834
Outros custos - usina Angra 3	(4.966.657)	(530.616)
	2.531.492	2.477.647
VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.557.244)	949.553
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(367.981)	(360.440)
	(3.925.225)	589.113
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	167.799	75.619
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(3.757.426)	664.732
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	638.093	644.866
Remuneração do trabalho - usina Angra 3	114.839	106.790
Impostos, taxas e contribuições	391.578	402.470
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	296.379	159.478
- Aluguéis	31.154	26.638
- Outras	(111.411)	325.092
Remuneração de capitais próprios		
- Prejuízo líquido do exercício	(5.118.058)	(1.000.602)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	(3.757.426)	664.732

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

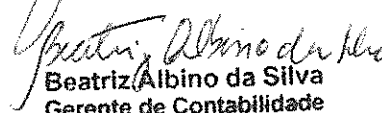

Edno Negrini
Diretor de Administração e Finanças


Ronaldo Neto Alcântara
Superintendente Financeiro
SFA

30 MAR. 2016


Érica Coutinho dos Santos Negro
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
GCTA

30 MAR. 2016


Beatriz Albino da Silva
Gerente de Contabilidade

30 MAR. 2016

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

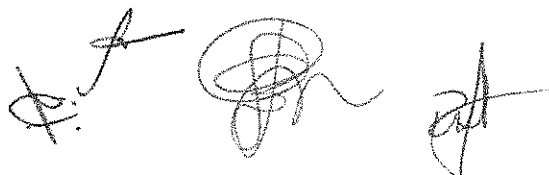
A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como a construção da terceira unidade nucleoelétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

*Informação não auditada por auditoria independente



Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2020, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 303.750 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.127.268, negativo, em 31 de Dezembro de 2014)

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de Março de 2016.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e

estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

- Conversões em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda de apresentação estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			31/12/2015	31/12/2014	4º Trim./15	4º Trim./14
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	3,9048	2,6562	3,8441	2,5437
EUR	Euro	União Europeia	4,2504	3,2270	4,2087	3,1769

- Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva,



utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 possa ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente ao exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam determinadas premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Mais detalhes estão apresentados na nota 3.18.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de fatores tais como a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício conforme mencionado acima, e das condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1,00% maior que a estimativa da

administração (8,00% em substituição a 7,00%), a Companhia deveria reconhecer uma redução do passivo de R\$ 107.009 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

c) Impairment de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

No exercício de 2015 foram identificadas perdas (*impairment*) relativo a Angra 3.

Mudança de estimativa contábil

Durante o exercício de 2015, a Companhia decidiu alterar o percentual de sinergia esperada utilizado na mensuração do cálculo do *impairment*. Esta mudança é prospectiva e tem por objetivo aprimorar as informações financeiras utilizadas nas premissas adotadas no cálculo de *impairment* do ativo imobilizado de Angra III (veja nota 14c).

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

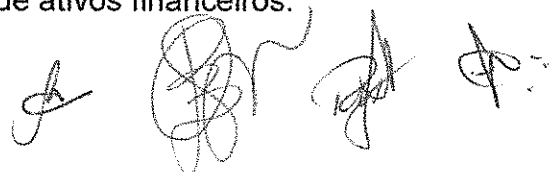
Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.



3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 – Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento, ou;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos não financeiros vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subseqüentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge* de fluxo de caixa. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.6 - Clientes

A conta de clientes corresponde a um líquido a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

3.7 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU. São apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

3.8 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos. O montante dos custos referentes às paradas foi de R\$ 187.930 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 140.718 em 31 de dezembro de 2014).

3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui, com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

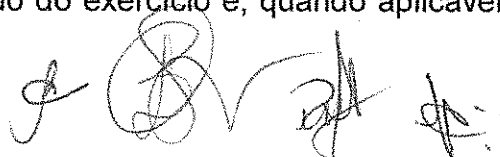
3.10 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

3.11 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificados nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.



3.12 – Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo a Resolução Normativa ANEEL Nº 474 de 07.02.2012 (DOU 16.02.2012 e 22.03.2012 retificação) e alterações previstas na Resolução Normativa ANEEL Nº 529 de 21.12.2012 (DOU 28.12.2012), sendo 3,33% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela Aneel, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas respectivamente 12/2024 e 06/2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças de operação de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). A adoção deste procedimento a partir do exercício de 2013 implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R\$ 72.014 em 2015.

(iii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros

associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.6 item 2 letra d, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico expedido pela ANEEL e de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 20 (R1) – Custos dos Empréstimos.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.13 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O Software pode ser vendido ou usado;

- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares, reconhecidos como ativos, são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a 5 anos.

3.14 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por prazo superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.16 – Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída

de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Já as provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes de a provisão ser constituída, a ELETRONUCLEAR reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.18 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios definidos é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente utilizando taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. As premissas básicas aplicadas aos cálculos desenvolvidos pelos atuários, são estabelecidas pela ELETROBRAS para todas as controladas. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.19- Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.20 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.21 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

3.22- Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos itens transacionados forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Comprador, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os itens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções de vendas, abatimentos sobre vendas, descontos incondicionais e impostos e contribuições sobre vendas.



A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.23- Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.24 – Riscos socioambientais e trabalhistas

- **Riscos socioambientais**

A ELETRONUCLEAR está sujeita a diversas leis e normas ambientais e em particular a operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA está submetida às condicionantes da Licença de Operação emitida pelo IBAMA e às exigências das Autorizações emitidas pela CNEN, detalhadas na Nota 14 (item d).

Este conjunto normativo tem como objetivo evitar, mitigar ou compensar os efeitos da operação da CNAAA sobre o meio ambiente.

O não atendimento à legislação vigente pode causar sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores e afetar a imagem da empresa perante os seus trabalhadores, as comunidades do entorno e a sociedade em geral.

A ELETRONUCLEAR, através de estudos e programas ambientais de monitoramento está atenta as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente. Para isso investe no aprimoramento contínuo de suas atividades, adotando vários instrumentos e ferramentas de gestão ambiental que minimizem os riscos socioambientais, dentre os quais se destacam:

- Estudos de Impacto Ambiental;
- Auditorias Ambientais;
- Programa de Monitoração Ambiental Radiológica Operacional – PMARO;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Qualidade de Águas - PMCQA;

- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Inserção Regional;
- Programas de Gerenciamento de Resíduos;
- Programa de Apoio a Educação Municipal e Estadual;
- Programa de Monitoração de Tartarugas Marinhas - PROMONTAR.

Adicionalmente, encontra-se em andamento a implantação, com apoio de consultoria externa, de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na CNAAA – Unidades 1, 2 e instalações de apoio.

- **Risco trabalhista**

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores; insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

3.25. - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

3.25.1. – Operação Lava Jato

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para a controlada Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3) e para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, foram abertas 3 (três) comissões de correição na Eletrobras, a fim de verificar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. As comissões mencionadas não encontraram indícios de dano à Companhia, porém, considerando as limitações dos métodos de trabalho dessas Comissões, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o Foreign Corruption Practice Act (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela

Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

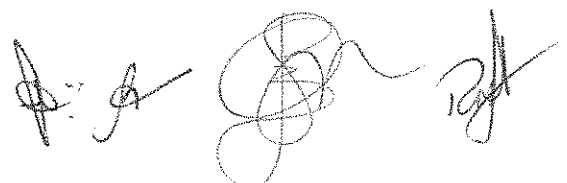
Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 06.08.2015 ocorreu sua demissão. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras solicitou ingresso na qualidade de assistente de acusação.

Quanto a construção da Usina de Angra 3, importa mencionar que a ELETRONUCLEAR suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e não tão pouco sentença proferida

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do Diretor da Eletrobras Eletronorte, o Sr. Adhemar Palocci, e do Diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal permanecem licenciados.

Na medida em que os trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de desconformidade com leis e regulamentos, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.



NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

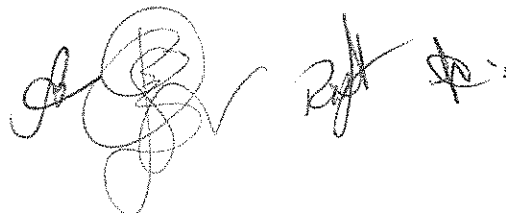
DESCRITIVO	Mensuração	2015		2014	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	6.884	6.884	18.361	18.361
Clientes	Custo Amortizado	108.388	108.388	254.200	254.200
Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado					
Titulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	644.351	644.351	423.574	423.574
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Custo Amortizado	885.635	885.635	559.123	559.123
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	6.828.095	6.828.095	5.146.242	5.146.242

O valor de mercado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2015 se aproxima do valor registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia não realizou operações com derivativos.

4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia (CA) tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Eletronuclear está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Eletronuclear, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.



A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2015								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	2.480	9.658	4,2500	882	4,6750	1.936	3,2805	(1.522)
TOTAL		9.658		882		1.936		(1.522)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2014								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2015	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2015	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2015	GANHO ESTIMADO
Dólar Americano	(2.645)	(7.025)	3,4820	(2.185)	3,8302	(3.106)	2,4994	414
TOTAL		(7.025)		(2.185)		(3.106)		414



ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2015								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2016	GANHO ESTIMADO
Euro	(25.156)	(106.921)	4,7807	(13.342)	5,2588	(25.369)	3,7387	12.870
Dólar Americano	(9.563)	(37.340)	4,2500	(3.303)	4,6750	(7.367)	3,2805	5.969
TOTAL		(144.261)		(16.645)		(32.736)		18.839

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2014								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2015	GANHO/PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2015	GANHO/PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2015	GANHO ESTIMADO
Euro	(19.690)	(63.540)	2,8000	8.408	3,0800	2.895	3,2267	6
Dólar Americano	(2.747)	(7.297)	3,4820	(2.268)	3,8302	(3.225)	2,4994	431
TOTAL		(70.837)		6.140		(330)		437

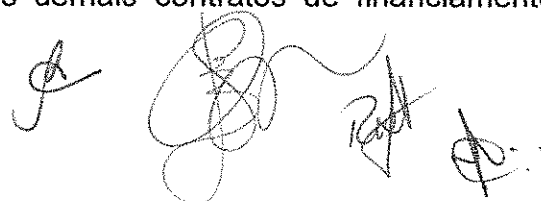
A taxa de câmbio utilizada no cenário provável foi extraída da divulgação efetuada pelo OECD Economic Outlook; a taxa de câmbio do cenário possível é uma estimativa 10% superior ao cenário provável; e a taxa no cenário remoto foi calculada com base na média simples do fechamento de câmbio do ano corrente e anterior divulgados pelo Banco Central.

a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa visto que 91% do volume dos empréstimos e financiamentos contratados estão indexados a UFIR e TJLP ou não possuem qualquer indexador; enquanto os demais estão indexados à taxa DI-Over. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. Já a TJLP, que é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), saiu de 5,00% em Dezembro de 2014 para 7,00% em Dezembro de 2015, o que representou uma variação de 40 % durante o período. Conforme definido no contrato de financiamento com o BNDES, qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% ao ano é capitalizado ao saldo devedor. Além disso, o contrato prevê o pagamento pela ELETRONUCLEAR de um spread fixo de 1,72% acrescido à TJLP.

Aproximadamente 9,00% do montante dos empréstimos e financiamentos contratados pela ELETRONUCLEAR estão indexados à taxa DI-Over, apurada pela CETIP, que registrou variação de 22,6% no exercício de 2015. Os prazos de vencimento dos contratos indexados à esta taxa são mais curtos que os demais contratos de financiamento da empresa.



Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

EXPOSIÇÃO A RISCO DE JUROS							
FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	31/12/2015		31/12/2014	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *
ANGRAS 1 e 2:							
ELETROBRAS	R\$	UFIR	7,00%	382.984	141.975	439.635	170.932
ELETROBRAS - PSPE	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	150.000	23.769	-	-
ELETROBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	149.683	91.716	149.683	97.493
ELETROBRAS - PLR	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	11.560	681	-	-
ANGRA 3:							
ELETROBRAS - RGR -	R\$	UFIR	5,50%	594.250	396.290	594.250	428.973
ELETROBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	295.750	181.215	295.750	192.633
BNDES	R\$	TJLP	8,72%	3.194.062	3.074.803	2.622.387	2.290.961
CEF - Empréstimo Ponte	R\$	Sem indexador	6,70%	-	-	1.031.613	-
CEF	R\$	Sem indexador	6,50%	2.030.191	1.882.838	-	-
TOTAL				6.808.480	5.793.287	5.133.318	3.180.992

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica a partir de janeiro de 2013 comercializada, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

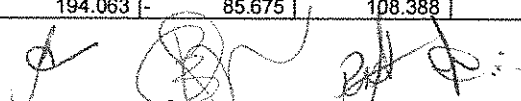
A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012 evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção. Em dezembro de 2015 não há registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	SALDO EM 31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	6.884	18.361
Clientes - Venda de energia	108.388	254.200
TOTAL	115.272	272.561

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 2015			
	COMPOSIÇÃO	SALDO	ATRASSO EM DIAS
1	Caixa	-	0
2	Banco	6.837	0
3	Fundo Fixo	47	0
	TOTAL	6.884	

CONCESSIONÁRIAS	FATURAMENTO	PARCELA VARIÁVEL	TOTAL	ATRASSO EM DIAS
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	5.112	- 2.257	2.855	0
Ampla Energia e Serviços S.A.	5.642	- 2.491	3.151	0
Bandeirante Energia S.A	5.879	- 2.595	3.284	0
Caiuá Distribuidora de Energia S.A. (GRUPO ENERGISA)	653	- 288	365	0
Companhia Energética de Alagoas	1.799	- 794	1.005	0
CEB Distribuição S.A.	3.499	- 1.545	1.954	0
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	4.910	- 2.168	2.742	0
Celesc Distribuição S.A.	10.130	- 4.472	5.658	0
CELG Distribuição S.A.	6.420	- 2.834	3.586	0
Centrais Elétricas do Pará S.A.	4.032	- 1.780	2.252	0
Companhia Energética de Pernambuco	6.362	- 2.809	3.553	0
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.	973	- 430	543	0
Companhia Energética do Maranhão	2.934	- 1.295	1.639	0
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia	3.447	- 1.522	1.925	0
CEMIG Distribuição S.A	15.470	- 6.830	8.640	0
Companhia Energética do Piauí	1.580	- 698	882	0
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	1.636	- 722	914	0
Companhia Nacional de Energia Elétrica (GRUPO ENERGISA)	332	- 147	185	0
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	9.410	- 4.154	5.256	0
Companhia Energética do Ceará	5.401	- 2.384	3.017	0
COPEL Distribuição S.A.	14.712	- 6.495	8.217	0
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	2.599	- 1.147	1.452	0
Companhia Jaguarí de Energia	274	- 121	153	0
Companhia Leste Paulista de Energia	168	- 74	94	0
Companhia Luz e Força Mococa	130	- 57	73	0
Companhia Paulista de Força e Luz	13.034	- 5.754	7.280	0
Companhia Piratininga de Força e Luz	5.714	- 2.523	3.191	0
Companhia Luz e Força Santa Cruz	553	- 244	309	0
Companhia Sul Paulista de Energia	228	- 101	127	0
DME Distribuição S.A. - DMED	248	- 109	139	0
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (GRUPO ENERGISA)	423	- 187	236	0
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	7.585	- 3.349	4.236	0
Companhia de Eletricidade do Acre	489	- 216	273	0
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	23.454	- 10.354	13.100	0
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	398	- 176	222	0
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A.	686	- 303	383	0
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	2.129	- 940	1.189	0
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.582	- 698	884	0
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	2.367	- 1.045	1.322	0
Espirito Santo Centrais Elétricas S.A.	3.837	- 1.694	2.143	0
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	136	- 60	76	0
Light Serviços de Eletricidade S.A.	12.475	- 5.507	6.968	0
Empresa de Distrib.Energia Vale Paranapanema S.A.(ENERGISA)	509	- 225	284	0
Rio Grande Energia S.A.	4.712	- 2.080	2.632	0
TOTAL	194.063	- 85.675	108.388	



c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

- Índices de liquidez:

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica em manter caixa e equivalentes, além de aplicações, que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,79 (0,46 em 31 de Dezembro de 2014) e;

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,21 (0,26 em 31 de Dezembro de 2014).

Em 2013, a Companhia firmou um contrato com a Caixa Econômica Federal, (Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013) no valor de R\$ 1 bilhão, tendo sido utilizados R\$ 200.000 em 2013, e R\$ 800.000 em 2014, totalizando o montante de R\$ 1.000.000.

Inicialmente, o prazo de vencimento do contrato de Empréstimo-Ponte era de 08 meses a partir da assinatura. Sendo assim, todo o montante liberado foi contabilizado no passivo circulante da empresa. Como não foi possível obter a assinatura do contrato de garantia da União dentro do prazo previsto, foi firmado termo aditivo que alterou o prazo de vencimento para 27 meses.

Com as assinaturas do contrato de garantia da União e do contrato em contragarantia entre ELETRONUCLEAR e União no mês de Julho, a cláusula de eficácia do contrato original da CEF nº 0410.351-27/2013 foi plenamente atendida e houve a liberação do primeiro desembolso em 27 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.983.570, incluindo os recursos necessários para a quitação do empréstimo-ponte. Esse montante foi classificado no Passivo não Circulante.

Desta Maneira, na mesma data da liberação dos recursos do contrato nº 0410.351-27/2013 foi processado o pagamento do saldo devedor total do empréstimo-ponte, classificado até então no passivo circulante, no montante de R\$ 1.078.003.

O valor quitado contempla o montante total liberado da linha de financiamento e os encargos capitalizados durante a vigência do contrato.

Considerando o exposto acima, a Administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para dezembro de 2020.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2014 (i)				
- Empréstimos	1.230.364	317.056	1.456.790	5.635.932
- Fornecedores (iii)	456.396	51.363	51.364	-
TOTAL	1.686.760	368.419	1.508.154	5.635.932
Em 31 de dezembro de 2015 (i)				
- Empréstimos	476.513	621.369	2.180.782	9.842.132
- Fornecedores (iii)	765.239	60.198	60.198	-
TOTAL	1.241.752	681.567	2.240.980	9.842.132

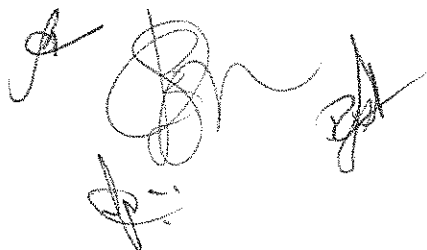
(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

- Redução do Patrimônio Líquido

Face a crescente redução do patrimônio líquido decorrente dos sucessivos prejuízos da ELETRONUCLEAR provocados essencialmente pelo aumento progressivo do valor do *impairment* de Angra 3 (ver nota 14 c.3), desperta-se um risco financeiro quanto a leitura do endividamento da Companhia junto ao seu Acionista o que pode acarretar em dificuldades para a tomada futura de financiamentos para a continuidade do empreendimento Angra 3. Entretanto, a administração da Companhia entende que resolvida a questão do refazimento da tarifa de Angra 3, conforme elucidado na nota 14 c.4, ficaria atendida a condição necessária para que o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL aditassem os contratos de empréstimos, hoje existentes, de forma a garantir o financiamento restante para a consecução do empreendimento, bem como a possibilidade da redução ou reversão do valor do *Impairment*.



d) Risco operacional

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2, e por tal tem apresentado nos últimos anos um excelente nível de eficiência com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica, contratos esses regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Eletronuclear entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face a atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, através do modelo PRORET – Módulo 6 – Submódulo 6.7, com reajustes inflacionários anuais e revisões tarifárias trienais. A receita fixa de 2015 foi definida pela Resolução Homologatória nº 1.842 de 16.12.2014 (DOU 17.12.2014) no montante de R\$ 2.246.259.889,69 (dois bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Finalizado o primeiro processo de revisão tarifária, foi estabelecida a receita fixa de R\$ 2.862.070.163,75 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, setenta mil, cento e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) para o ano de 2016, relativa à geração de energia das Usinas Angra 1 e 2, conforme Resolução Homologatória nº 2.006 de 15.12.2015.

Salienta-se que conforme regras de comercialização das energias de Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

Assim considerando, entende a administração da ELETRONUCLEAR não haver nenhuma expectativa econômica e financeira, que possa indicar um risco de descontinuidade operacional dessas usinas.

Quanto à Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob o égide da Portaria MME Nº 980 de 23/12/2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa regulada. Tal tarifa encontra-se em fase de revisão no MME/ANEEL de modo que possa incluir a totalidade dos custos necessários a tornar o empreendimento com retorno assegurado.

Portanto a modalidade de comercialização de Energia de Reserva da Usina Angra 3, assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Empresa ressalva que diante da dificuldade de obtenção das fontes recursos para suportar o empreendimento de Angra 3, a companhia suspendeu os contratos de fornecimentos de bens e serviços associados ao empreendimento por 120 dias, amparada pelo inciso XIV do art. 78 da lei 8.666/93. Até o presente período a Companhia entende que esse prazo seja suficiente para assegurar a preservação e integridade dos serviços já executados, além da implementação de ações a um nível de desempenho capaz de recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra de Angra 3.

Importante frisar que em 14.01.2016 foi sancionada, pela Presidenta da República, a Lei nº 13.255 onde foi estimada a receita e fixadas as despesas da União para o exercício financeiro de 2016, nela incluindo em seu inciso III do artigo 1º, o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se na mesma, a aprovação de dotação e execução orçamentária para a ação de Investimento no projeto de "Implantação da Usina Termonuclear de Angra III", pertencente a ELETRONUCLEAR, a qual compreende-se que após avaliação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como pelo plenário do Congresso Nacional, a obra de "Implantação da Usina Termonuclear de Angra III" está apta a manter sua execução física, orçamentária e financeira, conforme nota 37d.

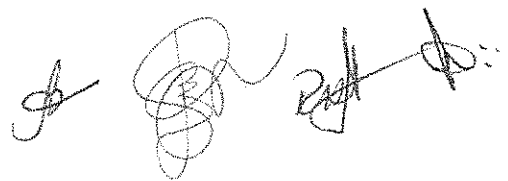
4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.



Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	6.828.095	5.146.242
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(6.884)	(18.361)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(151.413)	(81.680)
Dívida líquida	6.669.798	5.046.201
Total do patrimônio líquido	(351.588)	4.796.475
Total do capital total	6.318.210	9.842.676
Índice de alavancagem financeira - %	1,06	51

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2015			
R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2015
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	108.388	-	108.388
- Caixa e equivalentes de caixa	6.884	-	6.884
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	151.413	151.413
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	492.938	492.938
Em 31 de Dezembro de 2015	115.272	644.351	759.623

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2014			
R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2014
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	254.200	-	254.200
- Caixa e equivalentes de caixa	18.361	-	18.361
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	81.680	81.680
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	341.894	341.894
Em 31 de Dezembro de 2014	272.561	423.574	696.135

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	81.680	81.680	-	-	81.680
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	341.894	341.894	-	-	341.894
Total de ativos em 31/12/2014	423.574	423.574	-	-	423.574
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	151.413	151.413	-	-	151.413
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	492.938	492.938	-	-	492.938
Total de ativos em 31/12/2015	644.351	644.351	-	-	644.351

Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a

Companhia adota a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia apresentadas no quadro abaixo ("b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo") resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal para construção da usina Angra 3, que são mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	6.884	18.361
SALDO	6.884	18.361

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Investimento em renda fixa:		
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VIIRF-M	151.413	81.680
TOTAL	151.413	81.680

Os recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal são para construção da usina Angra 3.

** Rentabilidade no ano: 12,89% em 2015 e 10,45% em 2014

Em 2015, até 31 de dezembro, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 920.000, rendimento bruto de R\$ 23.516, resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 873.783.

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 31/12/2015	Ativo Circulante 31/12/2014
Energia contratada	194.063	171.706
Desvio negativo	(85.675)	-
Desvio positivo	-	82.494
TOTAL	108.388	254.200

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em dezembro de 2015 não há registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.
- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 85.736 provisionados até dezembro de 2015 é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2015. Este valor corresponde ao montante apurado e valorado ao máximo entre o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio do ano em referência e Receita Fixa e deverá ser devolvido a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN em doze parcelas

no exercício de 2016.

- c) A companhia estará tratando o assunto referente à revisão do cálculo da parcela variável diretamente com a ANEEL.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2015	31/12/2014
IRRF sobre aplicações financeiras	3.475	194
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	430	61
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	359	51
COFINS retida sobre serviços prestados a terceiros	-	-
PIS/PASEP retido sobre serviços prestados a terceiros	-	-
Saldo de antecipações de IRPJ	30.526	40.829
Saldo de antecipações de CSLL	10.732	15.087
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	-	-
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	-	-
FGTS a Recuperar	131	131
Créditos fiscais PASEP e COFINS	17.211	17.135
Outros	110	110
TOTAL	62.974	73.598

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear; não havendo geração de energia não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Concentrado de urânio	7.723	130.395
Elementos prontos	4.368.822	3.874.783
Serviços em curso	129.479	234.825
Consumo Acumulado	(3.525.146)	(3.238.195)
TOTAL	980.878	1.001.808
Ativo circulante	402.453	340.319
Ativo não circulante	578.425	661.489
TOTAL	980.878	1.001.808

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 31/12/2015
Ativo circulante	340.319	62.134		402.453
Ativo não circulante	3.534.464	431.905	-	3.966.369
TOTAL BRUTO	3.874.783	494.039	-	4.368.822
Consumo acumulado	(3.238.195)		(286.951)	(3.525.146)
VALOR LÍQUIDO	636.588	494.039	(286.951)	843.676

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo nos montantes de R\$ 73.200 (R\$ 45.158 em 31 de dezembro de 2014) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais nos montantes de R\$ 19.913 (R\$ 12.406 em 31 de dezembro de 2014), totalizando R\$ 93.113 (R\$ 57.564 em 31 de dezembro de 2014).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios de seguros	16.275	4.128	-	-
Partes relacionadas	39.261	14.917	-	-
Contribuições as fundações	-	-	-	-
Antecipação de IPVA e IPTU	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	12.462	2.868	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	6.431	6.040
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.302	2.296	-	-
Devedores diversos	7.352	4.871	1.289	1.289
TOTAL	81.793	33.221	23.452	23.061

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base do cálculo, a parcela considerada pela ANEEL na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2015 o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 9.035.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Conta-corrente	14	9
Dólar Comercial Futuro	9.686	(7.024)
LTN	336.639	341.894
NTNF	135.772	-
Operações Compromissadas	10.839	-
Outros	(12)	(10)
TOTAL	492.938	334.869

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em dezembro de 2015, o fundo apresenta um ganho financeiro de R\$ 154.391 (Nota 29), (R\$ 40.897 em 2014), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período.

Em 2015 foram aplicados R\$ 26.621 no fundo para descomissionamento.

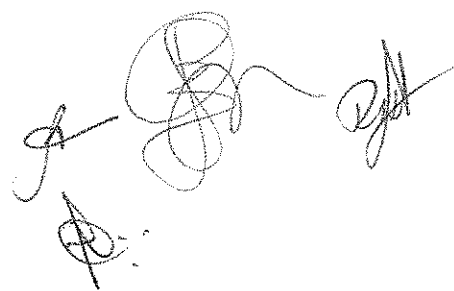
Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	73.344	58.875
Quotas de 2008 a 2014	182.236	178.150
Total de quotas recolhidas	255.580	237.025
Plano de Recolhimento Adicional - quotas 2005 a 2007	3.117	-
Ganhos líquidos auferidos acumulados	234.241	97.844
Patrimônio líquido do fundo	492.938	334.869
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	7.025
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	492.938	341.894

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

Composição		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	15.899	13.706
Contingências cíveis	196	124
Contingências tributárias	32.629	37.395
	48.724	51.225
Outros depósitos	125	642
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	10.593	8.339
TOTAL	59.442	60.206



b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2014	31/12/2015		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	51.225	(9.672)	7.171	48.724
Outros depósitos	642	(655)	138	125
Atualização monetária s/depósitos judiciais	8.339	-	2.254	10.593
TOTAL	60.206	(10.327)	9.563	59.442

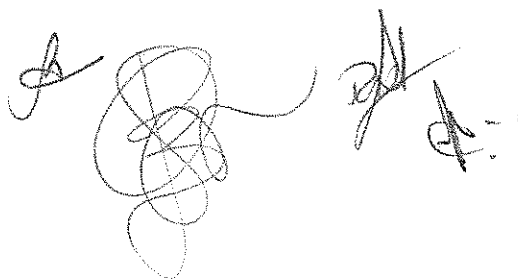
NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.204.994 (R\$ 1.179.936 em 31 de dezembro de 2014) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.423.589 (R\$ 1.398.164 em 31 de dezembro de 2014).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo conforme prevê a Instrução CVM nº 371/2002.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.



NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Terrenos		34.447	-	34.447	34.447
Ed.Obras Cívis Benfeitorias		1.462.476	(754.974)	707.502	740.855
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.276.737	(3.222.635)	4.054.102	4.561.700
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		127.390	(74.679)	52.711	53.095
Veículos		11.222	(6.870)	4.352	5.456
Móveis e Utensílios		21.337	(11.043)	10.294	10.853
Angras 1 e 2	3,3	8.933.609	(4.070.201)	4.863.408	5.406.406
EM CURSO					
Ed.Obras Cívis Benfeitorias		48.422	-	48.422	13.671
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		163.836	-	163.836	96.045
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		3.673	-	3.673	3.452
Veículos		1.827	-	1.827	2.322
Móveis e Utensílios		181	-	181	178
A Ratear		220.849	-	220.849	162.542
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002
Compras em andamento		1.011	-	1.011	896
Adiantamento a fornecedores		149	-	149	891
Angras 1 e 2		442.950	-	442.950	283.001
Terrenos		115	-	115	116
Ed.Obras Cívis Benfeitorias		1.518.939	-	1.518.939	1.332.745
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		809.921	-	809.921	428.443
A Ratear		(2.825.056)	-	(2.825.056)	1.883.212
Compras em andamento		40.142	-	40.142	(1.541)
Adiantamento a fornecedores		2.091.233	-	2.091.233	1.736.887
Angra 3		7.698.749	-	7.698.749	5.912.371
<i>Impairment Angra 3</i>		(6.063.454)	-	(6.063.454)	(1.090.343)
		1.635.295	-	1.635.295	4.822.028
Angras 1, 2 e 3		2.078.245	-	2.078.245	5.105.029
TOTAL BRUTO		11.011.854	(4.070.201)	6.941.653	10.511.435
Obrigações especiais	3,3	(237)	214	(23)	(47)
VALOR LÍQUIDO		11.011.617	(4.069.987)	6.941.630	10.511.388



b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2015
Em curso	6.195.372	1.586.141	370.912	782	(10.903)	(605)	8.141.699
<i>Impairment Angra 3</i>	(1.090.343)	(4.973.111)	-	-	-	-	(6.063.454)
Em serviço: custo	9.124.031	-	-	-	10.903	(201.325)	8.933.609
depreciação	(3.717.625)	(357.455)	-	(782)	-	5.661	(4.070.201)
Total em serviço	5.406.406	(357.455)	-	(782)	10.903	(195.664)	4.863.408
TOTAL BRUTO	10.511.435	(3.744.425)	370.912	-	-	(196.269)	6.941.653
Obrigações especiais	(47)	-	-	-	-	-	(47)
depreciação	-	24	-	-	-	-	24
TOTAL	10.511.388	(3.744.401)	370.912	-	-	(196.269)	6.941.630

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2014
Em curso	4.312.775	1.767.433	223.712	819	(108.799)	(568)	6.195.372
<i>Impairment Angra 3</i>	(532.509)	(557.834)	-	-	-	-	(1.090.343)
Em serviço: custo	8.852.816	-	-	-	108.799	162.416	9.124.031
depreciação	(3.369.641)	(349.932)	-	(819)	-	2.767	(3.717.625)
Total em serviço	5.483.175	(349.932)	-	(819)	108.799	165.183	5.406.406
TOTAL BRUTO	9.263.441	859.667	223.712	-	-	164.615	10.511.435
Obrigações especiais	(70)	-	-	-	-	-	(70)
depreciação	-	23	-	-	-	-	23
TOTAL	9.263.371	859.690	223.712	-	-	164.615	10.511.388

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;



c.2) Taxa de desconto

A taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 7,00% obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2015 de 5,47 % (4,51% na base dezembro 2014). Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica Eletrobras 096/2015 de 06/11/2015, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012; alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

c.3) Registro do *Impairment*

Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda por desvalorização do ativo foram:

Durante o exercício de 2015 o empreendimento sofreu alteração cronológica na expectativa de sua conclusão, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 01 de janeiro de 2021, conforme Relatório de Acompanhamento das Centrais Geradoras Termelétricas da ANEEL de fevereiro de 2016. Em dezembro de 2014, a previsão de data de entrada em operação da usina era 31 de dezembro de 2018; e em setembro de 2015, a data era 19 de maio de 2019.

Nesse mesmo período, o orçamento total do projeto foi atualizado para a base dezembro de 2015, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra. Essa alteração foi aprovada em reunião da Diretoria Executiva, conforme RDE 1261274.012/2016 de 26/01/2016.

Esse novo orçamento total base dezembro de 2015 de R\$ 20.579,8 milhões superou o de dezembro de 2014 de R\$ 17.170,5 milhões em R\$ 3.409,3 milhões, correspondente a um aumento de 19,8 %. Em setembro de 2015 o orçamento total do empreendimento estava estimado em R\$ 149.801,1 milhões.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Em função da realização do teste de "impairment" no período, houve uma revisão na taxa de desconto, com elevação de 0,96%, passando de 4,51% (31 de dezembro de 2014) para

5,47% (30 de setembro de 2015). Essa taxa foi mantida para o teste de impairment de 31 de dezembro de 2015. Os principais fatores que corroboraram para este aumento foram:

- Atualização do beta: para o cálculo do beta, foi considerada a ponderação dos betas das empresas comparáveis utilizadas na Nota Técnica ANEEL 381/2012, atualizada para a data de 30 de setembro de 2015 e realavancado pela estrutura de capital do projeto. A adoção deste cálculo para o beta, consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.
- Consideração de um risco adicional (alfa) relacionado a execução do projeto

A Metodologia aplicada no teste de impairment do empreendimento Angra 3 considera como ativo a recuperar, referente aos custos já realizados até a data do teste, 30 de setembro de 2015, comparado com um fluxo de caixa operacional da usina descontado, estendido até o término da vida útil econômica da usina de 40 anos após a entrada em operação.


Os custos a realizar até o término da construção, prevista para 01 de janeiro de 2021, foram adicionados ao fluxo de caixa do empreendimento como "CAPEX" durante os períodos de anos de realização de janeiro de 2016 a dezembro de 2020. A partir daí, o fluxo de caixa segue com a projeção de resultado do empreendimento até abril de 2060

Foi desenvolvido um fluxo de caixa a partir dos valores do resultado projetados para dezembro de 2021 a preços de dezembro de 2015, pelo período de vida útil econômica da usina em análise. O prazo estimado é de 40 anos, por sua semelhança a Usina Angra 2, que dispõe de licença de operação nesse prazo. Esse prazo é bastante conservador perante a expectativa conhecida de vida operacional desse tipo de instalação.

Os valores anuais obtidos no fluxo de caixa descontado foram acumulados ano a ano para serem comparados com o saldo do Ativo Imobilizado recuperável, representado pelo custo contábil realizado até 31 de dezembro de 2015.

A análise elaborada pela Companhia determinou a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável impairment na Usina Angra 3, no montante de R\$ 1.587,6 milhões em dezembro de 2015, totalizando no exercício de 2015 uma provisão total de R\$ 4.475,9 milhões (R\$ 557 milhões no exercício de 2014), provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o registro na conta de despesas operacionais em 31 de dezembro de 2015. O valor acumulado de impairment no ativo imobilizado é R\$ 6.063,5 milhões (R\$ 1.090,3 em dezembro de 2014).

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimento, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.



c.4) Tarifa

A receita calculada para o teste de *impairment* de dezembro de 2015, teve base na tarifa contratual de 2009, R\$ 148,65 / MWh, devidamente ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente. Esse procedimento é o mesmo padrão que vem sendo utilizado desde o início dessa avaliação. Em setembro de 2015 a tarifa ajustada representa R\$ 223,84 /MWh.

A tarifa a ser praticada pela Usina Angra 3 foi instituída quando da assinatura do fornecimento da energia da usina, em 2009 e foi regulamentada através da Portaria MME 980/2010 com o valor original de R\$ 148,65 / MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento.

A ELETRONUCLEAR vem realizando gestões junto ao MME e ANEEL no sentido de obter a revisão dessa tarifa aos valores adequados a tornar o empreendimento com retorno assegurado, podendo reduzir ou até anular o *impairment*, hoje registrado com efeitos positivos nos resultados futuros.

c.5) Sinergia

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e por isso tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 24,5%, conforme Nota Técnica SF.A 022/2016; sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO da Usina Angra 3 no teste de *impairment* de dezembro de 2015.

d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do IBAMA e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada por 14 anos pelo Ofício CNEN nº 124/2010 – CGRC/CNEN, de 09/08/2010 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15/06/2011.

Em 12 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014 autorizando a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 7,00% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - Eletrobras que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses*, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

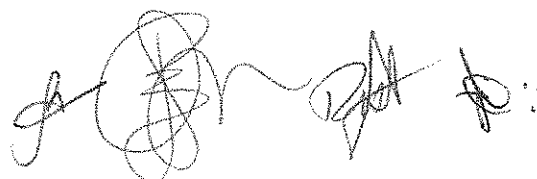
Com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 está previsto para 15 de dezembro de 2020.

*Informação não revisada por auditoria independente

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Dificuldades para a efetivação de um novo arranjo financeiro em aditamento no contrato da Caixa Econômica Federal (CEF); para suportar a aquisição de bens e serviços nacionais;
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital;
- Alteração cronológica na expectativa de conclusão do empreendimento Angra 3, decorrente da suspensão temporária de contratos por 90 dias extensiva até 120 dias. Com essa reprogramação, a nova data de entrada em operação passou para 15 de dezembro de 2020, com sincronização prevista para 31 de dezembro de 2018.

Em 11 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.



NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2014	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2015
Em curso	23.755	12.683	(1.773)	-	199	-	34.864
Em serviço - custo	100.425	-	1.773	-	-	-	102.198
amortização	(66.041)	-	-	(10.550)	(199)	-	(76.790)
Total em serviço	34.384	-	1.773	(10.550)	(199)	-	25.408
TOTAL LÍQUIDO	58.139	12.683	-	(10.550)	-	-	60.272

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2013	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2014
Em curso	20.631	20.326	(17.355)	-	153	-	23.755
Em serviço - custo	83.070	-	17.355	-	-	-	100.425
amortização	(55.357)	-	-	(10.531)	(153)	-	(66.041)
Total em serviço	27.713	-	17.355	(10.531)	(153)	-	34.384
TOTAL LÍQUIDO	48.344	20.326	-	(10.531)	-	-	58.139

NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica a provisão do valor de R\$ 180.594 (R\$ 154.091 em 31 de dezembro de 2014), a ser pago a FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida a FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
 - 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060.

- 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468.
- 3) Atualização monetária de R\$ 10.617 e juros de R\$ 5.882 a crédito desta rubrica no resultado de 2014.
- 4) Atualização monetária de R\$ 16.547 e juros de R\$ 9.955 a crédito desta rubrica no resultado de 2015.

c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 31/12/2014				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	51.364	51.364
Fornecedores - nacional	42.502	-	343.878	386.380
Fornecedores - exterior	19.629	4.666	(5.643)	18.652
TOTAL CIRCULANTE	62.131	4.666	389.599	456.396
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	102.727	102.727
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	102.727	102.727
TOTAL EM 31/12/2014	62.131	4.666	492.326	559.123

FORNECEDORES EM 31/12/2015				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	60.198	60.198
Fornecedores - nacional	384.123	-	89.280	473.403
Fornecedores - exterior	107.740	22.152	101.746	231.638
TOTAL CIRCULANTE	491.863	22.152	251.224	765.239
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	120.396	120.396
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	120.396	120.396
TOTAL EM 31/12/2015	491.863	22.152	371.620	885.635

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a Eletrobrás para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2, para a troca dos geradores de vapor, da tampa do vaso de pressão do reator da Usina Angra 1 e para o capital de giro da companhia.

Em 22 de Dezembro de 2015, houve o ingresso do montante de R\$ 150.000, referente a um novo contrato de repasse com a Eletrobrás para cobertura de despesas com o Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, nos termos da Resolução 653/2016, de 1º de Dezembro de 2015. O contrato possui prazo de carência de 60 dias a partir da liberação dos recursos e será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de 30 de Março de 2016.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público, para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da Eletrobras, com abertura de um crédito de R\$ 6.14 bilhões, destinados à implantação da usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES acima, a ELETRONUCLEAR constituiu uma Cessão Fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina de Angra 3.

A ELETRONUCLEAR deve apresentar ao BNDES, trimestralmente, Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do projeto de Angra 3, assim como o Relatório sobre o andamento dos Programas Ambientais do empreendimento. Outras obrigações da empresa incluem: a permissão de ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes

do BNDES; a comunicação ao banco de fomento de qualquer ocorrência que acarrete a alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto; não conceder preferência a outros créditos sem a anuência do BNDES; apresentar até 30 de Abril de cada ano as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários.”

Em 28 de Junho 2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal (contrato principal), no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. De acordo com a cláusula 3ª – Liberação de Recursos, a realização fica condicionada ao prévio adimplemento de diversas condições estipuladas nesse contrato, dentre as quais consta a celebração do contrato de Garantia Fidejussória da União e do contrato em Contragarantia da Eletronuclear.

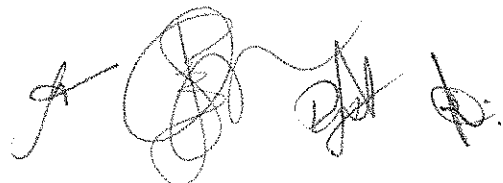
Como tais exigências não foram preenchidas no período programado, e como havia uma grande quantidade de faturas de equipamentos e serviços já vencidas, e também depois de diversas tratativas entre as partes, optou-se pela assinatura de um subcontrato em 30/09/2013, denominado Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013, com garantia da Eletrobras, no valor de R\$ 1 bilhão, com a taxa de juros de 6,7% a.a. capitalizados e incorporados ao saldo devedor. Tal contrato já está assinado e registrado em cartório. Todos os saques previstos foram realizados e em 27 de Julho de 2015 foi efetuada a quitação final do referido contrato.

Com o contrato de garantia assinado pela União em 17 de Julho de 2015, o contrato principal de R\$ 3.800.000 firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF em 28 de Junho de 2013 entrou em vigor em conformidade com o estipulado na Cláusula Vigésima Sexta – Eficácia.

No dia 27 de Julho de 2015, foi efetuado o nosso primeiro pedido de desembolso à CEF, no valor de R\$ 1.983.570, dos quais foram deduzidos o valor do Empréstimo-Ponte de R\$ 1.078.003, incluindo os juros em curso de R\$ 5.390 calculados até o dia 27 de Julho de 2015. O saldo remanescente de R\$ 905.566 foi utilizado para pagar diversas faturas de importação de serviços e equipamentos, até então pendentes de pagamento.

Como consequência, em 27 de Julho de 2015, fizemos o lançamento contábil da quitação do novo saldo devedor da conta de curto prazo (R\$ 1.078.003), e contabilizamos o valor do primeiro desembolso do contrato principal (R\$ 1.983.570) na conta de longo prazo.

Não houve liberação de recursos de nenhuma linha de financiamento para o empreendimento de Angra 3 no último trimestre de 2015.



a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	31/12/2015					31/12/2014				
	R\$ MIL				TX EFETIVA	R\$ MIL				TX EFETIVA
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL		JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE				
ANGRAS 1 e 2:										
ELETROBRAS	-	47.472	335.512	382.984	7,00%	-	56.843	382.792	439.635	7,00%
ELETROBRAS - PSPE*	539	89.570	210.113	300.222	15,66%	-	-	149.683	149.683	12,82%
ELETROBRAS - PLR	-	11.560	-	11.560	15,66%	-	-	-	-	-
ANGRA 3:										
ELETROBRAS	-	-	594.250	594.250	5,50%	-	-	594.250	594.250	5,50%
ELETROBRAS	-	12.323	283.427	295.750	15,66%	-	-	295.750	295.750	12,82%
BNDDES	9.912	36.665	3.157.397	3.203.974	8,72%	7.164	-	2.622.387	2.629.551	6,72%
CEF	9.164	-	2.030.191	2.039.355	6,50%	5.760	1.031.613	-	1.037.373	6,70%
TOTAL GERAL	19.615	197.590	6.610.890	6.828.095		12.924	1.088.456	4.044.862	5.146.242	

* É composto pelo empréstimo realizado em 2014 - R\$ 149.683 e em 2015 - R\$ 150.539, totalizando R\$ 300.222.

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.101.380	4.044.862	5.146.242
Ingressos	11.560	2.478.570	2.490.130
Encargos - resultado	55.780	-	55.780
Encargos - investimento	392.290	-	392.290
Variação Monetária - resultado	170	11.132	11.302
Transferência para o circulante	185.772	(185.772)	-
Incorporação de encargos ao principal	(262.098)	262.098	-
Pagamentos	(1.267.649)	-	(1.267.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	217.205	6.610.890	6.828.095

c) Dívida total com seus vencimentos programados

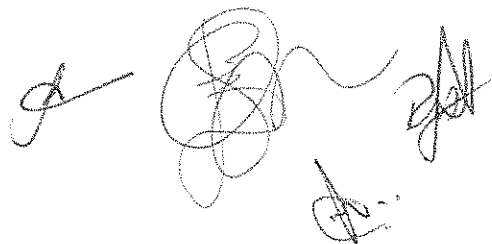
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	217.013	99.894
2017	252.616	180.176
2018	248.753	212.595
2019	290.213	220.627
2020	301.320	226.742
2021	313.242	233.268
2022	307.479	230.312
Após 2022	4.897.459	2.641.440
TOTAIS	6.828.095	4.045.054

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
PASEP e COFINS	14.467	12.713
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(14.499)
Taxas de importação	19.054	2.737
COSIRF	4.815	4.099
CIDE s/serviços no exterior	(122)	6.949
IRRF - Folha de pagamento	18.166	15.386
INSS	12.374	11.539
FGTS	4.182	4.073
ISS sobre importação e outros	3.819	4.287
Outros	10.289	792
TOTAL	75.892	51.423

A companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei nº11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em dezembro de 2015, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 2.381.194 (R\$ 482.618 em 2014), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

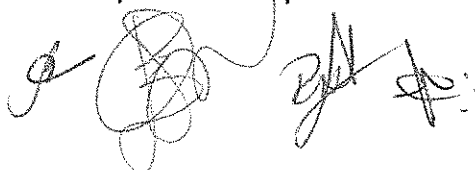


DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2015				31/12/2014			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	591.429	53.229	147.857	201.086	673.305	60.597	168.326	228.924
Provisão para participações de empregados	(60.866)	(5.478)	(15.217)	(20.694)	(51.149)	(4.603)	(12.787)	(17.391)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	172.362	15.513	43.091	58.603	183.739	16.537	45.935	62.471
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(25.337)	(2.280)	(6.334)	(8.615)	(24.324)	(2.189)	(6.081)	(8.270)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	(11.876)	(1.069)	(2.969)	(4.038)	1.775	160	444	604
Outros ajustes CPC	(233.554)	(21.020)	(58.389)	(79.408)	(158.196)	(14.238)	(39.549)	(53.787)
Baixa despesas administrativas	(204.351)	(18.392)	(51.088)	(69.479)	(215.098)	(19.359)	(53.775)	(73.133)
Impairment	(6.063.454)	(545.711)	(1.515.864)	(2.061.574)	(557.834)	(50.205)	(139.459)	(189.664)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(93.902)	(8.451)	(23.476)	(31.927)	(71.399)	(6.426)	(17.850)	(24.276)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(77.585)	(6.983)	(19.396)	(26.379)	(56.207)	(5.059)	(14.052)	(19.110)
Provisão para benefícios pós emprego	18.035	1.623	4.509	6.132	62.975	5.668	15.744	21.412
Provisão para devedores duvidosos	(97.097)	(8.739)	(24.274)	(33.013)	(97.054)	(8.735)	(24.264)	(32.998)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências judiciais	(169.543)	(15.259)	(42.386)	(57.645)	(148.314)	(13.348)	(37.079)	(50.427)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(48.449)	(4.360)	(12.112)	(16.473)	(219.299)	(19.737)	(54.825)	(74.562)
Subtotal	(6.994.917)	(629.543)	(1.748.729)	(2.378.272)	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.056)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(6.994.917)	(629.543)	(1.748.729)	(2.378.272)	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.056)
(-)Ativo Diferido	6.994.917	629.543	1.748.729	2.378.272	1.367.809	123.103	341.952	465.055
Outros resultados abrangentes	52.013	4.681	13.003	17.684	51.654	4.649	12.914	17.562
(-) Outros resultados abrangentes	(52.013)	(4.681)	(13.003)	(17.684)	(51.654)	(4.649)	(12.914)	(17.562)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei nº 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei nº 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção da antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia identificado nenhum benefício para a Companhia.



NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

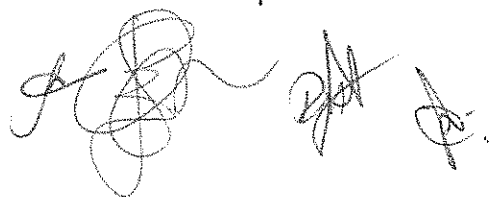
OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	-	18.791
Provisão de férias e gratificação de férias	42.549	48.544
Encargos sociais sobre provisão de férias	24.389	25.893
Provisão de 13º salário	19	(10)
TOTAL	66.957	93.218

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
RGR	(254)	31.042
Taxa de fiscalização da Aneel	635	607
TOTAL	381	31.649

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.



I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 1,5% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 3% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 9% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social.

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 4.478 (R\$ 3.988 - 31 de dezembro de 2014) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 10,62% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 8,36% correspondente ao custo normal e 2,26% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado. Mensalmente é realizada a Paridade Contributiva, sendo efetuado o encontro de contas entre as contribuições patronais e dos participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá

exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2015		2014	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
1. Participantes ativos				
1.1. Participantes - nº	491	1.489	707	1.616
1.2. Idade Média	54,13	44,19	55,67	44,95
1.3 Salário Médio em R\$	13.664,02	9.617,36	12.056,05	8.844,16
2. Aposentados				
2.1. Participantes Aposentados - nº	537	287	345	179
2.2. Idade Média	63,30	66,55	63,77	68,54
2.3. Benefício Médio em R\$	8.590,22	6.931,19	7.000,67	5.752,87
3. Pensionistas				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	68	87	59	70
3.2. Benefício Médio em R\$	2.310,15	4.053,75	2.047,84	2.725,08
População Total	1.096	1.863	1.111	1.865

a) Termos de compromissos

a.1) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidade da mesma, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de

atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004. Em virtude da data de vencimento de cada parcela ser o dia 1º de cada mês, o índice utilizado para atualização da mesma é defasado em um mês. Desta forma, cada parcela de pagamento é composta do principal, do juros do período e da diferença de prestação referente à esta defasagem dos índices de inflação.

Em 1º de Dezembro de 2015 foi paga a 144ª parcela com a quitação do principal da Dívida relativa à Reserva a Amortizar, permanecendo um saldo oriundo da defasagem de um mês do INPC.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2014, monta R\$ 10 (R\$ 9.658 - 31 de dezembro de 2014); totalmente classificado no passivo circulante.

a.2) Contrato de pactuação de obrigação

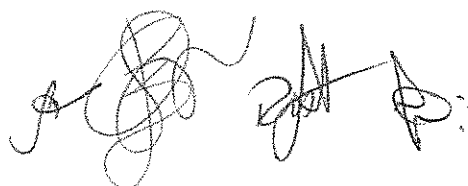
Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo as contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da Real Grandeza. O montante da dívida foi corrigido nos termos contatuais na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 109 parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2015, conforme Termo de Segundo Aditamento firmado entres as partes em 10 de novembro de 2014. Ao longo de 2012 foram quitadas onze parcelas contra crédito da ELETRONUCLEAR.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2015, monta R\$ 25.113 (R\$ 24.760 - 31 de dezembro de 2014), R\$ 2.519 classificados no passivo circulante e R\$ 22.595 no passivo não circulante.

a.3) Dívida total por vencimento

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	11.832
2016	2.529	5.019
2017	6.456	5.019
2018	6.456	5.019
2019	6.455	5.019
2020	3.228	2.510
TOTAL	25.124	34.418



b) Outros benefícios pós-emprego – Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o a inativos e pensionistas.

c) Provisão atuarial – Benefício pós-emprego

PROVISÃO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
SAÚDE	11.083	18.040
PID	21.748	25.888
TOTAL	32.831	43.928

d) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde, PID

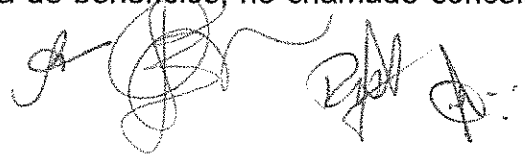
d.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas						
	2015			2014		
	Real Grandeza	Nucleos	PID	Real Grandeza	Nucleos	PID
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	13,26%	13,16%	12,09%	12,24%	12,25%	11,84%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,36%	7,26%	6,25%	6,16%	6,18%	5,79%
Projeção de aumento médio dos salários	7,61%	7,62%	N/A	7,83%	7,83%	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,50%	5,50%	3,55%	5,72%	5,72%	3,50%
Taxa média de inflação anual	5,50%	5,50%	5,50%	5,72%	5,72%	5,72%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	13,26%	13,16%	N/A	12,24%	12,25%	N/A
Taxa de rotatividade	20%	-	N/A	80%	(2/Idade)-0,04	N/A
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000	AT-49	N/A	RP-2000	AT-49	N/A
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Müller	N/A	Light Fraca	Alvaro Vindas	N/A
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	-	95%	95%	-
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	4 anos	4 anos	-

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi de R\$ (86.187) (R\$ 219.845 em 2014) e do plano Nucleos foi de R\$ (16.335) (R\$ 181.493 em 2014).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.



d.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

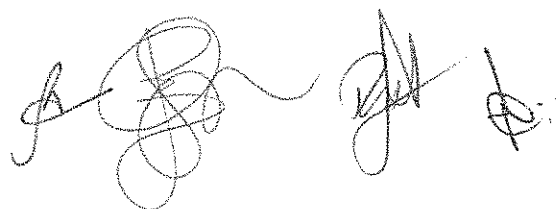
a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2015					2014				
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Núcleos	Saúde	PID	Total	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Núcleos	Saúde	PID	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	1.258.150	803.671	11.083	-	2.072.904	1.195.571	775.316	18.040	-	1.988.927
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.384.184)	(957.276)	-	-	(2.341.460)	(1.326.722)	(927.688)	-	-	(2.254.410)
Passivo(Ativo) Líquido	(126.034)	(153.605)	11.083	-	(268.556)	(131.151)	(152.372)	18.040	-	(265.483)
Efeito da restrição sobre o ativo	126.034	153.605	-	-	279.639	131.151	152.372	-	-	283.523
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	-	-	11.083	-	11.083	-	-	18.040	-	18.040
Custo do serviço corrente	(14.013)	8.892	955	2.706	(1.460)	(11.759)	4.555	629	25.888	19.313
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	2.196	-	2.196	-	-	2.842	-	2.842
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	(14.013)	8.892	3.151	2.706	796	(11.759)	4.555	3.471	25.888	22.155

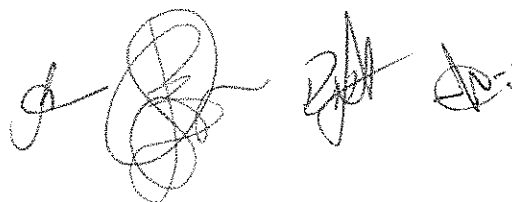


A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e de 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	2015			Total
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.195.571	775.316	18.040	1.988.927
Custo de serviços corrente líquido	6.509	26.245	955	33.709
Custo de juros	144.205	92.416	2.196	238.817
Benefícios pagos	(62.010)	(30.445)	(214)	(92.669)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>(26.124)</i>	<i>(59.861)</i>	<i>(9.894)</i>	<i>(95.879)</i>
<i>(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas</i>	-	-	-	-
<i>(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras</i>	<i>(161.490)</i>	<i>(90.835)</i>	<i>(1.890)</i>	<i>(254.215)</i>
<i>(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência</i>	<i>135.366</i>	<i>30.974</i>	<i>(8.004)</i>	<i>158.336</i>
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.258.151	803.671	11.083	2.072.905
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.326.722	927.688	-	2.254.410
Receita de Juros	162.509	113.565	-	276.074
Contribuições patronais	12.764	26.344	214	39.322
Contribuições de participantes do plano	20.522	17.353	-	37.875
Benefícios pagos / adiantados	(62.011)	(30.445)	(214)	(92.670)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>(76.322)</i>	<i>(97.230)</i>	-	<i>(173.552)</i>
<i>Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)</i>	<i>(76.322)</i>	<i>(97.230)</i>	-	<i>(173.552)</i>
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.384.184	957.275	-	2.341.459



Descritivo	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.076.627	666.863	23.880	1.767.370
Custo de serviços corrente líquido	7.652	20.969	629	29.250
Custo de juros	128.071	79.176	2.842	210.089
Benefícios pagos	(32.969)	(15.867)	(79)	(48.915)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	16.190	24.175	(9.232)	31.133
<i>(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas</i>	-	-	-	-
<i>(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras</i>	28.687	20.680	11.308	60.675
<i>(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência</i>	(12.497)	3.495	(20.540)	(29.542)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.195.571	775.316	18.040	1.988.927
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.105.054	723.703	-	1.828.757
Receita de Juros	133.968	88.322	-	222.290
Contribuições patronais	15.379	21.944	79	37.402
Contribuições de participantes do plano	19.412	16.414	-	35.826
Benefícios pagos / adiantados	(32.968)	(15.866)	(79)	(48.913)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	85.877	93.171	-	179.048
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	85.877	93.171	-	179.048
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.326.722	927.688	-	2.254.410



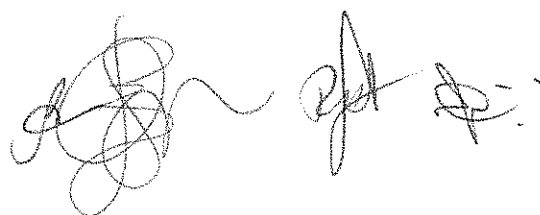
As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2015		2014	
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos
Disponível	46	119	181	2.111
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	26.683	190.519	32.804	179.168
Investimento em Renda Fixa	1.067.058	703.681	962.104	659.298
Investimento em Renda Variável	206.278	132.362	263.337	118.042
Investimentos Estruturados	28.966	70.184	22.241	73.905
Outros recebíveis	-	8.556	-	30.999
Investimentos Imobiliários	70.680	32.841	67.530	34.080
Empréstimos e Financiamentos	31.859	6.457	31.415	6.120
Outros	(6.237)	317	(3.542)	148
(-) Recursos a receber - patrocinador	(11.614)	(182.913)	(19.996)	(172.285)
(-) Exigíveis Previdenciais	-	-	-	-
(-) Exigíveis Contingencial	(14.479)	(275)	(16.194)	-
(-) Fundo de Investimentos	(7.559)	(876)	(6.521)	(787)
(-) Fundo Administrativo	(7.497)	(3.696)	(6.637)	(3.111)
Total dos Ativos Garantidos	1.384.184	957.276	1.326.722	927.688

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

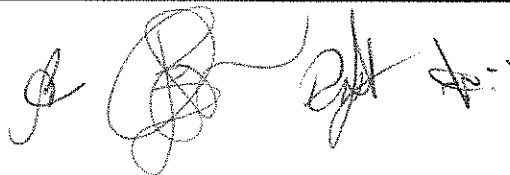
d.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2015	31.12.2014
Programa Previdenciário Real Grandeza	166.136	143.689
Programa Previdenciário Nucleos	(75.997)	(93.449)
Programa de seguro	-	-
Programa de Saúde	(8.480)	1.414
Total	81.659	51.654



Descritivo	2015			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(18.147)	(873)	-	(19.020)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	161.490	90.835	1.890	254.215
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(117.219)	(30.101)	8.004	(139.316)
Retorno sobre ativos do plano	(76.322)	(97.230)	-	(173.552)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	23.421	19.917	-	43.338
Ajustes saldo da dívida	4.330	-	-	4.330
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(22.447)	(17.452)	9.894	(30.005)

Descritivo	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	3.377	(4.982)	-	(1.605)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(28.687)	(20.680)	(11.308)	(60.675)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	9.120	1.488	20.540	31.148
Retorno sobre ativos do plano	85.877	93.171	-	179.048
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(96.825)	(86.386)	-	(183.211)
Ajustes saldo da dívida	(2.125)	-	-	(2.125)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(29.263)	(17.389)	9.232	(37.420)



e) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 45.600 (Plano Real Grandeza R\$ 13.691, Núcleos R\$ 28.229 e PID R\$ 5.737) para os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de Real Grandeza 8,20 anos e Núcleos 8,02 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Real Grandeza

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Benefícios de aposentadoria	89.266	94.517	292.581	2.551.735	3.028.099

Núcleos

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Benefícios de aposentadoria	46.447	48.632	156.617	2.234.183	2.485.879

f) Efeitos da variação percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.



Plano de Benefício Definido Real Grandeza

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 29.658 (aumento de R\$ 30.962).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 16.849 (aumento de R\$ 16.127).

Plano de Benefício Definido Nucleos

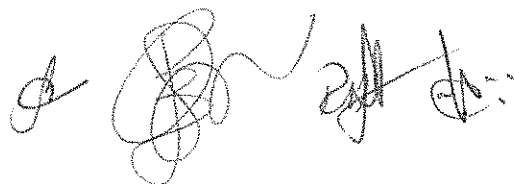
- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 23.264 (aumento de R\$ 24.487).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 9.111 (aumento de R\$ 8.712).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 433 (redução de R\$ 408).

Plano de Incentivo de Desligamento - PID

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 240 (redução de R\$ 238).

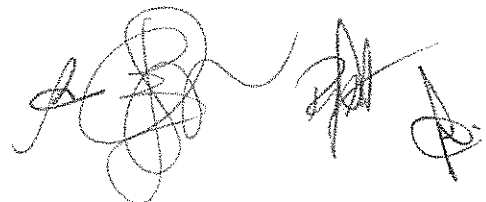


NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorream 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 de dezembro de 2015, permanecendo 1 funcionário a ser desligado até junho de 2016.

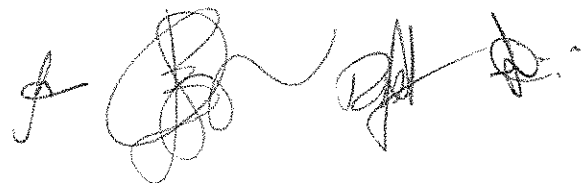
A ELETRONUCLEAR reconheceu contabilmente no resultado de 2015 uma baixa de R\$ 214.413 devido aos empregados efetivamente desligados e um complemento de provisão no montante de R\$ 43.563 decorrente de ajustes salariais dos empregados remanescentes até o término do exercício. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2015 é R\$ 48.449 (R\$ 219.299 em dezembro de 2014).

PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2015 - R\$ MIL				
Descritivo	31/12/2015			
	31/12/2014	Provisão	Baixa	Saldo
<u>Circulante</u>				
Incentivo	173.602	25.864	(198.364)	1.102
Plano Médico	4.279	10.168	(3.495)	10.952
	177.881	36.032	(201.859)	12.054
<u>Não Circulante</u>				
Plano Médico	41.418	7.531	(12.554)	36.395
	41.418	7.531	(12.554)	36.395
	219.299	43.563	(214.413)	48.449



PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2014 - R\$ MIL

Descritivo	31/12/2014			
	31/12/2013	Provisão	Baixa	Saldo
<u>Circulante</u>				
Incentivo	-	312.375	(138.773)	173.602
Plano Médico	-	4.609	(330)	4.279
	-	316.984	(139.103)	177.881
<u>Não Circulante</u>				
Plano Médico	-	41.418	-	41.418
	-	41.418	-	41.418
	-	675.386	(278.206)	219.299



NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	37.967	8.236	26.139	7.643
Planos Bresser, Collor, etc.	4.633	2.020	4.633	1.981
Outras	2.399	1.905	2.151	642
Atualização	9.949	-	9.491	-
	70.680	12.161	58.146	10.266
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Feder/Estaduais	217	80	217	80
INSS	14.211	32.482	14.211	32.482
Atualização	46.480	-	40.576	-
	60.908	32.562	55.004	32.562
CÍVEIS				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	1.657	80
Outros	406	71	283	40
Atualização	12.867	-	11.126	-
	14.930	151	13.066	120
AMBIENTAL				
Contecioso ambiental	25.293	-	25.187	-
Atualização	7.893	-	4.005	-
	33.186	-	29.192	-
TOTAL	179.704	44.874	155.408	42.948

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela



empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

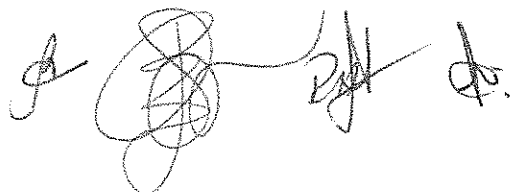
Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que monta o valor de R\$ 21.687, atualizados em R\$ 28.286.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 138.653 atualizados em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 117.341 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 16.543 de processos de natureza trabalhista (R\$ 8.992 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 121.384 de ações tributárias (R\$ 108.206 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 726 de ações cíveis (R\$ 139 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo de número 0003767-29.2009.8.19.0001 e garantia, montam R\$ 86.396.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor do auto de infração de número 18.471.001076/2005-94 é de R\$ 3.530, atualizados em R\$ 12.088 e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível. Na sequência do processo, a ELETRONUCLEAR solicitou ao Ministério da Fazenda o parcelamento em sessenta parcelas do valor total de R\$ 6.349 incluindo juros e multa, recebendo o deferimento por parte do ministério que estabeleceu a parcela inicial em R\$ 106.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 219.



b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2014	ATUALIZAÇÃO EM 31/12/2015	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2015
			BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	58.146	458	(1.497)	13.573	70.680
Tributárias	55.004	5.904	-	-	60.908
Cíveis	13.066	1.741	-	123	14.930
Ambiental	29.192	3.888	-	106	33.186
TOTAL	155.408	11.991	(1.497)	13.802	179.704

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Descomissionamento


a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013 foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente correspondente registrado no passivo é de R\$ 727.277. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.



Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro 2015 é de R\$ 1.201.186 (R\$ 1.314.480 em 31 de dezembro de 2014).

a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 7,00% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento reconhecido no resultado em dezembro de 2015 é de R\$ 81.875 (R\$ 79.145 em dezembro de 2014).

b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1247.003/15 de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, estendido para 2015, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187 de 15/05/2015.

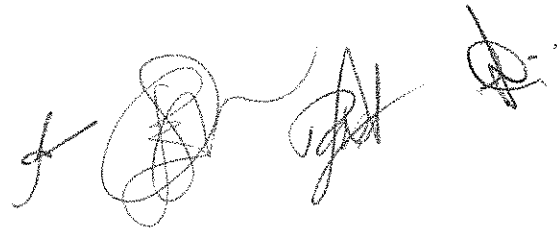
As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 55,268 Milhões (Base JUL/2015).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria

CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,124 milhões (Base JUL/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.



d) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(427.870)	510.305	490.961
ANGRA 2	1.151.338	(934.366)	216.972	218.454
TOTAL	2.089.513	(1.362.236)	727.277	709.415
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	248.137	(71.218)	176.919	321.878
ANGRA 2	416.545	(119.555)	296.990	283.187
TOTAL	664.682	(190.773)	473.909	605.065
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.186.312	(499.088)	687.224	812.839
ANGRA 2	1.567.883	(1.053.921)	513.962	501.641
TOTAL	2.754.195	(1.553.009)	1.201.186	1.314.480

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

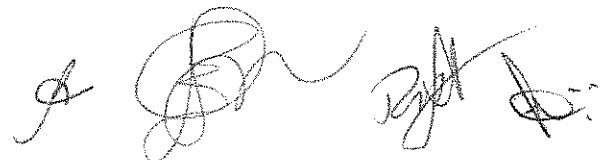
NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica	2.160.585	2.192.242
Outros Serviços	411	220
Impostos sobre vendas:		
PASEP	(35.650)	(36.313)
COFINS	(164.204)	(167.257)
ISS	-	(11)
Outros	(1.620)	(1.425)
	1.959.522	1.987.456
Reserva global de reversão - RGR	(57.193)	(60.694)
TOTAL	1.902.329	1.926.762

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 13.560.473 MWh* (14.113.782 * em 2014), corresponde a uma receita no exercício de 2015 de R\$ 2.160.585(R\$ 2.192.242 em 2014).

*Informação não auditada por auditoria independente



a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

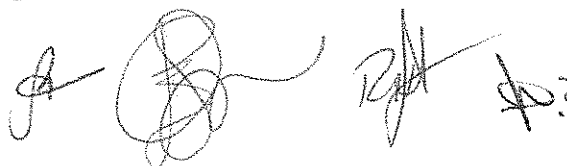
b) Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 27 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	471.405	459.109
Pessoal - PID	2.244	97.415
Pessoal - PID - PMA	5.214	-
Material	42.315	52.981
Serviços de terceiros	298.796	246.835
Depreciação e amortização	357.752	348.640
Encargos de uso da rede de transmissão	83.793	65.867
Combustível para produção de energia elétrica	286.951	308.605
Aluguéis	9.707	9.759
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	1.205	160.089
Outros	21.544	24.862
TOTAL	1.580.926	1.774.162

a) Provisão para plano de incentivo de desligamento – conforme descrito na Nota 22.



NOTA 28 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	84.822	139.629
Pessoal - PID	830	36.030
Pessoal - PID - PMA	1.928	-
Material	5.441	1.161
Serviços de terceiros	107.315	80.872
Depreciação e amortização	10.229	11.800
Aluguéis	21.447	16.879
Provisões para risco e benefício pós-emprego	26.689	78.735
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	43	155
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	445	59.210
<i>Impairment</i> de Angra 3 (b)	4.973.111	557.834
Outras provisões	35.533	45.575
Outras	43.048	18.919
TOTAL	5.310.881	1.046.799

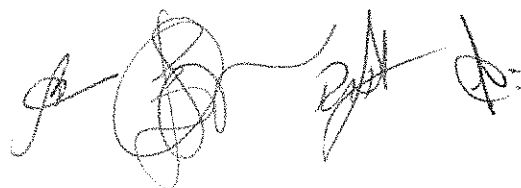
a) Provisão para plano de incentivo de desligamento – conforme descrito na Nota 22.

b) *Impairment* de Angra 3 – conforme descrito na Nota 14.



NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	2.138	-
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	7.473	29.795
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	154.391	40.897
Outras	3.797	4.927
	167.799	75.619
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(55.780)	(46.501)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(81.875)	(79.145)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(119.303)	(15.933)
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)		
Despesa com juros - diferença de tarifa	(9.955)	(5.882)
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(16.547)	(10.617)
Outras	(12.919)	(1.400)
	(296.379)	(159.478)
TOTAL	(128.580)	(83.859)



NOTA 30 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos exercícios findos em 2015 e 2014 segue demonstrada:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL							
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Períodos de 3 meses findos em				Períodos de 12 meses findos em			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(1.772.724)	(616.215)	(1.772.724)	(616.215)	(5.118.057)	(978.058)	(5.118.057)	(978.058)
Adições								
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	19.876	21.207	19.876	21.207	81.875	79.145	81.875	79.145
Provisões diversas	-	9.209	-	9.209	3.654	5.489	3.654	5.489
Provisão Impairment Angra 3	1.587.555	557.834	1.587.555	557.834	4.973.111	557.834	4.973.111	557.834
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	6.760	6.573	6.760	6.573	39.767	41.050	39.767	41.050
Provisão atuarial benefício pós-emprego	(2.169)	28.295	(2.169)	28.295	(2.169)	36.777	(2.169)	36.777
Provisão para Devedores Duvidosos	2	-	2	-	102	155	102	155
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	8.926	3.444	8.926	3.444	21.378	10.647	21.378	10.647
Provisão para contingências	7.431	3.617	7.431	3.617	24.025	61.672	24.025	61.672
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	37.965	28.153	37.965	28.153	123.903	118.154	123.903	118.154
Provisão plano incentivo - PSPE	-	52.997	-	52.997	43.563	358.401	43.563	358.401
Provisão Variação Cambial Reg Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para PLR dos empregados	52.730	51.149	52.730	51.149	52.730	51.149	52.730	51.149
Outras	402	720	175	607	790	6.153	422	5.447
	1.719.478	763.198	1.719.251	763.085	5.362.729	1.326.626	5.362.361	1.325.920
Exclusões								
Provisão atuarial - resultados abrangentes	-	23.694	-	23.694	-	54.174	-	54.174
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	2.687	2.687	2.687	2.687	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências/PSPE	176.564	150.395	176.564	150.395	215.968	140.556	215.968	140.556
Reversão de provisão variação cambial Reg Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de provisão para plr	30.034	48.134	30.034	48.134	43.013	48.134	43.013	48.134
Reversão outras provisões	2	-	2	-	-	-	-	-
	209.287	224.910	209.287	224.910	269.728	253.611	269.728	253.611
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	(262.533)	(77.927)	(262.760)	(78.040)	(25.056)	94.957	(25.424)	94.251
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	-	(23.378)	-	(23.412)	-	28.487	0	28.275
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	(262.533)	(54.549)	(262.760)	(54.628)	(25.056)	66.470	(25.424)	65.976
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	553	-	-
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	(65.639)	(13.643)	(23.648)	(4.917)	-	16.606	-	5.938



NOTA 31 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIPTIVO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	23.516	10.647
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(21.378)	(10.647)
Efeito na receita financeira	2.138	-
Encargos financeiros contabilizados no resultado	448.070	280.860
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(392.290)	(234.359)
Efeito na despesa financeira	55.780	46.501
Efeito líquido no resultado	(53.642)	(46.501)

* Informação não revisada por auditoria independente

NOTA 32 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL												
SALDOS	31 DE DEZEMBRO DE 2015											31/12/2014 TOTAL
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletro norte	Eletroacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	
Ativo												
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	489	6.420	1.799	1.580	1.636	11.924	5.114
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(245)
Fundo descomissionamento	492.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	492.938	334.869
Outras contas a receber	34.031	5.174	56	-	-	-	-	-	-	-	39.261	36.689
Passivo												
Fornecedores	-	(1.022)	(4)	(1)	-	-	-	-	-	-	(1.027)	(1.750)
Fornecedores - Provisão	-	(661)	(551)	(595)	(475)	-	-	-	-	-	(2.282)	(1.800)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(180.594)	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.594)	(154.091)
Financiamentos captados	(1.584.227)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.584.227)	(1.479.318)
Saldo Líquido	(1.057.258)	(177.103)	(499)	(596)	(475)	489	6.420	1.799	1.580	1.636	(1.224.007)	(1.260.532)
TRANSAÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2015											31/12/2014
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletro norte	Eletroacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Receita												
Venda de energia	-	-	-	-	-	5.864	77.042	21.593	18.955	19.632	143.086	61.372
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.089)
Remuneração do fundo financeiro	154.391	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154.391	40.897
Despesa												
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(16.547)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.547)	(10.617)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(9.955)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.955)	(5.882)
Encargos uso da rede elétrica	-	(7.564)	(5.897)	(6.270)	(5.668)	-	-	-	-	-	(25.399)	(19.881)
Encargos financeiros	(55.780)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.780)	(46.501)
Cessão de funcionários	(273)	(241)	-	-	(403)	-	-	-	-	-	(917)	(594)
Auditoria externa	(436)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(436)	(959)
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Líquido	97.903	(34.307)	(5.897)	(6.270)	(6.071)	5.864	77.042	21.593	18.955	19.632	188.444	14.746

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

NOTA 33 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	57.193	60.694
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	88	196
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	1.532	1.229
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	7.624	7.839
TOTAL	66.437	69.958



NOTA 34 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 12.863.526 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares	30/10/2016	5.024.306	19.543
- Danos materiais		3.904.800	14.467
- Responsabilidade civil		1.119.506	5.076
Riscos de Engenharia	27/6/2016	7.510.272	11.422
- Construção		4.268.100	8.276
- Responsabilidade civil		30.000	454
- Armazenamento de equipamentos		3.212.172	2.692
Diversos	Diversas	328.948	748
TOTAL		12.863.526	31.713



NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2015, foram de R\$ 41.370,68 e R\$ 3.098,35 (R\$ 41.341,24 e R\$ 2.632,08 em dezembro de 2014), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2015, corresponde a R\$ 39.692,13 (R\$ 36.861,19 em dezembro de 2014).

Nos exercícios de 2015 e de 2014, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração dos Diretores e Conselheiros **	3.107	3.275
Encargos Sociais	856	913
Benefícios	116	182
TOTAL	4.079	4.370

* Informação não auditada por auditoria independente

** Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração



NOTA 36 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2015. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

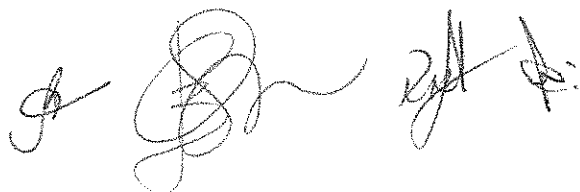
36.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL para o período de 2013 a 2020, conforme Resoluções Homologatórias 1.407/2012, 1.663/2013 e 1.830/2014.


A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.006/2015, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.862.070 para o ano de 2016, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período.
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos.
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da Eletronuclear ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.



CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL			
	2015*	2016 / 2017	2018 / 2019	2020
AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	4.931	147.769	147.769	73.885
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	98.498	98.498	49.249
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	5.442	163.087	163.087	81.544
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	5.671	169.955	169.955	84.978
CAIUA-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	630	18.876	18.876	9.438
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	-	15.745	15.745	7.873
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	1.736	52.018	52.018	26.009
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	3.375	101.156	101.156	50.578
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	4.736	141.945	141.945	70.973
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	9.772	292.851	292.851	146.426
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	6.193	185.591	185.591	92.796
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	3.889	116.544	116.544	58.272
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	6.136	183.899	183.899	91.950
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	939	28.139	28.139	14.070
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	2.830	84.806	84.806	42.403
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	3.325	99.651	99.651	49.826
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	14.922	447.199	447.199	223.600
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	1.524	45.662	45.662	22.831
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	1.578	47.292	47.292	23.646
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	320	9.588	9.588	4.794
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	9.077	272.031	272.031	136.016
COELCE - Companhia Energética do Ceará	5.209	156.120	156.120	78.060
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	14.191	425.303	425.303	212.652
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	2.507	75.122	75.122	37.561
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguarí de Energia	264	7.913	7.913	3.957
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	162	4.864	4.864	2.432
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	125	3.747	3.747	1.874
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	5.511	165.172	165.172	82.586
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	533	15.980	15.980	7.990
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	220	6.606	6.606	3.303
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	12.572	376.787	376.787	188.394
DMED - DME Distribuição S.A.	239	7.157	7.157	3.579
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	384	11.502	11.502	5.751
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema	491	14.720	14.720	7.360
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	408	12.223	12.223	6.112
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	7.316	219.260	219.260	109.630
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	471	14.127	14.127	7.064
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Pa	22.623	678.000	678.000	339.000
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	662	19.834	19.834	9.917
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	2.283	68.412	68.412	34.206
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	2.054	61.561	61.561	30.781
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	3.701	110.911	110.911	55.456
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.526	45.739	45.739	22.870
IENERGIA - Iguaçú Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	132	3.941	3.941	1.971
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	12.033	360.628	360.628	180.314
RGE - Rio Grande Energia S.A.	4.545	136.209	136.209	68.105
TOTAL	187.188	5.724.140	5.724.140	2.862.070



36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	94.710
2016	292.706
2017	162.238
Após 2017	9.025.992
TOTAL	9.575.646

36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	11.924
2016	77.164
2017	104.241
Após 2017	193.483
TOTAL	386.812

36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	675.555
2016	3.018.398
2017	3.654.154
APÓS 2017	1.212.137
TOTAL	8.560.244



37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 15.02.2016 a Companhia recebeu a notificação de lançamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, no valor total de R\$ 27.462 mil (principal de R\$ 15.484), pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - PMAR, referente à inscrição imobiliária das áreas de sua propriedade na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto CNAAA.

Os valores lançados em cobrança retroativa, para os exercícios de 2010 a 2015, referem-se a áreas adicionais de terreno que foram acrescidas ao cadastro imobiliário em processo administrativo requerido pela própria administração da Companhia em 13.11.2015. Ocorre que o Município, ao efetuar tais alterações em seu cadastro, efetuou também o lançamento retroativo das diferenças apuradas para os exercícios de 2010 a 2015, com a incidência de juros de mora (R\$ 8.134 mil) e correção monetária (R\$3.844 mil).

Em 16.03.2016 a Companhia requereu, junto a PMAR, o parcelamento para os lançamentos efetuados entre os exercícios de 2011 a 2015 no valor total de R\$ 21.921 mil (principal de R\$ 13.326 mil) em 60 (sessenta) parcelas mensais, bem como, requereu ainda, a impugnação do lançamento efetuado para o exercício de 2010, no valor total de R\$ 5.541 mil (principal de R\$ 2.158 mil), por entender que estão presentes os pressupostos para alegações de decadência da cobrança deste lançamento. Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras não houve resposta ao requerimento de impugnação pela PMAR.

- b) Em meados do mês de outubro de 2015, a Empresa procedeu a suspensão consensual de contratos de fornecimento da Usina Angra 3, por noventa dias, extensivos a cento e vinte dias, cujo término ocorreu em 01 de fevereiro de 2016. Durante o mês de fevereiro de 2016 a ELETRONUCLEAR convocou os fornecedores cujos contratos foram suspensos, para viabilizar a extensão da suspensão dos mesmos, agora de forma amigável pelo prazo de até mais cento e vinte dias.

Até a presente data já houve adesão de grande parte dos fornecedores à renovação da suspensão, estando em negociação com os demais para a totalidade dos contratos.

Simultaneamente às gestões de ordem contratuais do empreendimento, a Empresa elaborou um plano econômico financeiro de cento e oitenta dias, de modo que possa viabilizar o retorno das atividades paralisadas do empreendimento, como forma de estancar os danos pela suspensão das atividades de construção. O mencionado plano encontra-se em fase de gestões para sua execução.



- c) Corre na 44ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, ação ordinária (processo nº 0488193-93.2015.8.19.0001), proposta pelo Consórcio Angramon (Andrade Gutierrez Engenharia SA, Andrade Corrêa SA, Construtora Norberto Odebrecht SA, UTC Engenharia SA, Techint Engenharia e Construção SA, Empresa Brasileira de Engenharia SA e Construtora Queiroz Galvão SA) com o objetivo de rescindir o contrato de montagem eletromecânica com fundamento na ausência de pagamento, pela Eletronuclear, por mais de 90 dias, bem como a não aplicação, também pela Eletronuclear, de penalidades ou de execução da garantia contratual.

A Empresa contratou a LOBO & IBEAS Advogados para representá-la no processo, tendo a contratada apresentado sua posição preliminar de que as chances de êxito por parte da Angramon são possíveis. Acrescenta a contratada que essa opinião de probabilidade de perda na referida demanda, resulta de juízo preliminar, podendo servir tão somente a atender aos elementos de avaliação para fins de demonstrações financeiras e de auditoria.

A Eletronuclear contestou a ação por seus advogados e o Consórcio Angramon apresentou réplica. A antecipação dos efeitos da tutela não foi deferida pela julgadora. Na mesma decisão, foi determinada a intimação da União Federal para manifestar eventual interesse na lide, o que foi efetivado na data de 22/03/2016.

- d) Derivado do processo de auditoria de conformidade no contrato de montagem eletromecânica da Usina de Angra 3 realizado pelo Tribunal de Contas da União, em fevereiro de 2016, a Eletronuclear, foi oficiada pelo TCU solicitando informações econômico-financeiras acerca desse empreendimento. De acordo com o referido ofício, o processo será encaminhado ao congresso nacional para exame e avaliação quanto ao prosseguimento ou paralização da execução física, orçamentaria e financeira da obra. A Eletronuclear respondeu ao ofício e esta aguardando a análise do TCU.


Importante frisar que em 14.01.2016 foi sancionada, pela Presidenta da República, a Lei nº 13.255 onde foi estimada a receita e fixadas as despesas da União para o exercício financeiro de 2016, nela incluindo em seu inciso III do artigo 1º, o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se na mesma, a aprovação de dotação e execução orçamentária para a ação de Investimento no projeto de "Implantação da Usina Termonuclear de Angra III", pertencente a ELETRONUCLEAR, a qual compreende-se que após avaliação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como pelo plenário do Congresso Nacional, a obra de "Implantação da Usina Termonuclear de Angra III" está apta a manter sua execução física, orçamentária e financeira.

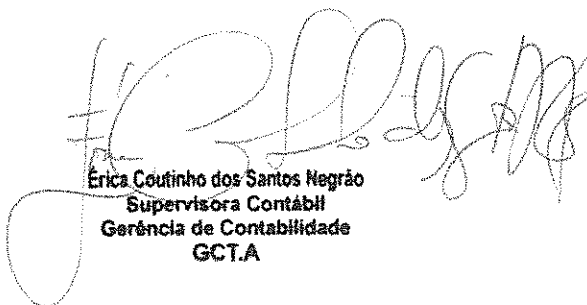
Apesar das alterações cronológicas do projeto, a companhia assegura a preservação e integridade dos serviços já executados, além da implementação de ações a um nível de desempenho capaz de recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra da Usina Angra 3. A companhia acredita, também, que o valor residual líquido, apurado

após os teste de recuperabilidade (*impairment*), será recuperado ao longo da operação comercial desse empreendimento.


EDNO NEGRINI
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 140.993.061-00 – RG: 822996 – SSP/MT


RONALDO NETO ALCÂNTARA
Superintendente Financeiro
CPF: 085.658.417-74– CRC: RJ - 086615/O


BEATRIZ ALBINO DA SILVA
Gerente de Contabilidade
CPF: 090.436.427-54 – CRC: RJ – 098430/O-2


Erica Coutinho dos Santos Negrão
Supervisora Contábil
Gerência de Contabilidade
GCTA

30 MAR. 2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSIAS MATOS DE ARAUJO

Presidente do Conselho

PEDRO JOSÉ DINIZ DE FIGUEIREDO

Conselheiro

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA GARCIA

Conselheiro

ILDO WILSON GRÜDTNER

Conselheiro

WALTER BAÉRE DE ARAUJO FILHO

Conselheiro

FÁBIO LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

PEDRO JOSÉ DINIZ DE FIGUEIREDO

Diretor Presidente

JOÃO CARLOS DA CUNHA BASTOS

Diretor de Operação e Comercialização

LUIZ ANTONIO DE AMORIM SOARES


Diretor Técnico

LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES

Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente

EDNO NEGRINI

Diretor de Administração e Finanças




PEDRO JOSÉ DINIZ DE FIGUEIREDO
Diretor Presidente



EDNO NEGRINI
Diretor de Administração e Finanças



RONALDO NETO ALCÂNTARA
Superintendente de Finanças



BEATRIZ ALBINO DA SILVA
Contadora CRC:RJ-098.430/O-2 - Gerente de Contabilidade

PÁGINA EM BRANCO



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa 3.25.1, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Administração da Companhia tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras).

Em decorrência, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, a Eletrobras contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Continuidade

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

Conforme mencionado na Notas Explicativas nºs 1 e 4.1.d, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e sua geração de resultados não é suficiente para que suas atividades sejam lucrativas. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina de Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita prevista para o início do exercício de 2021. A situação patrimonial e financeira da Companhia representa uma incerteza significativa que levanta dúvida substancial quanto à sua capacidade de conduzir suas atividades sem o suporte financeiro de terceiros. Os planos da administração da Companhia com relação ao início das atividades operacionais da Usina de Angra 3 estão descritos nas mesmas Notas Explicativas nºs 1 e 4.1.d. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC ISP196751/O-4

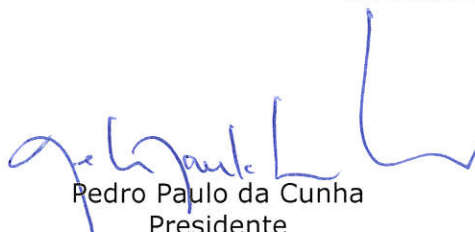
Danilo Siman Simões
Contador CRC IMG058180/O2T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL


O Conselho Fiscal da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, compreendendo as peças: Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, levantadas em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do parecer da KPMG Auditores Independentes.

Com base nos exames efetuados ao longo do exercício, o parecer da KPMG Auditores Independentes, de 30 de março de 2016, apresentado com ressalva relativa a "riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava-Jato" e ênfase sobre a continuidade da Companhia, bem como nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e da Superintendência Financeira, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da ELETRONUCLEAR.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.



Pedro Paulo da Cunha
Presidente



Eduardo De Carolis
Conselheiro



Cinthia de Fátima Rocha
Conselheira

ANEXO 2

Parecer da Auditoria Interna.

PÁGINA EM BRANCO

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletrobras Eletronuclear, cumprindo a atribuição estabelecida no § 6º, artigo 15 do Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, apresenta opinião sobre a Prestação de Contas Anual da Eletrobras Eletronuclear, correspondente ao exercício de 2015, em observância as Decisões Normativas - TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 e 147, de 11 de novembro de 2015 e Portaria – TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015.

Nossa responsabilidade é expressar opinião sobre: a) a conformidade da Prestação de Contas com a norma que a rege; b) a capacidade de os controles internos administrativos identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos da Companhia; e c) a adequação dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e financeiras.

Verificamos que não constaram no item 4.5.2 do Relatório de Gestão, as informações referentes aos contribuintes beneficiados pela renúncia de receita no exercício de 2015.

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo anterior, a Prestação de Contas está composta pelas peças listadas na Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa - TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, na Decisão Normativa nº 147, de 11 de novembro de 2015 e Portaria – TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, e na Portaria – TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015. As Demonstrações Contábeis, peças integrantes do Relatório de Gestão, foram auditadas por Auditores Independentes.

A estrutura do Sistema de Controle Interno da Eletrobras Eletronuclear atende às exigências técnicas, legais e regulamentares em todos os aspectos relevantes. Nele, há instrumentos para avaliar os controles propriamente ditos. Como parte integrante do Sistema de Controle Interno da Eletrobras Eletronuclear, a Auditoria Interna em função do resultado de seus trabalhos, realiza acompanhamento sistemático dos Planos de Ação acordados, atuando para que as fragilidades sejam eliminadas pelos gestores auditados em prazo compatível com o nível de criticidade da constatação, a complexidade das mudanças necessárias e os custos envolvidos. Além disso, a Auditoria Interna atua para que as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as determinações do Tribunal de Contas da União tenham tratamento adequado para o seu cumprimento.

A Auditoria Interna, em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT de 2015, realizou 9 auditorias das 9 previstas.



O PAINT e os trabalhos de Auditoria Interna foram planejados e realizados de acordo com a norma de auditoria e demais normas pertinentes aplicáveis, considerando as atividades que representam maiores riscos e impactos nos negócios da empresa e principalmente as características operacionais da Eletrobras Eletronuclear, com destaque nos aspectos: materialidade, relevância, vulnerabilidade do ambiente de controle interno, riscos inerentes, criticidade pretérita, que corresponde às não conformidades detectadas em trabalhos anteriores, em atendimento à legislação aplicável e riscos associados à exposição da imagem da empresa.

Através dos trabalhos de Auditoria Interna realizados foram identificadas inconformidades, principalmente em relação aos processos de administração de serviços gerais, convênios, gestão de riscos e contas a pagar, mas não foram consideradas sistêmicas e, portanto, não invalidam o nível de controle existente, uma vez se referem, em sua maioria a falhas na execução de normas e procedimentos definidos.

Em aderência aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a Auditoria Interna da Eletrobras Eletronuclear, com o apoio técnico de empresa de auditoria externa contratada, realizou os testes da administração, ano-base 2015, com o objetivo de verificar se os controles internos estabelecidos pela Companhia são eficazes na prevenção e/ou detecção de erros ou fraudes que possam resultar na distorção material das demonstrações contábeis e financeiras.

Com base na análise realizada nos 266 controles testados, foram identificadas 40 inconformidades nos Testes da Administração SOx 2015, das quais 24 foram consideradas "deficiências relevantes", uma vez que possuem potencial de se tornar uma deficiência significativa (SD - Significant Deficiency) ou fraqueza material (MW - Material Weakness) nas demonstrações contábeis e financeiras da Eletrobras Eletronuclear, conforme os requerimentos da Lei Sarbanes-Oxley. As inconformidades identificadas estão relacionadas aos processos de Entity Level, Gestão Contábil, Gestão do Contencioso, Empréstimos e Financiamentos, Gestão Financeira, Gestão do Ativo Fixo, Gestão de Materiais, Vendas de Energia, Recursos Humanos, Gestão Tributária e Tecnologia da Informação.

Pelo todo exposto, somos de parecer que a Prestação de Contas da Eletrobras Eletronuclear, relativa ao exercício de 2015, se encontra em condições de ser submetida à apreciação do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2016.



André Ribeiro Mignani
Auditor-Chefe